

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	10
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	22
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	23
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	24
Demonstração de Valor Adicionado	25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	27
---	----

Notas Explicativas	110
--------------------	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	194
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	197
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	198
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	199

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	199.192.402
Preferenciais	0
Total	199.192.402
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	1.119.173	848.847	527.878
1.01	Ativo Circulante	206.680	64.561	54.947
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	113.451	872	1
1.01.02	Aplicações Financeiras	32.493	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	32.493	0	0
1.01.02.01.03	Outros Investimentos	32.493	0	0
1.01.03	Contas a Receber	13.963	16.473	53.664
1.01.03.01	Clientes	13.963	16.473	53.664
1.01.03.01.03	Outras contas a receber	13.963	16.473	53.664
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.225	1.311	908
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.225	1.311	908
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	3.225	1.311	908
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.597	404	374
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	37.951	45.501	0
1.01.08.03	Outros	37.951	45.501	0
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	37.951	45.501	0
1.02	Ativo Não Circulante	912.493	784.286	472.931
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	383.047	393.325	184.500
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	9.375	0	0
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	9.375	0	0
1.02.01.04	Contas a Receber	368.557	377.866	176.801
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	357.661	377.866	176.801
1.02.01.04.03	Dividendos e juros de capital próprio a receber	10.896	0	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.475	15.423	7.699
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.474	15.423	7.699
1.02.01.07.02	Impostos e contribuições a recuperar	1	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	640	36	0
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	106	32	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.01.10.04	Despesas antecipadas	534	4	0
1.02.02	Investimentos	523.733	386.762	283.997
1.02.03	Imobilizado	3.632	1.549	1.716
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.423	1.549	1.716
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.209	0	0
1.02.04	Intangível	2.081	2.650	2.718

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	1.119.173	848.847	527.878
2.01	Passivo Circulante	102.664	70.332	46.471
2.01.02	Fornecedores	39.773	14.642	4.710
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	39.773	14.642	4.710
2.01.02.01.01	Fornecedores e outras contas a pagar	39.773	14.642	4.710
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.373	1.500	1.202
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.924	949	569
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	449	551	633
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	45.751	37.270	29.208
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	31.776	31.311	29.208
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	31.776	31.311	29.208
2.01.04.02	Debêntures	13.975	5.959	0
2.01.06	Provisões	14.767	16.920	11.351
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.767	16.920	11.351
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	14.767	16.920	11.351
2.02	Passivo Não Circulante	188.762	140.852	31.816
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	152.627	55.395	7.093
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.026	198	1
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.026	198	1
2.02.01.02	Debêntures	149.601	55.197	7.092
2.02.02	Outras Obrigações	2.105	36.223	914
2.02.02.02	Outros	2.105	36.223	914
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	838	34.880	914
2.02.02.02.05	Obrigações por pagamentos baseados em ações	1.267	1.343	0
2.02.04	Provisões	34.030	49.234	23.809
2.02.04.02	Outras Provisões	34.030	49.234	23.809
2.02.04.02.04	Provisão para perda em investimento	34.030	49.232	23.809
2.02.04.02.05	Provisão para contingências	0	2	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.03	Patrimônio Líquido	827.747	637.663	449.591
2.03.01	Capital Social Realizado	956.472	814.751	573.551
2.03.01.01	Capital social	958.856	789.070	539.070
2.03.01.02	Custo de transação	-29.277	-19.323	-7.590
2.03.01.03	Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	26.893	45.004	42.071
2.03.02	Reservas de Capital	6.173	371	0
2.03.04	Reservas de Lucros	-58.733	-60.609	2.411
2.03.04.10	Reserva de Incentivos Fiscais reflexa de investida	6.519	4.643	2.411
2.03.04.11	Ágio em transações de capital	-65.252	-65.252	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-76.165	-116.850	-126.371

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.800	12.484	14.734
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	-6.919	-6.324
3.03	Resultado Bruto	2.800	5.565	8.410
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	53.207	14.814	28.339
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-37.974	-40.588	-43.222
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	81	948	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-5
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	91.100	54.454	71.566
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	56.007	20.379	36.749
3.06	Resultado Financeiro	-12.700	-5.740	-10.318
3.06.01	Receitas Financeiras	5.009	4.573	7.735
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.709	-10.313	-18.053
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	43.307	14.639	26.431
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-994	1.680	1.651
3.08.02	Diferido	-994	1.680	1.651
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	42.313	16.319	28.082
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	42.313	16.319	28.082
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,22935	0,12074	0,305
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,21581	0,11007	0,2866

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	42.313	16.319	28.082
4.03	Resultado Abrangente do Período	42.313	16.319	28.082

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-29.614	-253.172	-47.036
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-36.208	-36.732	-27.033
6.01.01.01	Resultado do exercício	42.313	16.319	28.082
6.01.01.03	Depreciação e amortização	1.668	1.084	1.134
6.01.01.04	Resultado na venda de imobilizado	0	243	0
6.01.01.06	Resultado da equivalência patrimonial	-91.100	-54.454	-71.566
6.01.01.07	Provisão para contingências	-2	2	0
6.01.01.08	Impostos diferidos IR/CS	994	-1.680	-1.651
6.01.01.09	Outras receitas/outras despesas	1.709	17	21
6.01.01.10	Juros sobre atualização do contas a receber de cliente e outros investimentos	-4.565	-4.572	0
6.01.01.11	Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	12.851	4.966	13.112
6.01.01.13	Variação no valor justo de instrumentos financeiros	0	0	3.835
6.01.01.14	Transações de pagamentos baseados em ações	-76	1.343	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	18.651	-211.498	-2.185
6.01.02.02	Aumento (redução) em contas a receber e outros recebíveis	27.280	-208.633	-13.321
6.01.02.04	(Aumento) redução em impostos e contribuições a recuperar	-1.915	-403	-577
6.01.02.05	Aumento em despesas antecipadas	-5.723	-34	-374
6.01.02.06	(Aumento) redução em depósitos judiciais	-74	-32	7
6.01.02.07	Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	363	-8.263	3.070
6.01.02.08	Aumento (redução) em provisões e encargos trabalhistas	-2.153	5.569	8.462
6.01.02.09	Aumento em obrigações fiscais	873	298	548
6.01.03	Outros	-12.057	-4.942	-17.818
6.01.03.02	Juros pagos de empréstimos e financiamentos	-12.057	-4.942	-17.818
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-106.184	-40.798	5.202
6.02.03	Aumento de capital em investidas	-91.500	-82.486	0
6.02.04	Aquisições de ativos imobilizados	-321	-550	-1.380
6.02.05	Aquisições de ativos intangíveis	-120	-542	-2.979
6.02.06	Outros investimentos	-41.868	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.02.07	Dividendos recebidos	27.625	30.686	9.561
6.02.08	Redução de capital em investida	0	12.094	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	248.377	294.841	41.834
6.03.02	Empréstimos e financiamentos tomados	121.081	72.568	0
6.03.03	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	-13.425	-13.295	-11.526
6.03.04	Aumento de capital	155.803	250.371	70.000
6.03.08	Pagamentos de instrumentos financeiros derivativos	0	0	-6.800
6.03.09	Aquisição de acionista minoritário	-1.800	-6.500	0
6.03.12	Custo de transação na emissão de debêntures	-3.808	0	0
6.03.13	Custo de transação na emissão de ações	-9.474	-8.303	-9.840
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	112.579	871	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	872	1	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	113.451	872	1

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	769.747	45.375	-60.609	-116.850	0	637.663
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	769.747	45.375	-60.609	-116.850	0	637.663
5.04	Transações de Capital com os Sócios	159.832	-12.309	1.876	-1.876	0	147.523
5.04.01	Aumentos de Capital	169.786	-18.111	0	0	0	151.675
5.04.09	Ágio na emissão de ações	0	5.802	0	0	0	5.802
5.04.10	Custo de transação na emissão de ações	-9.954	0	0	0	0	-9.954
5.04.11	Reserva para incentivos fiscais reflexa de investida	0	0	1.876	-1.876	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	42.561	0	42.561
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	42.313	0	42.313
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	248	0	248
5.05.02.06	Juros sobre o capital próprio nas investidas	0	0	0	248	0	248
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	929.579	33.066	-58.733	-76.165	0	827.747

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	573.551	0	2.411	-126.371	0	449.591
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	573.551	0	2.411	-126.371	0	449.591
5.04	Transações de Capital com os Sócios	241.200	0	-65.252	-4.566	0	171.382
5.04.01	Aumentos de Capital	400.000	0	0	0	0	400.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-11.733	0	0	0	0	-11.733
5.04.08	Capital social a integralizar	-150.000	0	0	0	0	-150.000
5.04.09	Transação com minoritário	0	0	-65.252	0	0	-65.252
5.04.10	Saldo inicial - CPC 48	0	0	0	-4.566	0	-4.566
5.04.11	Valor justo remuneração garantida	2.933	0	0	0	0	2.933
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.319	0	16.319
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.319	0	16.319
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	371	2.232	-2.232	0	371
5.06.01	Constituição de Reservas	0	371	2.232	-2.232	0	371
5.07	Saldos Finais	814.751	371	-60.609	-116.850	0	637.663

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.060	0	1.798	-153.840	0	130.018
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.060	0	1.798	-153.840	0	130.018
5.04	Transações de Capital com os Sócios	291.491	0	0	0	0	291.491
5.04.01	Aumentos de Capital	255.914	0	0	0	0	255.914
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-6.494	0	0	0	0	-6.494
5.04.08	Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	42.071	0	0	0	0	42.071
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.082	0	28.082
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.082	0	28.082
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	613	-613	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	613	-613	0	0
5.07	Saldos Finais	573.551	0	2.411	-126.371	0	449.591

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	3.263	14.603	17.314
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.263	14.603	17.314
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-28.205	-24.885	-22.696
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-28.205	-24.885	-22.696
7.03	Valor Adicionado Bruto	-24.942	-10.282	-5.382
7.04	Retenções	-1.668	-1.084	-1.134
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.668	-1.084	-1.134
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-26.610	-11.366	-6.516
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	96.190	59.975	79.296
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	91.100	54.454	71.566
7.06.02	Receitas Financeiras	5.009	4.573	7.735
7.06.03	Outros	81	948	-5
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	69.580	48.609	72.780
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	69.580	48.609	72.780
7.08.01	Pessoal	4.893	17.264	22.290
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.697	8.639	14.228
7.08.01.02	Benefícios	2.578	7.658	8.003
7.08.01.03	F.G.T.S.	618	967	59
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.151	4.184	3.760
7.08.02.01	Federais	4.990	3.434	2.856
7.08.02.03	Municipais	161	750	904
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.223	10.842	18.648
7.08.03.01	Juros	12.851	4.966	17.431
7.08.03.02	Aluguéis	845	726	932
7.08.03.03	Outras	3.527	5.150	285
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	42.313	16.319	28.082
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	42.313	16.319	28.082

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	2.522.778	2.190.204	1.808.290
1.01	Ativo Circulante	529.163	556.947	357.374
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	176.790	124.248	27.830
1.01.02	Aplicações Financeiras	100.206	177.906	105.901
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	100.206	177.906	105.901
1.01.02.01.03	Outros Investimentos	44.762	157.991	105.901
1.01.02.01.04	Depósitos bancários vinculados	55.444	19.915	0
1.01.03	Contas a Receber	205.438	225.964	195.413
1.01.03.01	Clientes	187.084	201.439	188.507
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.354	24.525	6.906
1.01.04	Estoques	8.268	6.270	6.015
1.01.06	Tributos a Recuperar	30.076	19.878	19.956
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	30.076	19.878	19.956
1.01.06.01.01	Impostos e contribuição a recuperar	30.076	19.878	19.956
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.348	1.648	2.259
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.037	1.033	0
1.01.08.03	Outros	1.037	1.033	0
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	1.037	1.033	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.993.615	1.633.257	1.450.916
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	793.758	724.950	737.738
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	29.511	8.980	9.642
1.02.01.04	Contas a Receber	683.237	628.169	651.810
1.02.01.04.01	Clientes	667.453	620.092	619.329
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	15.784	8.077	32.481
1.02.01.07	Tributos Diferidos	63.955	74.892	60.444
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	63.955	74.892	60.444
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	535	116	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	16.520	12.793	15.842

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.01.10.03	Impostos e contribuições a recuperar	10.189	10.705	13.574
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	5.298	2.088	2.268
1.02.01.10.05	Dividendos a receber	1.033	0	0
1.02.02	Investimentos	70.862	44.068	24.721
1.02.03	Imobilizado	258.745	71.874	11.247
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.199	12.425	11.247
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	7.973	0	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	237.573	59.449	0
1.02.03.03.01	Ativos de contrato	237.573	59.449	0
1.02.04	Intangível	870.250	792.365	677.210

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	2.522.778	2.190.204	1.808.290
2.01	Passivo Circulante	375.748	298.868	131.809
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	25.677	28.444	23.546
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.324	4.422	4.326
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	21.353	24.022	19.220
2.01.02	Fornecedores	100.949	78.314	45.711
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	100.949	78.314	45.711
2.01.03	Obrigações Fiscais	30.863	25.604	18.296
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	28.508	24.201	17.358
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	546	1.016	521
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	27.962	23.185	16.837
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.355	1.403	938
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	217.539	165.563	43.524
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	121.100	131.503	43.524
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	121.100	131.503	43.524
2.01.04.02	Debêntures	96.439	34.060	0
2.01.05	Outras Obrigações	720	943	732
2.01.05.02	Outros	720	943	732
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	720	943	732
2.02	Passivo Não Circulante	1.309.869	1.245.074	1.224.035
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.120.621	1.031.819	1.069.134
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	670.359	601.624	683.515
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	670.359	601.624	683.515
2.02.01.02	Debêntures	450.262	430.195	385.619
2.02.02	Outras Obrigações	74.648	102.120	62.625
2.02.02.02	Outros	74.648	102.120	62.625
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	1.267	1.343	0
2.02.02.02.03	Obrigações fiscais	72.837	66.680	62.620

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.02.02.02.04	Fornecedores e outras contas a pagar	0	34.097	5
2.02.02.02.05	Dividendos a pagar	544	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	108.189	97.839	83.483
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	108.189	97.839	83.483
2.02.03.01.02	Passivo fiscal diferido	108.189	97.839	83.483
2.02.04	Provisões	6.411	13.296	8.793
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.411	6.757	8.365
2.02.04.01.05	Provisões para contingências	6.411	6.757	8.365
2.02.04.02	Outras Provisões	0	6.539	428
2.02.04.02.04	Provisões para perda em investimentos	0	6.539	428
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	837.161	646.262	452.446
2.03.01	Capital Social Realizado	929.579	769.747	531.480
2.03.01.01	Capital social	958.856	789.070	539.070
2.03.01.02	Custo de transação	-29.277	-19.323	-7.590
2.03.02	Reservas de Capital	33.066	45.375	42.071
2.03.02.07	Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	26.893	45.004	42.071
2.03.02.08	Ágio na emissão de ações	6.173	371	0
2.03.04	Reservas de Lucros	-58.733	-60.609	2.411
2.03.04.10	Reserva para Incentivos Fiscais Reflexa de Invesitda	6.519	4.643	2.411
2.03.04.11	Ágio em transações de capital	-65.252	-65.252	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-76.165	-116.850	-126.371
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	9.414	8.599	2.855

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	898.502	744.954	574.184
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-580.295	-447.169	-262.601
3.03	Resultado Bruto	318.207	297.785	311.583
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-125.729	-136.172	-120.331
3.04.01	Despesas com Vendas	-10.528	-15.583	-11.848
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-127.729	-120.614	-122.875
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	760	1.351	299
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.863	-538	-254
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.631	-788	14.347
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	192.478	161.613	191.252
3.06	Resultado Financeiro	-115.668	-120.082	-117.658
3.06.01	Receitas Financeiras	31.003	22.034	27.814
3.06.02	Despesas Financeiras	-146.671	-142.116	-145.472
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	76.810	41.531	73.594
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-32.086	-23.762	-43.341
3.08.01	Corrente	-20.689	-15.621	-8.362
3.08.02	Diferido	-11.397	-8.141	-34.979
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	44.724	17.769	30.253
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	44.724	17.769	30.253
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	42.313	16.319	28.082
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.411	1.450	2.171
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,2394	0,1207	0,305

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	44.724	17.769	30.253
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	44.724	17.769	30.253
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	42.313	16.319	28.082
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.411	1.450	2.171

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	21.877	150.808	64.270
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	173.366	136.165	147.020
6.01.01.01	Resultado do exercício	44.724	17.769	30.253
6.01.01.02	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-1.827	4.058	595
6.01.01.03	Depreciação e amortização	62.518	51.144	49.093
6.01.01.04	Resultado na venda de imobilizado	231	1.502	1.843
6.01.01.06	Resultado da equivalência patrimonial	-13.631	788	-14.347
6.01.01.07	Provisão para contingências	-346	-1.608	3.420
6.01.01.08	Impostos diferidos IR/CS	11.397	8.141	34.979
6.01.01.09	Impostos diferidos PIS/Cofins	3.826	765	4.009
6.01.01.10	Juros sobre atualização do contas a receber de clientes, outros investimentos e depósitos bancários	-74.206	-81.991	-71.581
6.01.01.11	Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	118.302	111.391	127.610
6.01.01.12	Imposto de renda e contribuição social provisionados	20.689	15.621	8.362
6.01.01.14	Variação no valor justo de instrumento financeiro	0	0	3.835
6.01.01.15	Outras receitas e outras despesas	-68	-355	634
6.01.01.17	Provisão de perdas por redução do valor recuperável	1.876	0	-31.685
6.01.01.18	Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	-43	7.597	0
6.01.01.19	Transações de pagamentos baseados em ações	-76	1.343	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	22.592	102.023	2.964
6.01.02.02	Aumento (redução) do contas a receber e outros recebíveis	40.497	55.689	553
6.01.02.03	Redução (aumento) estoques	-1.998	-255	455
6.01.02.04	(Aumento) redução em impostos e contribuições a recuperar	-9.682	2.947	-4.095
6.01.02.05	(Aumento) redução em despesas antecipadas	-6.120	495	-1.380
6.01.02.06	Redução (aumento) em depósitos judiciais	-3.210	180	2.278
6.01.02.07	(Redução) aumento em fornecedores e outras contas a pagar	-2.188	27.961	-4.842
6.01.02.08	Aumento (redução) em provisões e encargos trabalhistas	-2.767	4.898	7.433
6.01.02.09	Aumento (redução) em obrigações fiscais	8.060	10.108	2.562
6.01.03	Outros	-174.081	-87.380	-85.714

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.03.02	Juros pagos de empréstimos e financiamentos	-152.922	-72.254	-77.532
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos	-21.159	-15.126	-8.182
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-279.239	-312.242	-155.028
6.02.03	Aumento de capital em investidas	-19.500	-12.749	0
6.02.04	Aquisições de ativos imobilizados	-2.804	-4.397	-4.275
6.02.05	Aquisições de ativos intangíveis	-314.105	-224.652	-70.418
6.02.06	Outros investimentos	103.854	-52.090	-84.464
6.02.07	Dividendos recebidos	0	899	0
6.02.08	Depósitos vinculados	-46.684	-19.253	4.129
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	309.904	257.852	65.682
6.03.01	Empréstimos, debentures e financiamentos tomados	293.603	124.022	163.350
6.03.02	Custo de transação na emissão de debentures	-3.808	0	0
6.03.03	Pagamentos de empréstimos, debêntures, financiamentos e arrendamento mercantil	-124.420	-75.502	-151.028
6.03.04	Aumento de capital	155.803	250.371	70.000
6.03.10	Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	0	0	-6.800
6.03.12	Aquisição de acionista minoritário	-1.800	-32.736	0
6.03.13	Custo de transação na emissão de ações	-9.474	-8.303	-9.840
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	52.542	96.418	-25.076
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	124.248	27.830	52.906
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	176.790	124.248	27.830

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	769.747	45.375	-60.609	-116.850	0	637.663	8.599	646.262
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	769.747	45.375	-60.609	-116.850	0	637.663	8.599	646.262
5.04	Transações de Capital com os Sócios	159.832	-12.309	1.876	-1.876	0	147.523	-1.050	146.473
5.04.01	Aumentos de Capital	169.786	-18.111	0	0	0	151.675	0	151.675
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-9.954	0	0	0	0	-9.954	0	-9.954
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-1.050	-1.050
5.04.08	Ágio na emissão de ações	0	5.802	0	0	0	5.802	0	5.802
5.04.11	Reserva para incentivos fiscais reflexa de investida	0	0	1.876	-1.876	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	42.561	0	42.561	1.865	44.426
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	42.313	0	42.313	2.411	44.724
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	248	0	248	-546	-298
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	929.579	33.066	-58.733	-76.165	0	827.747	9.414	837.161

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	531.480	42.071	2.411	-126.371	0	449.591	2.855	452.446
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	531.480	42.071	2.411	-126.371	0	449.591	2.855	452.446
5.04	Transações de Capital com os Sócios	238.267	2.933	-65.252	-4.566	0	171.382	4.294	175.676
5.04.01	Aumentos de Capital	400.000	0	0	0	0	400.000	0	400.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-11.733	0	0	0	0	-11.733	0	-11.733
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-1.178	-1.178
5.04.08	Capital social a integralizar	-150.000	0	0	0	0	-150.000	0	-150.000
5.04.09	Transação com minoritário	0	0	-65.252	0	0	-65.252	5.521	-59.731
5.04.10	Saldo inicial - CPC 48	0	0	0	-4.566	0	-4.566	-49	-4.615
5.04.11	Valor justo de remuneração garantida	0	2.933	0	0	0	2.933	0	2.933
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.319	0	16.319	1.450	17.769
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.319	0	16.319	1.450	17.769
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	371	2.232	-2.232	0	371	0	371
5.06.01	Constituição de Reservas	0	371	2.232	-2.232	0	371	0	371
5.07	Saldos Finais	769.747	45.375	-60.609	-116.850	0	637.663	8.599	646.262

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	282.060	0	1.798	-153.840	0	130.018	1.207	131.225
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.060	0	1.798	-153.840	0	130.018	1.207	131.225
5.04	Transações de Capital com os Sócios	249.420	42.071	0	0	0	291.491	-523	290.968
5.04.01	Aumentos de Capital	255.914	0	0	0	0	255.914	0	255.914
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-6.494	0	0	0	0	-6.494	0	-6.494
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-523	-523
5.04.08	Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	0	42.071	0	0	0	42.071	0	42.071
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.082	0	28.082	2.171	30.253
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.082	0	28.082	2.171	30.253
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	613	-613	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	613	-613	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	531.480	42.071	2.411	-126.371	0	449.591	2.855	452.446

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	961.911	797.709	631.215
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	960.084	801.767	631.810
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	1.827	-4.058	-595
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-560.095	-434.901	-250.981
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-495.395	-360.136	-216.556
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-62.837	-74.765	-66.110
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.863	0	31.685
7.03	Valor Adicionado Bruto	401.816	362.808	380.234
7.04	Retenções	-62.518	-51.144	-49.093
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-62.518	-51.144	-49.093
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	339.298	311.664	331.141
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	43.531	22.059	42.206
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.631	-788	14.347
7.06.02	Receitas Financeiras	31.003	22.034	27.814
7.06.03	Outros	-1.103	813	45
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	382.829	333.723	373.347
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	382.829	333.723	373.347
7.08.01	Pessoal	89.758	80.248	90.103
7.08.01.01	Remuneração Direta	65.670	53.003	65.745
7.08.01.02	Benefícios	20.493	22.662	20.949
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.595	4.583	3.409
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	108.306	94.604	107.104
7.08.02.01	Federais	107.618	93.031	105.085
7.08.02.02	Estaduais	42	58	50
7.08.02.03	Municipais	646	1.515	1.969
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	140.041	141.102	145.887
7.08.03.01	Juros	118.302	111.391	131.445
7.08.03.02	Aluguéis	1.330	1.305	1.490

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.03.03	Outras	20.409	28.406	12.952
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	44.724	17.769	30.253
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	42.313	16.319	28.082
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	2.411	1.450	2.171

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

VISÃO AMPLIADA
**RELATÓRIO
INTEGRADO**
2019



Nossos passos para
transformar o saneamento



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

102-53

Para contato ou perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo, encaminhe e-mail para:



RI - Iguá Saneamento
riigua@iguasa.com.br
(11) 3500-8600
ri.iguasa.com.br

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

102-14

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Liderando a transformação no saneamento

Em 2019, a Iguá se consolidou como agente transformador do setor de saneamento. Demonstramos a viabilidade de se atuar, de forma diferenciada, em prol de resultados mais efetivos e duradouros para os nossos públicos. Firmamos a liderança em um movimento de reposicionamento empresarial, direcionado para um atendimento mais próximo e atento às demandas dos clientes. Com isso em mente, ampliamos os canais de atendimento ao cliente, centralizamos o nosso 0800, expandimos o leque de opções de pagamento, oferecemos serviços novos, criamos facilidades de acesso através de plataforma digital, dentre diversas outras iniciativas que têm como objetivo ir além de atender bem o cliente: encantar! Ao mesmo tempo, intensificamos o ritmo dos investimentos para ampliar a capacidade de servir à população, sempre focados na qualidade do produto e dos serviços prestados, pensando diferente na hora de investir e operar.

Essas conquistas refletem aprofundamento e aprimoramento contínuos das práticas de negócio implementadas desde 2017. Seguimos uma trajetória disciplinada de evolução e diversificação de receitas, otimização de custos e ampliação do desempenho operacional. Os desdobramentos dessa gestão estruturada permitiram que alcançássemos mais um ciclo de desempenho econômico positivo, explicitado por indicadores tais como a Margem EBITDA – que melhorou em 11 p.p. nos últimos três anos, atingindo 45% em 2019 – e o próprio EBITDA, que cresceu em média 18% ao ano no mesmo período.

Esse desempenho foi reconhecido pelo mercado financeiro ao longo de 2019, se traduzindo em novos desembolsos de financiamentos de cerca de R\$ 320 milhões e em redução do custo médio da companhia em 20%. O endividamento de longo prazo fechou 2019 em 84%, o que também contribui para a solidez da estrutura de capital e flexibilidade financeira, essenciais para suportar o plano de investimentos da Iguá – que já soma aproximadamente R\$ 700 milhões nos últimos dois anos. Na esteira desse desempenho e com o objetivo de buscar rotas alternativas para o crescimento, a companhia, com o suporte dos acionistas, iniciou o processo de abertura de capital, deixando claro o seu desejo de continuar crescendo para consolidar seu propósito.

“Seguimos uma trajetória disciplinada de evolução e diversificação de receitas, otimização de custos e ampliação do desempenho operacional.”

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Avançamos no refinamento dos nossos processos gerenciais, operacionais e estruturas de governança, fomentando o desenvolvimento e a integração de soluções inovadoras ao nosso negócio. Fortalecemos os projetos estratégicos da companhia que foram implementados em 2018, como o Centro de Excelência Iguá, o Iguá Lab, o Seminário Iguá de Inovação e Boas Práticas e o Instituto Iguá, direcionados para ganhos de produtividade, promoção da inovação, boas práticas e sustentabilidade. Trabalhamos ações estruturadas de consolidação e disseminação da nossa cultura, sempre conectadas ao nosso DNA e com o propósito de ser a melhor empresa de saneamento para o Brasil.

O presente relatório congrega a exposição detalhada de todos esses progressos em 2019. Para nós, a sustentabilidade não é apenas diretriz norteadora, mas sim, base de toda a nossa atuação. Praticamos as suas perspectivas em cada aspecto da nossa dinâmica diária de atividades. Nesse caminho, será perceptível a nossa qualidade operacional, direcionada para a sustentabilidade e associada ao cliente como foco dos nossos processos, que é fator de diferenciação da companhia no setor.

Toda a nossa trajetória virtuosa possui, ainda, grandes desafios relacionados ao nosso compromisso de renovação. No âmbito da sustentabilidade, o desdobramento do nosso planejamento estratégico deve se efetivar de forma mais estruturada em 2020, para o alinhamento e o engajamento da cadeia de fornecedores com suas diretrizes. Como fator de sucesso, a necessária capilaridade do DNA Iguá para as nossas operações vai demandar a coordenação de esforços cada vez mais direcionados e contínuos. Nos temas Clientes, Operação e Engenharia, segue o desafio de executar e introduzir conceitos que vão ao encontro da estratégia da Iguá de ser percebida como uma empresa inovadora, eficiente e prestadora de serviços. Na frente financeira, foco em ampliar o contato com o mercado através de emissões que sustentem o plano de investimentos e contribuam ainda mais para a solidez da estrutura de capital e flexibilidade financeira, além de iniciativas que deem apoio às operações no que tange ao atendimento ao cliente.

Nesse mesmo contexto, o propósito da Iguá converge para a amplitude da sua atuação como indutora da valoração da água e da própria prestação dos serviços da companhia pelos seus clientes. Para os próximos períodos, além da continuidade do trabalho de evolução da nossa saúde financeira e eficiência operacional, será fundamental a adoção de ações de conscientização, educação e promoção da cidadania para o empoderamento da sociedade, em prol do fortalecimento do movimento de transformação do setor de saneamento, liderado por nós.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O que você vai encontrar aqui:

03

Comentários
da Administração

07

Sobre a
Iguá

18

Trajetoária
em 2019

26

Performance
Operacional

36

Performance
Econômico-
Financeira

46

Universalização
do Saneamento
Básico

52

Direitos
Humanos

61

Ética e
Integridade

66

Gestão de
Emissões,
Energia,
Materiais e
Biodiversidade

73

Índice de
conteúdo
GRI

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sobre a Iguá

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Iguá

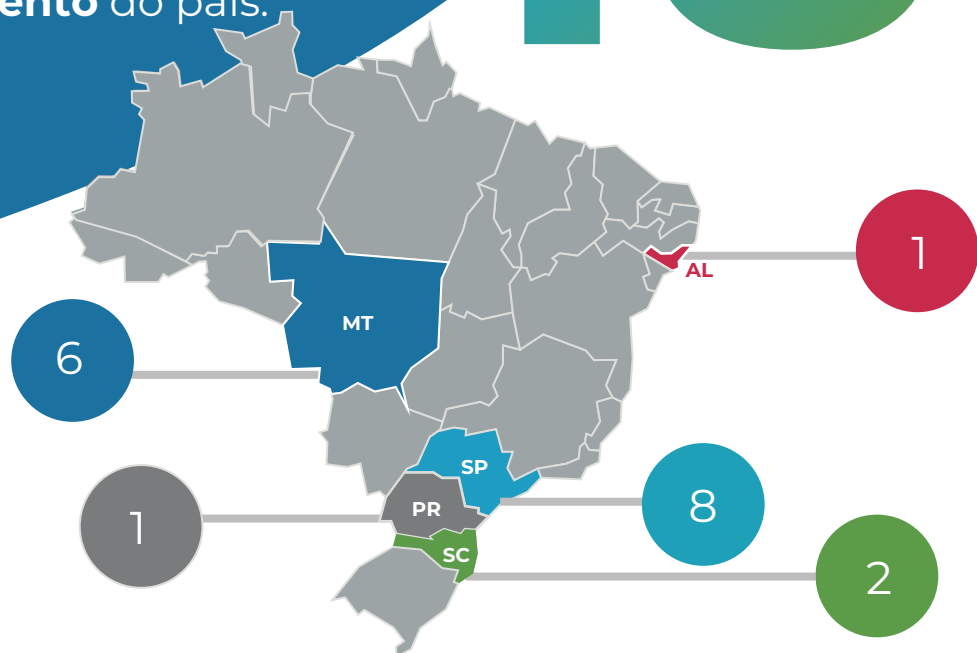
Saneamento

102-1 | 102-2 | 102-3 | 102-4 | 102-6 | 102-7

A Iguá Saneamento é uma companhia brasileira que presta **serviços de captação, tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos, manutenção das unidades e dos equipamentos instalados e todos os serviços associados ao atendimento aos clientes**. Sua sede fica na cidade de São Paulo e ela atua, por meio de concessões e parcerias público-privadas (PPPs), em cinco estados, com **18 operações que atendem 37 municípios, beneficiando mais de seis milhões de pessoas**.

“Esse alcance coloca a companhia entre os **principais operadores privados do setor de saneamento** do país.”

18
OPERAÇÕES



37 municípios atendidos



+6 milhões
de pessoas beneficiadas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Operações



	OPERAÇÕES	CONCESSÃO/PPP	PARTICIPAÇÃO	POPULAÇÃO	INÍCIO	PRAZO	TEMPO RESTANTE
1	Águas Alta Floresta	Concessão de água e esgoto	100%	51.000	2002	30 anos	13 anos
2	Águas Canarana	Concessão de água e esgoto	100%	22. 000	2000	40 anos	21 anos
3	Águas Colíder	Concessão de água e esgoto	100%	33.000	2002	30 anos	13 anos
4	Águas Comodoro	Concessão de água	100%	21.000	2007	30 anos	18 anos
5	Águas Cuiabá	Concessão de água e esgoto	100%	613.000	2012	30 anos	23 anos
6	Águas Pontes e Lacerda	Concessão de água e esgoto	100%	45.000	2001	30 anos	12 anos
7	Itapoá Saneamento	Concessão de água e esgoto	50%*	21.000	2012	30 anos	23 anos
8	Tubarão Saneamento	Concessão de água e esgoto	50%*	106.000	2012	30 anos	23 anos
9	Paranaguá Saneamento	Concessão de água e esgoto	100%	155.000	2001	30 anos	12 anos
10	Agreste Saneamento	PPP de água	100%	377.000	2012	30 anos	23 anos
11	Águas Andradina	Concessão de água e esgoto	70%*	57.000	2010	30 anos	21 anos
12	Águas Castilho	Concessão de água e esgoto	70%*	21.000	2011	30 anos	22 anos
13	Atibaia Saneamento	PPP de esgotamento sanitário	100%	143.000	2013	30 anos	24 anos
14	Águas Piquete	Concessão de água e esgoto	100%	14.000	2010	30 anos	21 anos
15	ESAP	Concessão de água e esgoto	50%*	13.000	2007	30 anos	18 anos
16	Guaratinguetá Saneamento	PPP de esgotamento sanitário	100%	122.000	2008	30 anos	19 anos
17	Sanessol	Concessão de água e esgoto	90%*	60.000	2008	30 anos	19 anos
18	SPAT Saneamento	PPP de água	95%**	4.200.000	2009	15 anos	5 anos

* Nessas operações contamos com sócios e parceiros de negócio que nos ajudam na transformação do saneamento.

**A Igua possui usufruto dos direitos econômicos referentes aos 5% detidos pelo acionista minoritário.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Controle

acionário

102-5

A Iguá Saneamento é controlada pelos FIPs IGUÁ e MAYIM sob gestão da IG4 Capital, uma gestora de *Private Equity* focada em capitalismo sustentável. As ações são divididas da seguinte forma:

65,97%

FIP IGUÁ

Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Iguá

21,10%

FIP MAYIM

Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia MAYIM

11,32%

BNDESPar

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações

1,61%

CYAN

Fundo de Investimento Multimercado

Fornecedores

102-9 | 102-10

O relacionamento da Iguá com seus fornecedores é pautado pela Política de Compras e Aquisições, que contempla análises técnicas, financeiras, jurídicas, de *compliance* e de saúde e segurança do trabalho. Para garantir a não cumplicidade da companhia em práticas que não respeitem leis e normas nacional e internacionalmente acordadas, todos os contratos possuem uma cláusula padrão, que determina o cumprimento das legislações trabalhista, previdenciária, cível, tributária e ambiental, bem como normas de segurança e medicina do trabalho. Essas diretrizes são reforçadas pelo **Código de Conduta**, que é anexado a todos os contratos. **Todo o processo de compra, aquisição e contratação é norteado por fluxo de processos garantindo a ética e a transparência de todo o ciclo, desde a especificação do produto e serviço até a tomada de preço e a contratação.**

A área de suprimentos da Iguá é responsável pela gestão da demanda dos produtos e serviços até sua entrega ao solicitante. Todo o processo tem como objetivo **a assertividade no atendimento dos clientes internos, otimizando o capital empregado da companhia.**

Com a recente centralização dos processos no Centro de Excelência Iguá, em São José do Rio Preto, a companhia ganhou escalabilidade, alavancando negociações e possibilitando ganhos de desempenho. Além disso, alguns fornecedores locais ou regionais tiveram a oportunidade de ampliar a sua atuação para outras regiões, desde que em conformidade com a política da Iguá de privilegiar a contratação local para reduzir custos logísticos e contribuir com o desenvolvimento econômico das áreas onde a companhia atua.



1.800

Fornecedores ativos
na base da Iguá.

600

milhões de reais

é o valor médio anual das transações com um prazo médio de pagamento de 35 dias.

A maior parte dos gastos está concentrada em materiais e serviços para ampliação das atividades de água e esgoto: fornecedores de obras civis, redes de esgoto, tubulações, produtos químicos para tratamento de água e esgoto, fornecimento de energia elétrica, entre outros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Clientes

A Iguá acredita que a percepção do cliente é elemento central para o posicionamento de uma empresa prestadora de serviços. Tal posicionamento é transformador para o setor de saneamento que tradicionalmente se vê como um negócio de engenharia. **Entender e atender bem o cliente é essencial para a sustentação do negócio.**

Com o objetivo de monitorar e atuar na melhoria dos serviços prestados, em 2017 a Iguá lançou, de forma inédita no setor, a aplicação da metodologia Net Promoter Score (NPS). A jornada de engajamento interno de seus executivos, bem como a sensibilização e o treinamento de seus colaboradores no NPS, ganharam agenda em 2018. Desde 2019, a aplicação da pesquisa de satisfação é feita em todas as operações.

O NPS é acima de tudo um método de escuta contínua do cliente para melhoria do nível de serviços. Durante o ciclo de 2019, foram coletadas mais de 13 mil opiniões em bases diárias. Cada resposta é tratada em busca de resolução no caso de clientes detratores. **Existe ainda um grande caminho de aprimoramento, mas já são notórias algumas evoluções, como por exemplo a operação de Itapoá, que mudou de um NPS de 24 no 1º semestre, para um NPS de 46 no último trimestre.**

É importante salientar que para sustentar essa transformação é necessário criar uma nova experiência para o cliente. Nesse sentido destacam-se as facilidades criadas com os serviços *online*, por meio do portal Digi Iguá, bem como a disponibilidade de pagamento das faturas em todas as nossas lojas com cartão de crédito e débito, marco inédito dentre as empresas de saneamento no Brasil.

Ainda de maneira pioneira, foi criada em 2019 a central de atendimento 0800, disponível 24h, 7 dias por semana para todas as nossas operações, incluindo canal de atendimento digital, chat web, Whatsapp e Facebook. Para possibilitar a integração entre esses canais de comunicação, a Iguá adotou o atendimento omnichannel, permitindo o uso simultâneo das plataformas.

Em 2019 a Iguá implantou o **Programa de Encantamento do Cliente**, uma iniciativa que vai além do atender, trazendo o entendimento e a conexão da companhia com a realidade do seu público. Foram promovidas centenas de histórias nas quais os colaboradores foram além do básico e buscaram encantar os clientes, exercício de empatia e conexão.

Nesse sentido um dos grandes feitos envolveu o esforço de vendas: relacionar-se proativamente com os clientes que estavam alheios ao sistema, viabilizando seu retorno à base ativa. São casos de clientes que conviviam com soluções alternativas de alto risco à saúde pública, bem como em situações informais, que representam perdas ambientais na contabilização da água tratada fornecida ao sistema.

Essas ações voltadas para a recuperação de clientes resultaram no crescimento de 2,7% de novas ligações em 2019, frente o aumento de 1,4% apresentado em 2018.

Toda a mentalidade em prol do cliente foi essencial para viabilizar esses resultados expressivos, amparados por políticas de renegociação e parcelamento e uma gestão intensiva da carteira de cadastro. **Em linha com a visão estratégica, criamos e incorporamos de modo inovador conceitos de venda e retorno ao setor de saneamento, característica de uma empresa de serviços recorrentes.**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

102-11

Riscos

A Iguá possui um sistema de gestão de riscos desenvolvido com o objetivo de **prever, evitar e mitigar eventuais impactos às atividades da empresa**, decorrentes tanto da própria atividade empresarial quanto de questões conjunturais ou circunstanciais às quais ela está exposta.

Em 2019, foi encerrado o mapeamento de processos, desenvolvido pelo *Compliance* com o apoio da consultoria KPMG, e finalizados os prazos para resposta de planos de ação e início de testes de aderência aos planos para cobertura dos riscos identificados.

Todos os processos foram auditados e novos fluxos foram implantados, para garantir cada vez mais a equidade e transparência das práticas e procedimentos em todas as operações. Foi elaborada a matriz de risco, contendo os pontos identificados pela consultoria.

É responsabilidade da área de *compliance*, por meio do relacionamento com a alta administração e as controladas, integrar as práticas corporativas de avaliação, gestão e tolerância ao risco, regras, responsabilidades políticas, procedimentos e monitoramento tempestivo. Cabe à área também fortalecer e ativar os sistemas de controles internos para atender às demandas da boa governança corporativa, fazendo cumprir leis, políticas, diretrizes e regulamentos estabelecidos pelas mais diversas instâncias. O trabalho é desenvolvido em três frentes:



MAPEAMENTO DE RISCOS



DEFINIÇÃO DE CONTROLES INTERNOS



MONITORAMENTO CONTÍNUO

Os fatores de risco mapeados são divulgados na página oficial da companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Iguá é uma empresa comprometida com a excelência da prestação de seus serviços. Para garantir a eficiência das suas estações de tratamento, a companhia monitora constantemente o índice de qualidade dos seus processos, atendendo integralmente aos padrões estabelecidos pela legislação brasileira e pelas normas internacionais.



Captação e
tratamento de água

01



Distribuição
de água

02



Coleta e tratamento
de esgoto

03



01. Captação e tratamento de água

A captação de água é feita em mananciais superficiais e subterrâneos e direcionada para as estações de tratamento de água. Durante o processo de tratamento e distribuição da água, são coletadas amostras que passam por controles físico-químicos e bacteriológicos nos laboratórios próprios da Iguá e em laboratórios credenciados com os quais a companhia mantém parceria. Todos os parâmetros estabelecidos nas legislações são monitorados e controlados para os mananciais, de forma a manter um controle eficaz do processo.

+900MIL

análises anuais para garantir o
**padrão de potabilidade para
consumo humano da água**
distribuída pela companhia.

100%

de conformidade da água
distribuída, segundo os padrões
de qualidade da Iguá.



02. Distribuição de água

A água é distribuída para os clientes por meio de um sistema formado por adutoras, estações elevatórias, boosters, redes de distribuição e reservatórios monitorados. A partir das redes e reservatórios, a água é encaminhada para cada um de nossos clientes. Ressalta-se que a água é monitorada em cada fase do processo em atendimento pleno aos requisitos legais vigentes. Todas as informações são compiladas em nosso BI operacional e estratégico, de forma a ter uma gestão transparente e acompanhamento ágil de todos os sistemas.



03. Coleta e tratamento de esgoto

+600MIL

análises anuais são feitas durante
o programa de monitoramento
da qualidade do esgoto.

73%

de conformidade dos efluentes
tratados, segundo os padrões de
qualidade da Iguá (mais rigorosos
do que a legislação).

O esgoto gerado é coletado pela rede coletora e encaminhado por tubulações e estações elevatórias até as estações de tratamento. Após essa etapa, inicia-se a retirada de sólidos e impurezas, deixando o efluente em condições de ser devolvido ao meio ambiente. O monitoramento da eficiência das estações de tratamento de esgoto é feito em consonância com os requisitos do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desafios e compromissos

Criada em 2017, a Iguá assumiu o compromisso de **contribuir para a universalização dos serviços de água e esgoto no país**. Sua presença em quatro das cinco regiões do Brasil contribui para a compreensão de distintas realidades do saneamento, credenciando a companhia não apenas para superar desafios técnicos e operacionais, mas também para ser um importante ator na construção de **soluções que viabilizem a disponibilização de serviços de água e esgoto em comunidades de diversos tamanhos e localizações**.



EM 2019, A IGUÁ SE ASSOCIOU AO CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CEBDS, QUE REÚNE CERCA DE 60 DOS MAIORES GRUPOS EMPRESARIAIS DO PAÍS EM BUSCA DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL POR MEIO DA ARTICULAÇÃO.



O Iguá Lab é o programa inovação aberta da Iguá. O programa visa conectar o ecossistema de *startups* com os desafios do saneamento, buscando soluções para transformar o setor. O objetivo dessa interação é **estimular o olhar das startups para a realidade das empresas de saneamento**. Derivam dos processos soluções para aumentar a eficiência do negócio, seja em área de suporte, como treinamento, seja em áreas de atividades fim, como medição de consumo e redução de perdas.

A primeira edição, realizada em 2018, foi um marco disruptivo para o setor. **A Iguá foi pioneira nessa iniciativa que contou com a participação de 90 startups**. Dessas propostas, seis foram contratadas. Duas foram testadas e descontinuadas. Quatro continuam como parceiras para soluções de comunicação e treinamento com os colaboradores, redução da inadimplência e tratamento de efluentes mais sustentável.



Em 2019, a segunda edição do programa teve 60 inscrições avaliadas e duas vencedoras para desenvolvimento de um piloto inédito no setor, com visão de educação financeira e valorização da água. Outros oito projetos permanecem em desenvolvimento conjunto com as *startups* para a promoção de soluções inovadoras no saneamento básico do país.

Fase de **criação****BOLETÃO**

Aplicativo para controle e facilidade de pagamentos de boletos.

REFILME

Solução alternativa de consumo de água potável.

10 startups seguem no programa.

Fase de **formação****KONITECH**

Integração de soluções IoT com parceria da City Taps.

NB²THINGS

Solução IoT para comunicação com hidrômetros inteligentes.

NMC(SOUL AMBIENTAL)
Solução IoT para perdas aparentes.

OXIEN

Recuperação do fósforo presente no esgoto.

Fase de **crescimento****ACQUALOGIC**

Serviços de inteligência para gestão de perdas.

ECOMETRIA

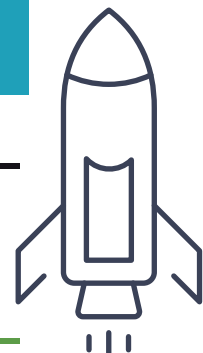
Solução IoT para redução de perdas.

EISENIA

Filtração através de agentes biológicos.

TAUFLOW

Simulação fluidodinâmica em 3D.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Governança

102-18 | 102-23 | 102-24

A Igua é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, com atribuições e poderes definidos no Estatuto Social da companhia.

A Diretoria é responsável pela gestão dos negócios, formulando e propondo ao Conselho de Administração o planejamento estratégico e os planos operacionais. Cabe também a ela zelar pela observância da lei, do Estatuto Social da Igua e de acordo de acionistas, além de fazer cumprir as deliberações nas Assembleias Gerais, nas reuniões do Conselho e nas suas próprias reuniões. Atualmente, a Diretoria é composta por **cinco diretores**, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um **mandato de dois anos**, até 18 de junho de 2021.

**MEMBROS**

Gustavo Fernandes Guimarães
DIRETOR PRESIDENTE

Denilson de Paula Gonzaga
DIRETOR DE CONTROLADORIA E GESTÃO

Péricles Sócrates Weber
DIRETOR DE OPERAÇÕES E TRANSFORMAÇÃO

Julio Jacob Junior
DIRETOR REGULATÓRIO E JURÍDICO

Felipe Rath Fingerl
DIRETOR FINANCEIRO E RELAÇÃO COM INVESTIDORES

É responsabilidade do Conselho de Administração aprovar qualquer alteração nos planos de negócio da Igua e planos de negócios futuros, orçamento anual e projetos de investimentos da companhia e de suas controladas, contratos com partes relacionadas, demonstrações financeiras anuais consolidadas, entre outros.

Atualmente, o Conselho tem **sete membros** com mandato até **30 de maio de 2021**, todos eleitos pela Assembleia Geral, sendo um conselheiro independente e os demais indicados pelos acionistas de acordo com sua participação no capital social da companhia. O presidente é indicado pelos acionistas, representando a maioria do capital social da companhia e não tem voto de qualidade no caso de empate nas deliberações do Conselho.

MEMBROS

Paulo Todescan Lessa Mattos
PRESIDENTE

Hélcio Tokeshi
VICE-PRESIDENTE

Vital Meira de Menezes Júnior
MEMBRO EFETIVO

Gustavo Nickel Buffara de Freitas
MEMBRO EFETIVO

Jerson Kelman
MEMBRO EFETIVO

Xiang (Benny) Le
MEMBRO EFETIVO

Gesner José de Oliveira Filho
INDEPENDENTE EFETIVO

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Conselho de Administração pode instituir comitês, integrados por pessoas por ele determinadas, para auxiliá-lo no desempenho de suas atividades. Atualmente, a Iguá possui os seguintes comitês:



Comitê de Auditoria

Fornecer apoio ao Conselho em questões de governança corporativa, gerenciamento de riscos e implementação de práticas anticorrupção. É um órgão não estatutário de caráter permanente.

Heraldo Gilberto de Oliveira
PRESIDENTE / MEMBRO INDEPENDENTE

Paulo Todescan Lessa Mattos
MEMBRO

Gustavo Nickel Buffara de Freitas
MEMBRO

Hélcio Tokeshi
MEMBRO

Vital Meira de Menezes Junior
MEMBRO



Comitê de Sustentabilidade

Auxiliar no gerenciamento de riscos relacionados ao meio ambiente e a questões estruturais de saúde e medicina do trabalho. Conta com o apoio de profissionais de diferentes unidades de negócio, que colaboram para a gestão dos diversos programas desenvolvidos pela companhia. É um órgão não estatutário de caráter permanente.

Paulo Todescan Lessa Mattos
PRESIDENTE

Gustavo Nickel Buffara de Freitas
MEMBRO

Otávio Ferreira da Silveira
MEMBRO INDEPENDENTE

Ricardo Voltolini
MEMBRO INDEPENDENTE

Vital Meira de Menezes Junior
MEMBRO



Comitê de Remuneração e Gente

Assessorar o Conselho de Administração, tem como objetivos promover a eficiência das operações da Iguá por meio de instrumentos de gestão de capital humano, como engajamento, políticas de remuneração e avaliação de desempenho dos executivos estatutários. É um órgão não estatutário de caráter permanente.

Paulo Todescan Lessa Mattos
MEMBRO

Gustavo Nickel Buffara de Freitas
MEMBRO

Heraldo Gilberto de Oliveira
MEMBRO

Vital Meira de Menezes Junior
MEMBRO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

102-21

São realizadas audiências públicas como consulta às partes interessadas sobre novos investimentos em saneamento nos municípios em que a Iguá atua. Essas audiências têm o objetivo de informar, discutir, dirimir dúvidas e ouvir opiniões sobre os anseios da comunidade, em especial a população diretamente afetada pelos nossos serviços prestados, seja pela realização de obras para a construção de alguma estação de tratamento, ou até mesmo a operacionalização dessas estruturas.

EXEMPLOS DE CONSULTAS PÚBLICAS:

Reunião com os líderes comunitários (MT)

Temas: entrega de rede coletora de esgoto e implantação da respectiva tarifa.

Público presente: líderes comunitários e sociedade civil.

Audiência pública (MT)

Tema: utilização de agrotóxicos nas lavouras de Mato Grosso e sua interferência na saúde pública.

Público presente: membros do Conselho da OAB/MT, Vigilância Sanitária, SEMA e Ministério Público.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Conflitos de interesse

102-25

A Iguá possui uma política que **orienta todos os colaboradores** quanto aos Conflitos de Interesse.

Entre as diretrizes abordadas estão desde o relacionamento afetivo entre colaboradores e a contratação de parentes até o relacionamento com a administração pública e o exercício de atividades paralelas.

Em relação ao conflito de interesses envolvendo o **Conselho de Administração**, a Política prevê que o colaborador ou membro do conselho de administração da Iguá que, por qualquer motivo, tiver interesse particular ou conflitante com o do Grupo em determinada deliberação deve comunicar o fato imediatamente e abster-se de participar das discussões e deliberações.

Faz parte ainda do **Programa de Integridade do Grupo Iguá a Política de Transações de Partes Relacionadas**, que estabelece diretrizes e orienta a conduta dos colaboradores e prestadores de serviços em transações com partes relacionadas.

Certificados e premiações

PREMIAÇÕES EXTERNAS



Selo Melhores Empresas para Trabalhar
(Great Place to Work)
2017, 2018, 2019

O Great Place to Work é uma organização que certifica e reconhece os melhores ambientes de trabalho em mais de 50 países do mundo.

EMPRESA CERTIFICADA:
SPAT SANEAMENTO



PRÊMIO DO SINDCON
(SEGUNDO LUGAR NA
CATEGORIA GESTÃO PARA
O PROJETO IGUÁ LAB)



GANHADOR DO PRÊMIO NÍVEL 1 - PNQS
CONCESSÕES DO INTERIOR DO MT
(ALTA FLORESTA, COLÍDER, CANARANA,
COMODORO E PONTES E LACERDA)

FINALISTA DO PRÊMIO NÍVEL 1
PNQS SPAT SANEAMENTO



PREMIAÇÕES INTERNAS



Em 2019, a Iguá deu continuidade ao **Programa Manda Bem**, que tem como objetivo identificar, reconhecer e disseminar **histórias exemplares de atuação diferenciada, criatividade e sucesso em situações desafiadoras**. Sempre em sintonia com as atitudes do DNA Iguá.

Ainda em 2019, foi realizado o **3º Seminário de Inovação e Boas Práticas**, reunindo colaboradores da companhia para dois dias de debates e troca de experiências. O evento ressaltou **a importância de que cada colaborador busque a inovação pessoal, com atitudes que possam contribuir para a transformação da companhia, e lançou a #i9c!**, reforçando seu compromisso com a cultura de inovação. Foram expostos projetos em três áreas – Gestão, Operação e Clientes, e premiado um de cada área, conectando os trabalhos às atitudes do DNA Iguá. Também foram premiados, no âmbito do **Programa Manda Bem**, os melhores trabalhos expostos em totens instalados no ambiente do Seminário.

O evento abriu espaço para a primeira competição de encanadores, premiando os colaboradores que executaram no menor tempo as tarefas de ligação de esgoto, troca de hidrômetro e suspensão de abastecimento no cavalete.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Trajетória em 2019

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Trajectoria em 2019

102-40 | 102-42 | 102-43

No último trimestre de 2019, a Iguá iniciou um processo participativo e integrado de consulta e entendimento com os seus públicos, para o desenvolvimento da sua **matriz de materialidade**. O trabalho foi conduzido pela equipe interna da Iguá com apoio e orientação de uma empresa especialista contratada. A primeira etapa desse processo foi realizada em setembro de 2019 com a definição pelos públicos de interesse dos **temas materiais e não materiais** que seriam incluídos na consulta de identificação. Em outubro do mesmo ano, selecionados os principais grupos, a Iguá avançou na fase de escuta ativa. Essa fase teve duração de um mês e cumpriu o objetivo de coletar informações, percepções e preferências dos públicos de interesse. Consolidados os resultados das primeiras etapas, **foi possível a identificação e a hierarquização iniciais dos temas de maior relevância para o Grupo**, relativos às operações da Iguá e suas externalidades. Em dezembro de 2019, com a matriz de materialidade prévia constituída, foram desenvolvidos novos estudos e análises para a sua validação final. O processo envolveu a **realização de pesquisas com grupos específicos de partes interessada**.

Escuta ativa

O envolvimento dos públicos balizou-se pela definição de um processo de consulta aderente às principais características e possibilidades de ativação de cada grupo. Foram utilizadas **diversas metodologias para a potencialização dos resultados de coleta**, como abordagens de escuta individual e em grupo (presenciais e *online*), consulta pública e eventos.



Temas estratégicos para os colaboradores

- Fornecimento de água;
- Coleta e tratamento de esgoto;
- Condições de trabalho dos colaboradores;
- Finanças da empresa;
- Relacionamento com os fornecedores;
- Comunicação com os clientes;
- Proteção aos rios;
- Eficiência de produção;
- Atendimento ao cliente;
- Engajamento da comunidade para questões de sustentabilidade;
- Conscientização da população sobre o consumo de água;
- Gestão de emissões;
- Investimento em infraestrutura.



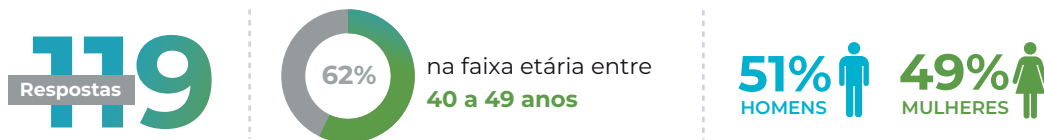
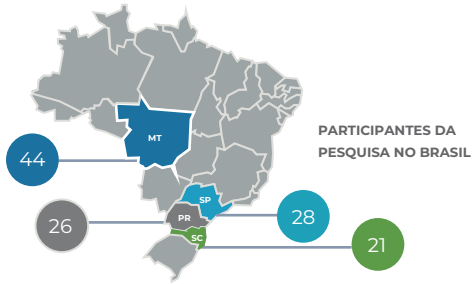
O envolvimento dos colaboradores foi realizado durante o **3º Seminário de Inovação e Boas Práticas da companhia**. A dinâmica materializou para os envolvidos o conceito de sustentabilidade da Iguá, evidenciando como as atividades das operações estão intrinsecamente conectadas a esse conceito. Contou com a participação ativa dos colaboradores de todas as áreas e níveis organizacionais.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Cientes

A participação dos clientes no processo foi realizada mediante aplicação de pesquisa *online*, enviada por *e-mail*, entre os dias 5 e 19 de novembro de 2019. O *link* da pesquisa foi distribuído via e-mail para a base de clientes.



Temas prioritários para os clientes:



FORNECIMENTO DE ÁGUA, COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO, ECONOMIA DE ENERGIA, POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO, CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS COLABORADORES, FINANÇAS DA EMPRESA, ATENDIMENTO AO CLIENTE, RELACIONAMENTO COM OS FORNECEDORES, COMUNICAÇÃO COM OS CLIENTES, ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE PARA QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE, TRANSPARÊNCIA NA COBRANÇA DE TARIFAS, PROTEÇÃO AOS RIOS, MANANCIAIS E BACIAS HIDROGRÁFICAS, CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE O CONSUMO DE ÁGUA.

Imprensa

A identificação das principais temáticas abordadas e divulgadas pela imprensa foi realizada mediante uma **análise das reportagens nos principais veículos da mídia nacional**, entre os dias 27 de março e 26 de setembro de 2019.

1.096

matérias do setor com temáticas correlatas ao saneamento avaliadas

70%
das matérias citam a marca Iguá

30%
de matérias sobre saneamento

Temas prioritários para a imprensa:



ÁGUA, COMBATE AOS VAZAMENTOS, CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS COLABORADORES, EMPREGOS, FINANÇAS E RESULTADOS, INFRAESTRUTURA, OBRAS DE SANEAMENTO, PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS, QUALIDADE DA ÁGUA, RELAÇÕES COM A COMUNIDADE, RESPONSABILIDADE SOCIAL, SANEAMENTO, TECNOLOGIA.

Investidores



O envolvimento dos investidores materializou-se pela **consulta ao principal acionista da companhia**, uma gestora de *private equity* que, intencionalmente, **direciona os seus investimentos para projetos complexos**.

Os representantes dos acionistas vislumbram o **potencial de crescimento da atuação privada no Brasil para o setor**, considerando, principalmente, deficiências e grandes necessidades sistêmicas em saneamento.

Temas prioritários para os investidores:



EXECUÇÃO FINANCEIRA, QUALIDADE DA ÁGUA, QUALIDADE DO TRATAMENTO DE ESGOTO, COMPLIANCE, CUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO, GERAÇÃO DE EMPREGOS, QUALIDADE DE VIDA DOS TRABALHADORES, PERDAS DE ÁGUA.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Documentos reguladores

A análise de documentos objetivou a internalização da diretriz de legalidade e das prioridades governamentais sobre a temática do saneamento, na materialidade da companhia. Foram realizadas consultas e análises aos documentos reguladores e contratos de concessão de serviços de saneamento.

 Lei 12.305/10 Política Nacional de Resíduos Sólidos Fonte: Legislação Federal	 Instrução Normativa 184/08 Dispõe sobre as etapas do procedimento de licenciamento ambiental no âmbito do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Fonte: IBAMA	 CONAMA 357/15 Classificação dos corpos hídricos Fonte: CONAMA	 Decreto 5.440/05 Estabelece informações de qualidade de água ao cliente Fonte: Legislação Federal
 Resolução 5/88 Licenciamento ambiental de obras e saneamento Fonte: CONAMA	 Resolução ANA 1.941/17 Estabelece obrigações e regras para as outorgas preventivas e de direito de uso de recursos hídricos Fonte: ANA	 ANEXO XX Portaria de Consolidação N° 5 do Ministério da Saúde Padrão de potabilidade Fonte: Ministério da Saúde	 Portaria 421/16 - SC Fluoretação Fonte: Legislação Estadual de SC
 Resolução 237/97 Disciplina sobre o licenciamento ambiental Fonte: CONAMA	 Lei 9.433/97 Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos Fonte: Legislação Federal	 Resolução 396/08 Enquadramento de águas subterrâneas Fonte: CONAMA	 Resolução 250/95 - SP Fluoretação Fonte: Legislação Estadual de SP
 Resolução 377/06 Licenciamento ambiental das unidades de transporte de tratamento de esgoto sanitário de pequeno e médio porte Fonte: CONAMA	 CONAMA 430/11 Lançamento de efluentes Fonte: CONAMA	 NBR 10.004 Classificação de resíduos sólidos Fonte: NBR	 NR's Trabalhistas Normas obrigatórias com o intuito de proteger a integridade do colaborador Fonte: Normas regulamentadoras

Temas destacados dos documentos reguladores



MEIO AMBIENTE, RESÍDUOS SÓLIDOS, DESMATAMENTO, USO DO SOLO, COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO, PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS, EFLUENTES, POTABILIDADE E SAÚDE, QUALIDADE DA ÁGUA, COMUNICAÇÃO COM O CLIENTE, PROTEÇÃO AO COLABORADOR, PRODUTOS CONTROLADOS.

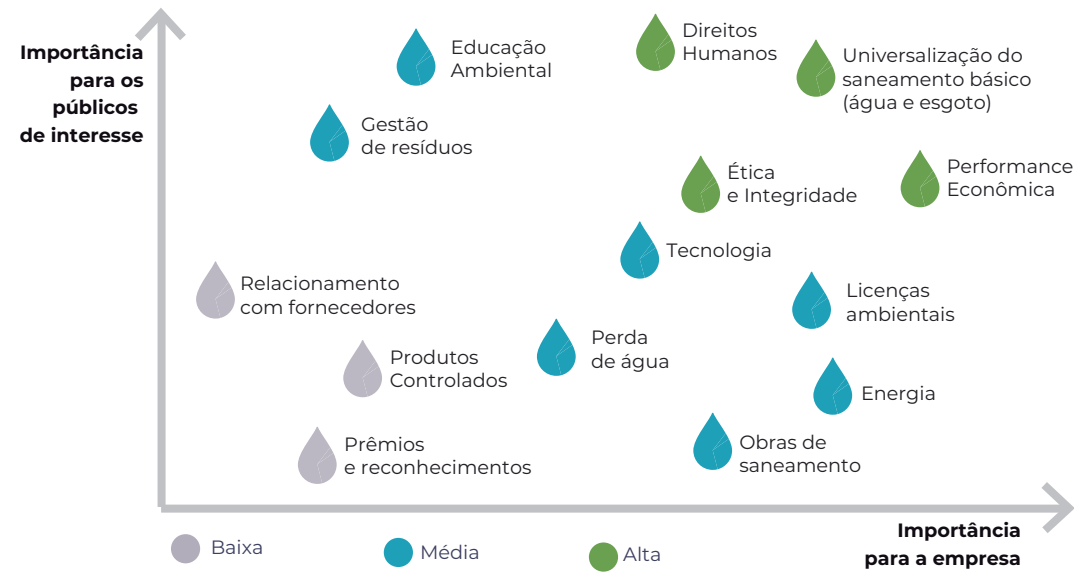
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A matriz
de materialidade

102-44 | 102-46 | 102-47 | 102-48 | 102-49 | 102-50 | 102-52

Em consonância com a sua estratégia de sustentabilidade, a **Iguá definiu temas considerados essenciais para a realização das ações socio ambientais em todas as suas unidades operacionais**. Esses temas foram transformados em 4 eixos de atuação denominados SERR. Os eixos são parte do DNA Iguá e visam promover o fortalecimento do modelo de negócio sustentável da companhia. Maiores detalhes serão apresentados no item Universalização do Saneamento Básico, nas próximas páginas.

Os processos de ampla consulta e escuta ativa possibilitaram a definição comparativa das temáticas de maior e menor relevância para os grupos envolvidos.



Os resultados alcançados foram analisados de forma integrada para a priorização dos temas da matriz, a partir de **temáticas desdobradas da estratégia SERR**.

Os temas prioritários, tanto para a empresa quanto para as públicos de interesse, foram considerados de **alta materialidade e devem se constituir no foco da estratégia, gestão, relacionamento e comunicação da companhia**.

UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO (ÁGUA e ESGOTO)	DIREITOS HUMANOS	PERFORMANCE ECONÔMICA	ÉTICA E INTEGRIDADE
UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ÁGUA DE QUALIDADE E ESGOTO PARA AS COMUNIDADES ATENDIDAS PELA EMPRESA; CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO CONSUMO DE ÁGUA; QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO; SEGURANÇA HÍDRICA; MUDANÇAS CLIMÁTICAS; PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS; SAÚDE PÚBLICA.	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES; QUALIDADE DE VIDA DOS COLABORADORES; DIVERSIDADE.	TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DE CONTRATOS E NA COBRANÇA DE TARIFAS; INVESTIMENTO COM FOCO EM IMPACTO SOCIAL; EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CLIENTE.	IMPACTO POSITIVO; COMPLIANCE; COMBATE À CORRUPÇÃO, TRANSPARÊNCIA NAS TARIFAS.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Iguá e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A utilização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU como matriz norteadora para a atuação da companhia reflete o engajamento da Iguá com a efetivação de metas globais de sustentabilidade e o seu alinhamento com diversas organizações responsáveis, em busca de um desenvolvimento mais inclusivo e próspero. A integração dos ODS à estratégia de sustentabilidade da companhia possibilitou o alinhamento da sua operação e a tradução dos seus resultados para a mensuração da sua contribuição ao alcance desses objetivos comuns.



A correlação numérica da sua atuação com cada ODS partiu da análise integrada sobre as suas características e os seus resultados operacionais, além de incluir a percepção dos públicos de interesse sobre o valor gerado pela Iguá, fruto do processo de desenvolvimento da sua matriz de materialidade.

A seguir, está graficamente representada a correlação das operações da organização com a conquista de metas e objetivos dessa agenda global:



Os 193 países-membros das Nações Unidas adotaram oficialmente a nova agenda de desenvolvimento, intitulada **"Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável"**.

Essa pactuação ocorreu na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, realizada na sede da ONU em Nova York, em setembro de 2015.

Essa agenda contém:

17 OBJETIVOS **169** METAS **+230** INDICADORES

Os ODS são norteadores de atuação para toda a comunidade global, incluindo as organizações.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os três objetivos e metas dos ODS mais alinhados com a atuação da Igua



ODS 6 - ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.

6.1 - Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos;

6.3 - Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente;

6.4 - Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



ODS 8 - TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO:
Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.

8.2 - Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra;

8.4 - Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.

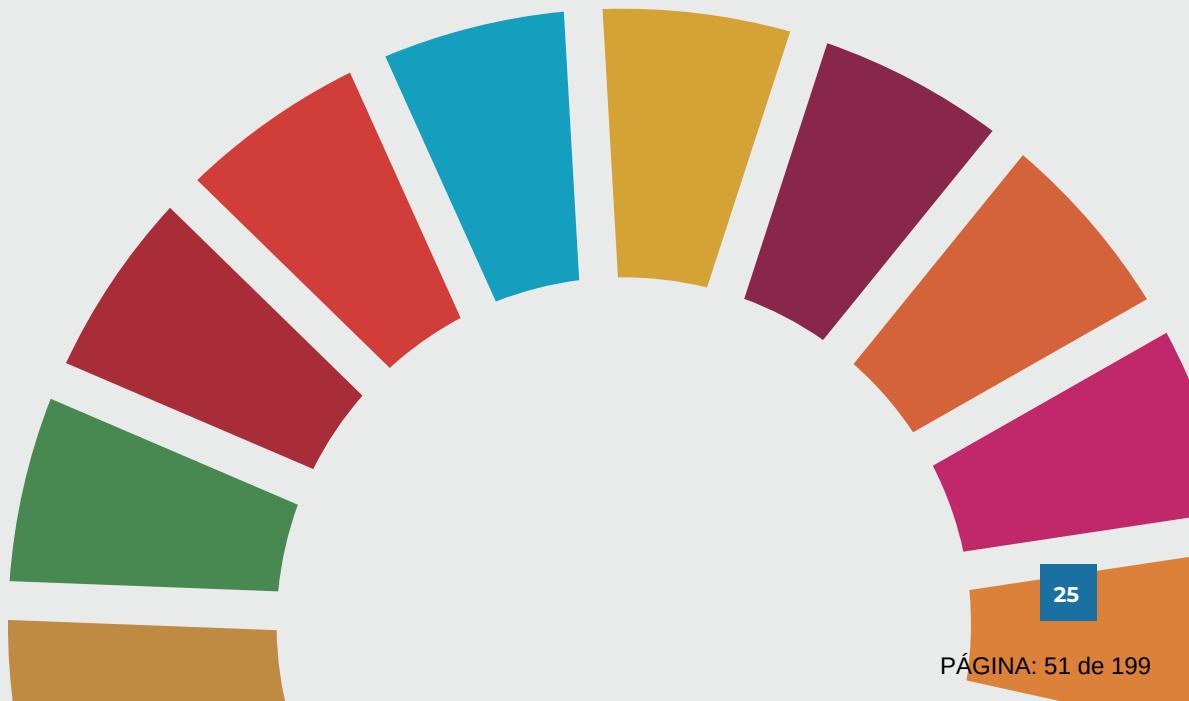


ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

5.1 - Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte;

5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;

5.a - Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Performance Operacional

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESTAQUES

5

Estações de tratamento de esgoto (ETEs) concluídas

1. ETE Tijucal em Cuiabá (MT), capacidade 250l/s
2. ETE Dom Aquino em Cuiabá (MT), capacidade 350l/s
3. ETE Estoril em Atibaia (SP), capacidade 200l/s
4. ETE Fartura em Mirassol (SP), capacidade 40l/s
5. ETE Figueira em Tubarão (SC), capacidade 75l/s



Atingimento da universalização de esgoto em **Mirassol (SP)**



ETE Figueira

2

Novas estações de tratamento de água (ETAs) concluídas

1. ETA Ribeirão do Lipa em Cuiabá (MT), capacidade 400 l/s
2. ETA Sul em Cuiabá (MT), capacidade de 750 l/s



ETA Ribeirão do Lipa

No total foram acrescentadas em 2019

16mil

novas economias de água

28mil

novas economias de agosto

+12 novos reservatórios entregues



Reservatório Altos do Parque 3.000 m³ (Cuiabá/MT)



Reservatório Santa Terezinha 4.000m³ (Cuiabá/MT)



+93km

de novas redes de água



+300km

de novas redes de esgoto

+31

novas estações elevatórias de esgoto (EEE) foram executadas



EEE Braz, em Tubarão (SC)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

GESTÃO



Lançamos a plataforma Digi Iguá, com facilidade e comodidade para os clientes



Certificação GPTW obtida novamente



Realização da segunda edição do Iguá Lab e o 3º Seminário Iguá de Inovação e Boas Práticas

Centralização do 0800 e atendimento *omnichannel*

Expansão das políticas de *Compliance* (*Due Diligence*, PEP, *Compliance*, Prevenção a *Insider Trading*)



Realização do **Primeiro Encontro de Parceiros Iguá** nas cidades de Arapiraca, Cuiabá e São José do Rio Preto, para esclarecer aos fornecedores os processos de compras, políticas de *Compliance* e despertar o interesse em novas parcerias



O **CEI (Centro de Excelência Iguá)** continua capturando ganhos de sinergia: em 2019, todas as atividades de Suprimentos do grupo passaram a ser centralizadas

INVESTIMENTOS

A Iguá tem atuado de forma rigorosa para o cumprimento de suas metas e responsabilidades contratuais assumidas. Dessa forma, vem **investindo intensamente para a universalização dos serviços de água e esgoto, melhorando a cada dia o acesso à água tratada, coleta e tratamento de esgoto nos locais onde atua.**

Houve aumento significativo nos investimentos realizados pelo grupo, o que ilustra a **capacidade técnica e comprometimento da companhia em suas metas contratuais.**

São apresentados no quadro a seguir os investimentos realizados e seus respectivos quantitativos físicos no ano de 2019:



R\$ 373,4

milhões foi o investimento total considerando empresas de controle compartilhado

31%

foi o aumento quando comparado com o ano de 2018

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Visão geral

	Total - R\$		
	2019	2018	2017
Rede de água	50.445	77.320	36.606
Rede de esgoto	47.528	56.065	11.891
Obras em andamento	261.588	129.154	20.462
Outros investimentos	13.840	22.889	20.377
Total	373.401	285.428	89.336

Visão detalhada

	Cuiabá			Paranaguá		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Rede de água	22.280	40.267	21.072	7.120	6.080	3.983
Rede de esgoto	14.374	31.908	1.399	26.731	9.084	6.572
Obras em andamento	194.779	63.218	4.425	20.421	32.365	4.152
Outros investimentos	13.100	21.425	18.699	202	531	153
Total	244.533	156.818	45.595	54.474	48.060	14.860

	Concessões			PPPs			Não consolidadas		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Rede de água	7.033	5.253	4.412	-	-	-	14.012	25.720	7.139
Rede de esgoto	1.592	2.789	882	49	2	2	4.782	12.282	3.036
Obras em andamento	9.788	9.239	4.313	56	171	154	36.544	24.161	7.418
Outros investimentos	261	732	877	-	-	16	277	201	632
Total	18.674	18.013	10.484	105	173	172	55.615	62.364	18.225

Principais entregas 2019

SPE	Sistema de Abastecimento de Água				Sistema de Esgotamento Sanitário		
	ETA	Reservatório	Boster	Redes (KM)	ETE	EEE	Redes (Km)
Cuiabá	2	6	-	54,00	2	13	163,00
Paranaguá	-	1	1	12,00	-	12	60,00
Concessões	-	-	-	2,20	1	1	9,17
PPPs	-	-	-	3,00	1	4	36,70
Não Consolidadas	-	5	5	21,98	1	1	31,00
Total	2	12	6	93,18	5	31	299,87

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Cuiabá/MT

A cidade de Cuiabá/MT foi o principal foco dos investimentos da Companhia, representado 66% do total investido para o ano.

Principais destaques das obras realizadas:

ÁGUA



Estação de Tratamento de Água Sul, com capacidade para tratamento de 750 litros por segundo, além de 6 reservatórios e 54 km de rede.



ETA Sul 750 l/s (Cuiabá/MT)



Captação ETA Sul (Cuiabá/MT)



Estação de Tratamento de Água do Ribeirão do Lipa, com capacidade para tratamento de 400 litros por segundos.



ETA Ribeirão do Lipa 400 l/s (Cuiabá/MT)



Macrosetorização da região do Lipa, que visa apoiar a gestão de perdas do sistema de redes e distribuição de água.



Reservatório Altos do Parque 3.000 m³ (Cuiabá/MT)



Reservatório Santa Terezinha 4.000m³ (Cuiabá/MT)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ESGOTO



Estação de Tratamento de Esgoto Dom Aquino, com capacidade de tratamento de 350 litros por segundo.



ETE Dom Aquino 350 l/s (Cuiabá /MT)



Estação de Tratamento de Esgoto Tijucal com capacidade de Tratamento de 250 litros por segundo.



ETE Tijucal 250 l/s (Cuiabá/MT)



13 Estações Elevatórias de Esgoto e 163 km de rede para coleta de esgoto bruto, tratamento e disposição final de resíduo tratado.

Paranaguá/PR

Foi o segundo município de maior investimento pelo grupo, representando 15% do total investido no ano. Principais destaques:

ÁGUA



1 Booster e 2 Reservatórios Flexíveis inovadores com tecnologia israelense, solução encontrada para não intervenção em áreas ambientalmente protegidas, realizadas em Ilha do Mel, que possibilitou a não intermitência de água mesmo com a alta frequência de turistas no período de verão. **Foi investido também na ampliação da rede de distribuição de água potável, sendo executados 12 km de rede.**



Reservatórios flexíveis na Ilha do Mel 300m³ (Paranaguá/PR)

ESGOTO



Execução de **60km de rede coletora**, principalmente nos sistemas Cominese e Guaraituba, laboratório para o controle da qualidade do efluente da **Estação de Tratamento de Esgoto Cominese**, além de **12 novas Estações Elevatórias de Esgoto**, cumprindo à rigor as metas contratuais de **expansão da coleta de esgoto bruto, tratamento e disposição final de resíduo tratado.**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Interior do Mato Grosso

ÁGUA

- ✓ Para os investimentos em água, destacam-se os municípios do Interior de Mato Grosso, com **melhorias, modernizações, automatizações** das Estações de Tratamento de Água, Estações Elevatórias de Água Tratada, Captações e Reservatórios. Foram executados **2,2 km de rede para adução e distribuição de água potável**.

ESGOTO

- ✓ Em Alta Floresta (MT) foram executadas melhorias e modernizações nas Estações de Tratamento de Esgoto e Estações Elevatórias, além da **implantação de 9,17 km de rede para coleta de esgoto bruto, tratamento e disposição final de resíduo tratado**.

Sanesso/SP

ESGOTO

- ✓ O grande destaque é a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto Fartura, **com capacidade de 40 litros por segundo no município de Mirassol/SP**, processo de lodos ativados, seguido por membranas de ultrafiltração, que conferem eficiência altíssima ao efluente tratado.



ETE Fartura 40 l/s (Mirassol/SP)

PPPs

ÁGUA

SPAT/SP

- ✓ Instalação de projeto inédito, com matriz energética sustentável utilizando cavaco de madeira reciclável para secagem térmica de lodo, localizado na **Estação de Tratamento de Água de 15.000 l/s do Sistema Produtor Alto Tietê (SPAT)**.



Secador Térmico 7 ton/h (SPAT/SP)

ESGOTO

ATIBAIA/SP

- ✓ Implantação da primeira fase da **Estação de Tratamento de Esgoto Estoril** com a complexidade da execução em área compacta, demandando um alto estudo em tecnologia e engenharia, permitindo o tratamento de **200 litros por segundo de esgoto**. Execução de **4 novas Estações Elevatórias de Esgoto e 35,7 km de rede para coleta de esgoto bruto, tratamento e disposição final de resíduo tratado**.



ETE Estoril 200 l/s (Atibaia/SP)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

✓ AGRESTE/AL

Implantação de nova captação de água bruta do tipo flutuante que permite a operação independente da oscilação de cota do manancial, durante os longos períodos de estiagem que ocorrem no Nordeste. Executados também melhorias nas captações existentes, ETAs, Booster, Reservatórios e implantação de 3km de rede para adução e distribuição de água potável.



Nova captação (Agreste/AL)

Itapoá, Tubarão, Andradina e Castilho (Operações não-consolidadas nas DFs)

ÁGUA

✓ Destaque para o sistema de **Itapoá com a ampliação da Estação de Tratamento de Água Maria Catarina**, ampliando sua capacidade de tratamento de 350 para 450 litros por segundo, ampliação da captação de água bruta, reforço no sistema de adução e distribuição, implantação de dois novos reservatórios e reforma do reservatório elevatório metálico. **No total foram executados 5 novos reservatórios, 5 novos boosters e 21,98 km de rede para adução e distribuição de água potável.**



Reservatório Taça 500m³



Reservatório 1.000 m³ e Booster



Reservatório Santa Cecília 887m³



Módulos de Ampliação da ETA Maria Catarina

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ESGOTO



Implantação de **Estação de Tratamento de Esgoto Figueira**, com capacidade de 75 l/s, em Tubarão/SC e também de uma **Estação Elevatória de Esgoto** grande ampliando a cobertura na região. Foram executados no total 31 km de rede para coleta de esgoto bruto, tratamento e disposição final do resíduo tratado.



ETE Figueira, capacidade 75l/s

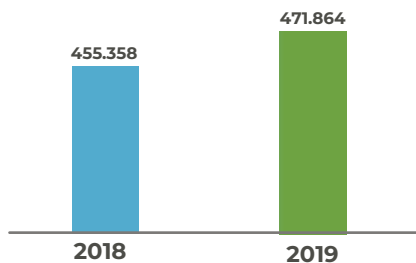
O foco na realização das obras foi melhorar a cada dia a qualidade do produto, dos serviços prestados e ampliação do desempenho operacional dos nossos negócios. Nossa meta é pensar diferente na forma de investir e operar para trazer os maiores benefícios aos clientes e comunidade onde atuamos.

DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL

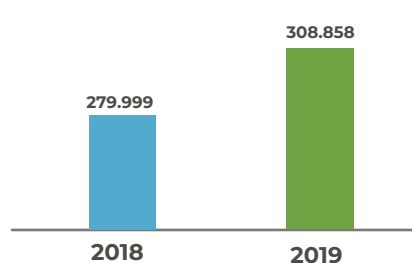
Demonstramos novamente sólida evolução operacional em 2019.

A seguir relacionamos alguns indicadores que registram essa evolução.

Economias Ativas - Água



Economias Ativas - Esgoto



Nota: Não considera economias de PPPs (Atibaia, Agreste, SPAT e Guaratinguetá)

ÁGUA

O crescimento de economias de água, de **3,6% no ano**, foi impulsionado principalmente pelo acréscimo de 10,8 mil novas economias em Cuiabá.

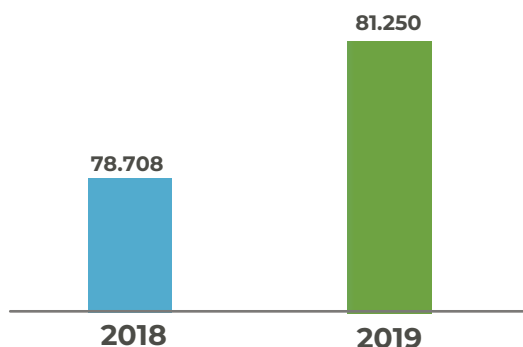
ESGOTO

Em esgoto, o aumento de **10,3% no último ano** deve-se ao acréscimo de 15,0 mil economias em Cuiabá e 8,2 mil economias em Paranaguá.

Levar saneamento, melhorar a vida das pessoas e comunidades onde atuamos é parte integrante de nosso DNA.

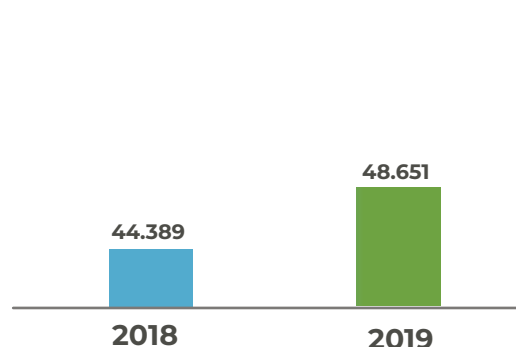
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Volume faturado - Água m³



Como reflexo do aumento de economias ativas, o volume **faturado de água registrou aumento de 3,2%** atingindo 81.250 mil m³ no ano de 2019.

Volume faturado - Esgoto m³



O volume faturado de esgoto apresentou **crescimento de 9,6%**, passando para 48.651 mil m³ no ano de 2019.

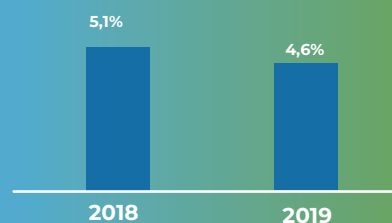
Nota: Não considera economias de PPPs (Atibaia, Agreste, SPAT e Guaringuetá)

O aumento histórico do volume faturado de água e esgoto demonstra o quanto a Iguá vem transformando a realidade das pessoas e comunidades, facilitando o acesso ao saneamento, à saúde e qualidade de vida.

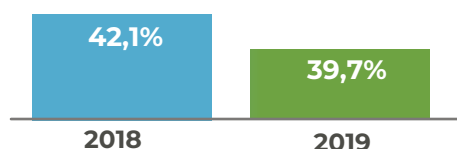
Inadimplência

A Iguá tem como meta facilitar, agilizar e proporcionar aos seus clientes formas diferenciadas de quitar suas pendências. A partir da melhoria contínua dos serviços prestados temos a cada dia a redução da inadimplência de nossos clientes. **Reflexo desse esforço, os indicadores de inadimplência 180 dias apresentaram queda significativa de 2018 para 2019, com redução de 0,5 ponto percentual no último ano.**

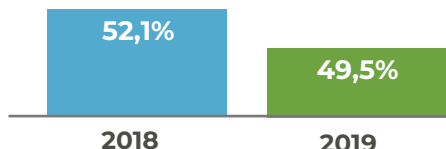
Inadimplência 180 dias



Perdas no faturamento



Perdas na distribuição



A implementação do projeto de combate às perdas, que compreendeu a emissão de políticas e procedimentos, análises de investimentos necessários, definição de iniciativas prioritárias e elaboração de planos de ação impactou diretamente os índices de perdas da companhia, reduzindo as perdas na distribuição em 2,6p.p. para 49,5% em 2019. Já o índice de água não faturada, ou perdas no faturamento, que mede o quanto do volume de água produzido efetivamente não se traduziu em faturamento, recuou de 42,1% no ano de 2018 para 39,7% em 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Performance

Econômico-Financeira

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



103-1 | 103-2 | 103-3

Ao longo de toda sua jornada, a Iguá busca demonstrar o **seu compromisso com a sociedade e demais partes interessadas**, de forma clara, responsável e transparente.

Para tanto, e atendendo às disposições legais e estatutárias, as informações referentes ao desempenho financeiro consolidado da companhia, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, serão apresentadas no presente capítulo. As demonstrações financeiras foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S.

A contínua evolução nos indicadores financeiros e operacionais é uma conquista que reafirma o objetivo de ser um dos principais operadores privados do setor de saneamento no Brasil. Além disso, o desenvolvimento e fortalecimento do programa de *Compliance* e do Código de Conduta apoiam a gestão no seu compromisso de orientar a condução dos negócios da Iguá de maneira íntegra, transparente e sustentável, garantindo o alinhamento de todos os colaboradores da companhia e de terceiros para o cumprimento à todas as leis, normas internas e externas, políticas e regras estabelecidas.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESTAQUES FINANCEIROS

Crescimento da Receita Operacional Líquida:

20,6%

em relação a 2018, atingindo

R\$ 898,5

milhões em 2019;

Lucro Bruto de

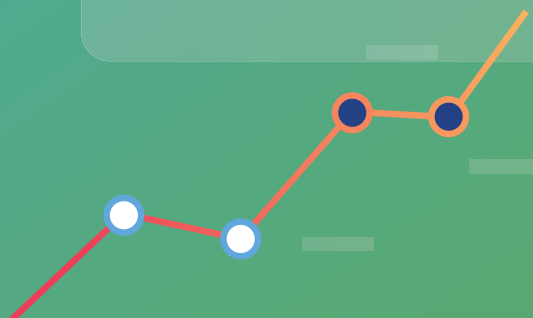
R\$ 318,2

milhões em 2019,

aumento de

6,9%

quando comparado com 2018.



Aumento no EBITDA Ajustado Excluindo Outros Efeitos:

12,8%

que atingiu:

R\$ 288,4

milhões em 2019

Margem de

45,4%

Índice de alavancagem, medido pela Dívida Líquida / EBITDA concluiu*

3,7x

*Ajustados excluindo outros efeitos

84%

do endividamento da Companhia está no longo prazo.

20%

Redução no custo médio do endividamento em 2019



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECÔNOMICO E FINANCEIRO

201-1 | 203-1 | 203-2

	Consolidado - Mil (R\$)		Variação - Mil (R\$)	
	2019	2018	Δ R\$	Δ %
Receita operacional líquida	898.502	744.954	153.548	20,60%
Custos Totais	(580.295)	(447.169)	(133.126)	29,80%
Lucro bruto	318.207	297.785	20.422	6,90%
Despesas operacionais	(139.360)	(135.384)	(3.976)	2,90%
Equivalência	13.631	(788)	14.419	-1829,80%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	192.478	161.613	30.865	19,10%
Resultado financeiro líquido	(115.668)	(120.082)	4.414	-3,70%
Resultado antes dos impostos	76.810	41.531	35.279	84,90%
IR/CSLL	(32.086)	(23.762)	(8.324)	35,00%
Resultado do período	44.724	17.769	26.955	151,70%

Receita Operacional Líquida:

Aumento de 20,6%

2019

898.502
MIL (R\$)

2018

744.954
MIL (R\$)

	Receita Líquida Consolidada - Mil (R\$)		
	2019	2018	Var %
Serviços de Água	283.431	261.236	8%
Serviços de Esgoto	119.562	102.585	17%
Outros Serviços	123.527	144.780	-15%
(=) Receita de Saneamento e Outros Serviços	526.520	508.601	4%
Construção	464.901	325.287	43%
Deduções	(92.919)	(88.934)	4%
(=) Receita Oper. Líquida	898.502	744.954	21%

Composição da receita:

Saneamento e outros serviços

53%

47%

Construção

A receita de serviços de água, serviços de esgoto e outros serviços relacionados (receita de saneamento e outros serviços) é a métrica que apresenta o faturamento relacionado ao escopo principal de nossas operações, e representa 53% do nosso faturamento.

A receita de construção, reflexo do volume de obras em nossos contratos, apresentou forte crescimento de 43%, traduzindo a intensificação de investimentos em nossas operações. Importante ressaltar que a receita de construção reflete a aplicação de norma IFRIC12 (ICPC 01 – R1) de nossas parcerias público-privadas.

NOTA: A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente aos contratos de concessão pública. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. A receita do Ativo Financeiro está incluída no valor de Construção.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RECEITA

DETALHADA

	Receita Líquida - Mil (R\$)					
	Cuiabá			Paranaguá		
	2019	2018	Var %	2019	2018	Var %
Serviços de Água	181.525	169.682	7%	51.286	45.865	12%
Serviços de Esgoto	68.449	59.578	15%	22.481	17.503	28%
Outros Serviços	15.802	22.937	-31%	4.644	2.679	73%
(=) Receita de Saneamento e Outros Serviços	265.776	252.197	5%	78.411	66.047	19%
Construção	238.044	145.937	63%	48.349	47.983	1%
Deduções	(48.683)	(50.058)	-3%	(9.758)	(7.586)	29%
(=) Receita Líquida Total	455.137	348.076	31%	117.002	106.444	10%

	Receita Líquida - Mil (R\$)					
	Demais Concessões			PPPs		
	2019	2018	Var %	2019	2018	Var %
Serviços de Água	50.620	45.689	11%	-	-	-
Serviços de Esgoto	28.632	25.504	12%	-	-	-
Outros Serviços	3.733	3.153	18%	97.468	114.660	-15%
(=) Receita de Saneamento e Outros Serviços	82.985	74.346	12%	97.468	114.660	-15%
Construção	18.506	18.150	2%	160.002	113.217	41%
Deduções	(10.036)	(9.350)	7%	(23.895)	(19.737)	21%
(=) Receita Líquida Total	91.455	83.146	10%	233.575	208.140	12%

Em 2019 todos os segmentos apresentaram **crescimento de receita operacional**.

Dentre os fatores principais que contribuíram para esse crescimento estão:

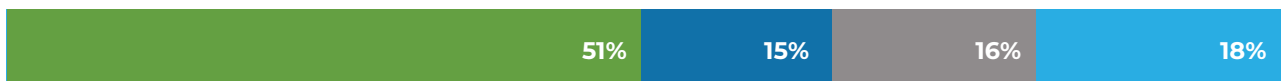
Águas Cuiabá

O aumento de **R\$ 13,5 milhões** na receita de Saneamento e Outros Serviços em 2019 é reflexo, principalmente, do aumento de **10,7 mil novas economias de água** e **15,0 mil novas economias de esgoto**.

Paranaguá Saneamento

Aumento de **R\$ 12,3 milhões** na receita de Saneamento e Outros Serviços, motivado pelo aumento de **8,2 mil novas economias de esgoto**.

RECEITA DE SANEAMENTO E OUTROS SERVIÇOS EM 2019:



RECEITA LÍQUIDA TOTAL:



LEGENDA: CUIABÁ PARANAGUÁ DEMAIS CONCESSÕES PPPS

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CUSTOS E DESPESAS

	Consolidado - Mil (R\$)		Variação - Mil (R\$)	
	2019	2018	Δ R\$	Δ %
Custos totais	(580.295)	(447.169)	133.126	30%
Despesas totais	(139.360)	(135.384)	3.976	3%
(+) Equivalência	13.631	(788)	(14.419)	-1830%
Custos e Despesas	(706.024)	(583.341)	122.683	21%
(+) Amortização / Depreciação	62.518	51.144	(11.374)	22%
Custos e Despesas Totais	(643.506)	(532.197)	111.309	21%
(+) Custos de Construção	355.212	230.402	(124.810)	54%
Custos e Despesas Totais excl. Custos de Construção	(288.294)	(301.794)	(13.501)	-4%

A linha de Custos e Despesas, excluindo os Custos de Construção, teve **redução de R\$ 13,5 milhões, queda de 4% em relação a 2018**, resultado do intenso trabalho de gestão e foco em produtividade e eficiência da companhia. Por outro lado, o total dos **Custos de Despesas apresentou aumento de 21%, ou R\$ 122,7 milhões**, resultado do aumento de **R\$ 124,8 milhões nos Custos de Construção**, em decorrência da aceleração dos investimentos realizados pela Igua.

RESULTADOS FINANCEIROS

	Consolidado - Mil (R\$)		Variação - Mil (R\$)	
	2019	2018	Δ R\$	Δ %
Juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários vinculados	15.896	10.949	4.947	45%
Juros sobre contas a receber de cliente	9.607	8.851	756	9%
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	2.033	565	1.468	260%
Descontos obtidos	1.160	1.109	51	5%
Receitas de operações com partes relacionadas	1.113	448	665	148%
Ajuste a valor presente	843	0	843	
Outras	351	112	239	213%
Receitas Financeiras	31.003	22.034	8.969	41%
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(118.196)	(111.276)	6.920	6%
Outras	(13.983)	(17.039)	(3.056)	-18%
Imposto sobre operações financeiras	(3.554)	(1.194)	2.360	198%
Comissões e despesas bancárias	(10.032)	(12.492)	(2.460)	-20%
Ajuste a valor presente	(800)	0	800	
Despesas de operações com partes relacionadas	(106)	(115)	(9)	-8%
Despesas Financeiras	(146.671)	(142.116)	4.555	3%
Resultado Financeiro	(115.668)	(120.082)	(4.414)	-4%

O aumento de 3%, ou de R\$ 4,5 milhões, nas Despesas Financeiras foi motivado pelo aumento do endividamento bruto, decorrência das novas captações realizadas pela companhia em 2019 para financiamento do seu plano de expansão. Ao mesmo tempo, houve aumento de 41% ou R\$ 8,9 milhões nas Receitas Financeiras, como resultado do maior nível de caixa mantido pelo Grupo e na evolução da gestão das aplicações financeiras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA E**EBITDA AJUSTADO EXCLUINDO OUTROS EFEITOS**

	Total (com IFRS) - Mil (R\$)		Ajustes - Mil (R\$)		Total Ajustado excl. outros efeitos - Mil (R\$)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita líquida	898.502	744.954	(263.129)	(164.121)	635.373	580.833
Custo total	(592.547)	(447.168)	286.447	171.131	(306.100)	(276.037)
Lucro bruto	305.955	297.786	23.319	7.010	329.273	304.796
Despesas operacionais	(112.761)	(124.177)	(27.376)	(22.791)	(140.137)	(146.968)
Despesas - depreciação	(13.244)	(12.020)	4.378	(1.273)	(8.865)	(13.293)
Outras despesas/receitas	761	812	(87)	(812)	673	-
Impairment / não recorrentes	(1.863)	-	1.863	14.130	-	14.130
Equivalência	13.631	(788)	(13.631)	788	-	-
Finanças líquidas	(115.667)	(120.082)	(24.828)	391	(140.495)	(119.691)
Resultado antes IRPJ e CSLL	76.810	41.531	(36.361)	(2.557)	40.449	38.974
(+) Amortização / Depreciação	62.519	51.145	44.931	45.870	107.450	97.015
(+) Finanças líquidas	115.667	120.082	24.828	(391)	140.495	119.691
Ebitda	254.996	212.758	33.398	42.922	288.394	255.680
Margem EBITDA	28,40%	28,60%			45,40%	44,00%

Ajustamos nosso EBITDA de forma a permitir a melhor interpretação do nosso desempenho operacional, modelo de negócio e da nossa conversão de caixa.

Lembramos que o EBITDA Ajustado é uma medida não contábil, cabendo à companhia informar os seus critérios, que em consonância com a instrução CVM 527 podem ser assim identificados:

I. Eliminação do efeito de receitas e despesas não recorrentes (incluindo os efeitos contábeis decorrentes de *impairment*, ou reversão de *impairment*, dos ativos), se houver.

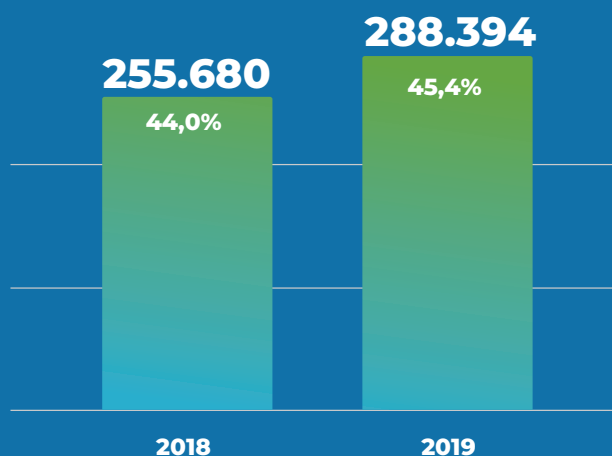
Além disso, para proporcionar maior aderência à geração de caixa da companhia, entendemos ser importante desconsiderar também outros efeitos, a saber:

I. Eliminação dos efeitos contábeis ocasionados pela aplicação das normas do IFRS aplicadas à Companhia (em especial do IFRIC12 / ICPC-01, que se refere à desconsideração de Receitas e Custos de Construção, bem como constituição do Ativo Financeiro);

II. Consolidação integral das empresas do Grupo que possuem acionista minoritário ou controle compartilhado.

**EBITDA AJUSTADO
EXCLUINDO
OUTROS EFEITOS - MIL (R\$)**

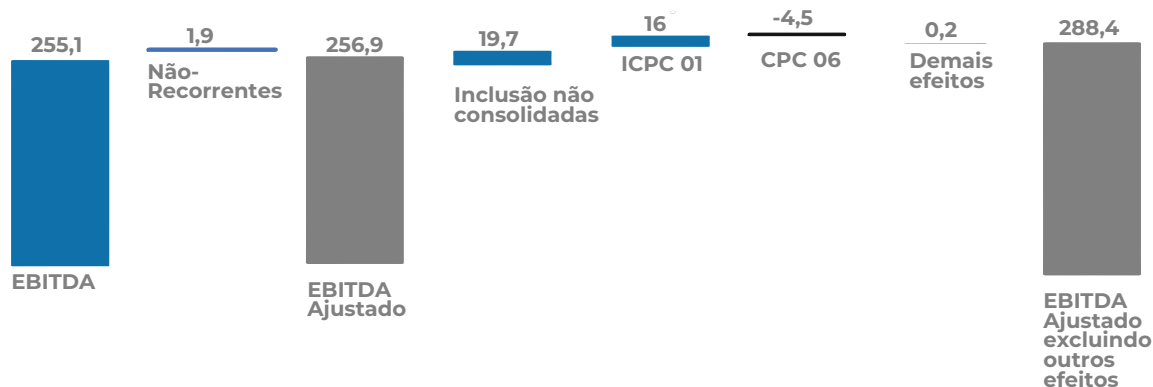
Aumento
de 2018 para 2019:
12,8%



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

AINDA, PARA MAIOR CLAREZA, DETALHAMOS OS EFEITOS DOS AJUSTES SENDO CONSIDERADOS:

EBITDA AJUSTADO EXCLUINDO OUTROS EFEITOS



Inclusão não-consolidadas: adição integral do EBITDA das sociedades do grupo não-consolidadas nas DFs.

ICPC 01: exclusão dos efeitos gerados pela aplicação do CPC 01 sobre os custos de construção, receita de construção e ativo financeiro.

CPC 06: exclusão dos efeitos relacionados à contabilização dos arrendamentos mercantis.

Demais Efeitos: efeitos contábeis decorrentes da aplicação dos CPCs 08, 10, 47 e 48.

ENDIVIDAMENTO

Indicadores de
Endividamento - Mil (R\$)*

	2019	2018	Δ%
Dívida bruta	1.338.160	1.197.382	11,80%
(-) Caixa e Aplicações financeiras	(306.507)	(311.135)	-1,50%
Dívida líquida	1.031.653	886.247	16,40%
(+) Dívida bruta - Não Consolidadas	78.235	56.396	38,70%
(-) Caixa e Aplicações Financeiras - Não consolidadas	(30.617)	(4.636)	560,40%
Dívida líquida - Incluindo Não Consolidadas	1.079.271	938.007	15,10%
EBITDA ajustado excl. outros efeitos	288.394	255.680	12,80%
Dívida líquida / EBITDA ajustado excl. outros efeitos	3,7x	3,7x	2,00%

*Valores excluindo operações entre Partes Relacionadas.

Em 2019 a dívida líquida da companhia, incluindo Não Consolidadas, apresentou aumento de 12,8%, justificado, principalmente, pela 4ª emissão de Debêntures da Iguá Saneamento S.A. no valor de R\$120 milhões de reais, desembolsada no segundo trimestre de 2019, e do desembolso de 120 milhões pelo BNDES em Cuiabá.

Mesmo assim obtivemos redução expressiva do custo médio da dívida, que se deu não só pela queda do CDI (indexador que hoje representa 47% da dívida total da cia) e da TJLP (33% da dívida), mas também pela redução do custo dos novos financiamentos em 2019.

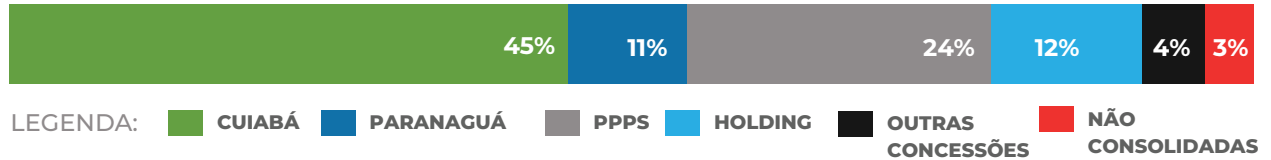
O custo médio da dívida fechou 2019 com redução de 20%, em 7,9%, enquanto 2018 foi de 9,9%.

Em 2019 todos os *covenants* financeiros relacionados às dívidas do grupo foram atendidos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

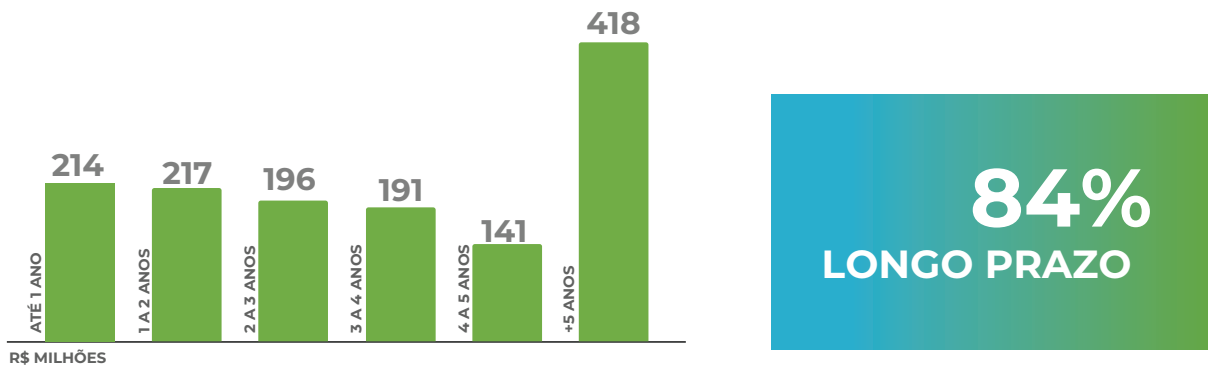
PERFIL DA DÍVIDA:

O endividamento do Grupo é diversificado não só em indexadores, mas também em fontes de financiamento, e com longo perfil de amortização.



Exclui dívidas das operações com Partes Relacionadas.

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA:



Exclui dívidas das operações com Partes Relacionadas. Inclui empresas de controle compartilhado.

LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado antes dos impostos da Iguá passou de

R\$ 41,5 milhões em 2018

para R\$ 76,8 milhões em 2019.

O Resultado do Período da Iguá passou de

R\$ 17,7 milhões em 2018

para R\$ 44,7 milhões em 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**OUTRAS INFORMAÇÕES****PARECER DOS
DIRETORES SOBRE AS
INFORMAÇÕES
TRIMESTRAIS**

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as Informações de 31 de dezembro de 2019 e com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM n. 480/09.

**PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS PELO
AUDITOR
INDEPENDENTE**

Em conformidade com a Instrução CVM n. 381, a companhia informa que seus auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S/S, não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. A política da companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

DISCLAIMER

Considerações futuras, se contidas nesse documento, são exclusivamente relacionadas às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros e às perspectivas de crescimento da companhia, não se constituindo, portanto, em garantia de performance ou de resultados futuros da companhia. Essas considerações são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da companhia em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o seu plano de negócios. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores, além dos riscos apresentados nos documentos de divulgação arquivados pela companhia e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

Informações adicionais não auditadas ou revisadas por auditoria aqui contidas refletem a interpretação da Administração da companhia sobre informações providas de suas informações anuais e seus respectivos ajustes, que foram preparados em conformidade com as práticas de mercado e para fins exclusivos de uma análise mais detalhada e específica dos resultados da companhia. Dessa forma, tais considerações e dados adicionais devem ser também analisados e interpretados de forma independente pelos acionistas e agentes de mercado que deverão fazer suas próprias análises e conclusões sobre os resultados aqui divulgados. Nenhum dado ou análise interpretativa realizada pela Administração da companhia deve ser tratado como garantia de desempenho ou de resultado futuro e são meramente ilustrativas da visão da Administração da companhia sobre os seus resultados.

A administração da companhia não se responsabiliza pela conformidade e pela precisão das informações financeiras gerenciais discutidas no presente relatório. Tais informações financeiras gerenciais devem ser consideradas apenas para fins informativos e não de forma a substituir a análise de nossas informações financeiras anuais individuais e consolidadas revisadas por auditores independentes para fins de decisão ou para qualquer outra finalidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Universalização do Saneamento Básico

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A universalização do
saneamento básico

103-1 | 103-2 | 103-3

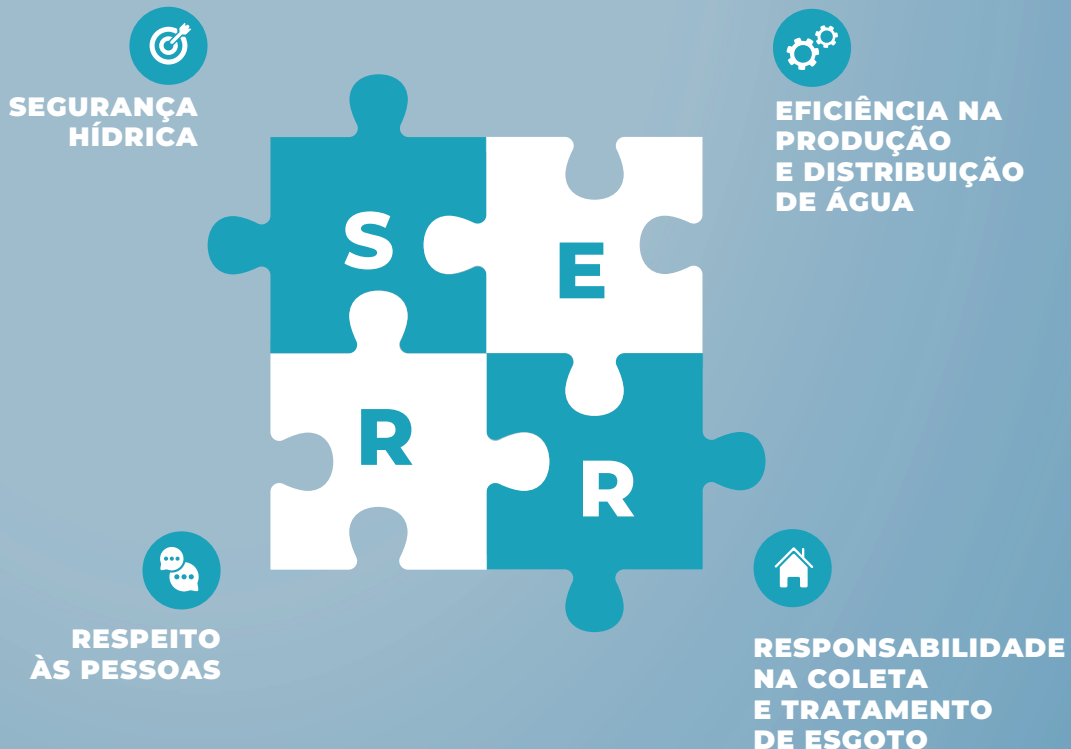
A SUSTENTABILIDADE
ESTÁ NA ESSÊNCIA DAS
ATIVIDADES DA IGUÁ.

Em 2019 a Iguá avançou no aprofundamento da estratégia do seu modelo de sustentabilidade. A jornada deste engajamento iniciou-se no ano anterior, em 2018, partindo da realização de um estudo preliminar a respeito dos temas considerados mais importantes e prioritários no que diz respeito à Sustentabilidade de suas práticas, da visão da empresa e de seus públicos estratégicos. **Após esta análise, os temas foram transformados em quatro eixos de atuação, conforme elencados abaixo:**

Ao longo de 2019, a Iguá reforçou o compromisso de atuar de forma tempestiva no desenvolvimento de cada eixo SERR, por meio de ações e tratativas específicas por tema, **reforçando assim seu compromisso com os temas estratégicos, aliados a premissa de entregar serviços de qualidade ao seu público.**

E S T R A T É G I A

SERR



A Iguá aprimorou seus procedimentos e diretrizes para a execução de suas atividades de ampliação do sistema. Uma dessas diretrizes foi **a criação de um caderno específico contemplando todos os requisitos para elaboração de projetos de engenharia.**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



SEGURANÇA HÍDRICA

- Uso responsável da água
- Investimentos em novas instalações – ETAs e ETEs
- Implementação da estratégia de elaboração de Plano Diretor para Tratamento e Disposição de Lodos Gerados nos Processos, com o estudo das realidades locais quanto a aspectos climáticos, socioambientais e econômicos. Nos planos são definidas diretrizes e tecnologias para a gestão dos lodos das estações de tratamento de água e esgoto. Cuiabá e Itapoá foram as primeiras operações envolvidas no projeto, e os resultados serão utilizados como referência aos demais contratos da Igua.
- Ações junto à comunidade para recuperação de mananciais
- Divulgação de novas diretrizes e procedimentos elaborados para perdas



EFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

- Ampliação das redes de distribuição de água ao longo de 2019, firmando, assim, o compromisso de universalizar o saneamento básico
- Controle da conformidade legal da qualidade da água
- Redução das perdas de água
- Implementação de equipamentos de medição *online* nas operações de água, com o objetivo de viabilizar a segurança operacional dos sistemas
- Implantação de *software* de controle analítico da qualidade da água
- Treinamento e classificação das equipes operacionais (*Waterfy*)
- Realização de diagnóstico operacional (listas de verificação)
- Divulgação de novas diretrizes e procedimentos para tratamento de água



RESPONSABILIDADE NA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO

- Ampliação das redes de coleta de esgoto ao longo de 2019, firmando, assim, o compromisso de universalizar o saneamento básico
- Aperfeiçoamento do processo de tratamento de efluentes
- Treinamento interno dos operadores de ETEs
- Encontro de Laboratórios Igua
- Realização de diagnóstico operacional (listas de verificação)
- Divulgação de novas diretrizes e procedimentos para tratamento de esgoto
- Implementação de equipamentos de medição *online* nas operações de esgoto, com o objetivo de viabilizar a segurança operacional dos sistemas
- Implantação de *software* de controle analítico da qualidade do esgoto tratado



RESPEITO ÀS PESSOAS

- Garantir a qualidade da água entregue à população
- Fornecer água aos clientes menos favorecidos por meio da tarifa social
- Implantação da metodologia de pesquisa NPS
- Divulgação do primeiro Relatório de Sustentabilidade da Igua
- Desenvolvimento de controles ambientais (legislação, licenças)
- Elaboração do Inventário de Gases de Efeito Estufa
- Substituição de produtos químicos utilizados nas operações e considerados perigosos por produtos de menor risco, reafirmando, assim, o compromisso da companhia com a integridade física dos colaboradores, além do respeito às questões de responsabilidade ambiental
- Capacitação do SEBRAE para lideranças e dinâmicas SERR no Seminário de inovação.
- Capacitação por meio de treinamento à distância para todos os contratos que tenham operação de água (com trilhas de aprendizado e games) visando formar e capacitar as pessoas às melhores práticas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

102-13



O compromisso da Iguá com a transformação do setor avança com o fomento a iniciativas destinadas à ampliação do valor social gerado pelo saneamento.

A companhia, nesse sentido, fundou o **Instituto Iguá**, associação sem fins lucrativos, de direito privado, com atuação transversal, independente e catalisadora de mudanças sistêmicas no setor para o Brasil.



Atuação **em rede e parceria** com outros atores do setor.

O Instituto trabalha por meio de multiplicadores que compreendem a importância de descobrir formas inovadoras de resolver antigos problemas, assim como de deixar um legado positivo para as futuras gerações.

PROPÓSITO:

Contribuir para a **universalização do saneamento no Brasil**, por meio da promoção da inovação e da educação para o desenvolvimento sustentável.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Águas,****efluentes e resíduos**

102-7 | 303-1 | 303-2 | 303-3 | 303-4 | 413-2

162.317
mil m³ de
água tratada**53.904**
mil m³ de
efluente coletado**39.272**
mil m³ de
efluente tratado**Responsabilidade e engajamento
para mitigar impactos****AÇÕES RELACIONADAS À RESPONSABILIDADE
E ENGAJAMENTO****MAPEAMENTO E MONITORAMENTO CONTÍNUO DOS
RISCOS OPERACIONAIS, DESDE O PROCESSO DE
CAPTAÇÃO ATÉ A DISTRIBUIÇÃO;****EFEITIVAÇÃO DE CAMPANHAS COM OS CLIENTES PARA
A ECONOMIA DE ÁGUA E COMBATE ÀS PERDAS,
INCLUINDO ORIENTAÇÃO SOBRE DETECÇÃO DE
VAZAMENTOS E MANUTENÇÃO DAS REDES E EQUIPA-
MENTOS INTERNOS AOS IMÓVEIS.****PRINCIPAIS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS****PERDAS DE ÁGUA;****RISCO DE CONTAMINAÇÃO POR FALHA NO TRATAMENTO**
(FALTA OU EXCESSO DE DOSAGEM DE PRODUTO QUÍMICO);**CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA PARA CONSUMO;****EXTRAVASAMENTO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO
E ELEVATÓRIAS DE ESGOTO;****CONTAMINAÇÃO DO SOLO.****Qualidade
e responsabilidade**

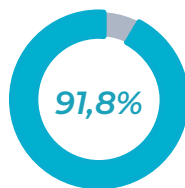
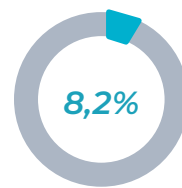
Os padrões mínimos estabelecidos para a qualidade da descarga de efluentes são determinados normativamente pelas agências ambientais de cada unidade da Federação e apresentam variações de acordo com os respectivos órgãos ambientais.

Em algumas situações, **a Igua estabeleceu parâmetros mais restritivos para itens específicos.** Essa medida foi adotada pelo entendimento interno de que os parâmetros exigidos pelo órgão não eram suficientes para o atendimento do nível de qualidade e responsabilidade da empresa.

**Minimização de
impactos na operação**

Todas as operações da Igua executam análises dos efluentes para garantir que os padrões de lançamento sejam atendidos, conforme exigências da legislação vigente.

No ano de 2019, a Igua foi **responsável pela captação total** de:

 **171.863**
mil m³ de água**CAPTADOS DE
ÁGUAS DE SUPERFÍCIE****CAPTADOS DE POÇOS
(LENÇÓIS FREÁTICOS)**(NÃO HOUVE CAPTAÇÕES DE ÁGUA DO MAR, ÁGUA
PRODUZIDA OU ÁGUA DE TERCEIROS)

Considerando a captação total de **água em municípios e áreas com estresse hídrico**, no ano de 2019:

 **10,5%**
de água foi captada
em municípios com estresse hídrico**98,7%**
ÁGUA DA
SUPERFÍCIE**1,3%**
ÁGUA DE
LENÇÓIS
FREÁTICOS

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As informações de captação de água são coletadas pelas operações por meio de leituras frequentes, de forma automatizada, realizada por macromedidores, ou manual. Os volumes medidos são registrados para histórico, considerando a fonte de captação por operação.

As vazões registradas também são utilizadas para a parametrização dos processos de tratamento da água a ser distribuída.

Considerando o volume de água produzido em 2019 de 162.317 mil m³, foram devolvidos na forma de descarte de efluente:

53.904
mil m³
de efluente

2.020
mil m³ (3,7%) foram
enviados para outros
municípios

100%
do descarte
realizado em
água doce

10,7%
foram descartados em
municípios que apresentaram
situação de estresse hídrico

A Igua monitora semanalmente os índices de qualidade da água e do esgoto tratado das operações. Por meio dessas análises é verificado o atendimento dos parâmetros de potabilidade da água e de lançamento do efluente tratado. **Se encontradas substâncias fora dos parâmetros de atendimento, são tomadas as medidas de mitigação eficazes para cada caso, conforme legislação vigente.**



Índice Igua de qualidade
da **água distribuída**

99% | 100%
2018 2019



Índice Igua de qualidade
do **esgoto tratado***

56% | 73%
2018 2019

** Mais rigoroso do que a legislação*

Em 2019, as operações da Igua geraram 208.208 toneladas de lodo provenientes de ETA e ETE, devidamente destinadas a aterros legalizados e projetos de aproveitamento do resíduo. Os demais resíduos somaram 467.167 toneladas, e também foram descartados conforme legislação ambiental vigente. Os dois tipos de resíduos totalizaram 675.375 toneladas em 2019.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Direitos Humanos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Direitos Humanos

103-1 | 103-2 | 103-3

O tema de Direitos Humanos foi considerado de alta materialidade na matriz desenvolvida para a Iguá e detalhada no início do relatório. **Tópicos como geração de emprego e renda, desenvolvimento sustentável das comunidades, qualidade de vida dos colaboradores e diversidade foram mencionados pelas partes interessadas que participaram da construção da matriz.**



Por ser um tema transversal às diversas áreas da companhia, a Iguá não possui uma instância específica de gestão de Direitos Humanos. O monitoramento e a tratativa dessa temática, contudo, ocorre em praticamente todas as áreas que se relacionam com públicos internos e externos.

A companhia identifica que seus impactos sobre essas questões ocorrem, principalmente, no relacionamento com:



CANAL DE DENÚNCIAS

O principal mecanismo de queixas e reclamações relativas à atuação da Iguá em Direitos Humanos é o **Canal de Denúncias Iguá**, disponível para os públicos interno e externo por meio de atendimento telefônico, internet, e-mail e caixa postal.



Atendimento telefônico

0800 713-0051



Internet

www.linhaetica.com.br/etica/iguasaneamento



E-mail

iguasaneamento@linhaetica.com.br



Caixa Postal

79518, CEP 04711-904, São Paulo – SP



O documento que orienta essa gestão é o Código de Conduta da Iguá, principalmente o item 2.4 - Relações com a Sociedade e o Ambiente de Trabalho, que trata de temas como responsabilidade social, não discriminação e diversidade, proibição do uso da mão de obra infantil e/ou forçada, entre outros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

102-8 | 401-1 | 401-2 | 401-3 | 405-1 | 405-2

1.543**total de
colaboradores
em 2019**
 **345** novas contratações

 **372** desligamentos
23%

TAXA DE ROTATIVIDADE

Para calcular a **taxa de rotatividade dos funcionários** da empresa, foi aplicada a fórmula da soma dos funcionários contratados dividido por 2 e, posteriormente, dividido pelo total de funcionários ativos no final do período.

72%

dos colaboradores da organização estão na **faixa etária de 26 a 45 anos**.

A companhia oferece a todos os seus colaboradores os seguintes benefícios:



Vale Alimentação + Vale Refeição



Remuneração Variável



Vale Transporte



Seguro de Vida



Convênio Médico



Convênio Odontológico

A Iguá garante o direito à licença parental a todos os seus colaboradores. No ano de 2019, 38 funcionários tiveram a licença concedida, sendo 16 do sexo feminino e 22 do sexo masculino. Todos que tiveram a licença concedida retornaram ao trabalho após o encerramento do benefício.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Diversidade e Igualdade de Oportunidades

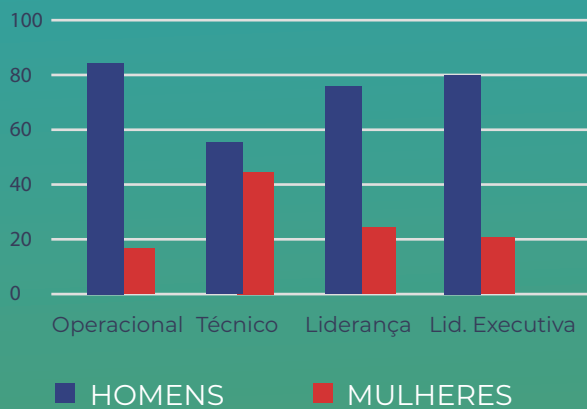


21,1% são do sexo **feminino**

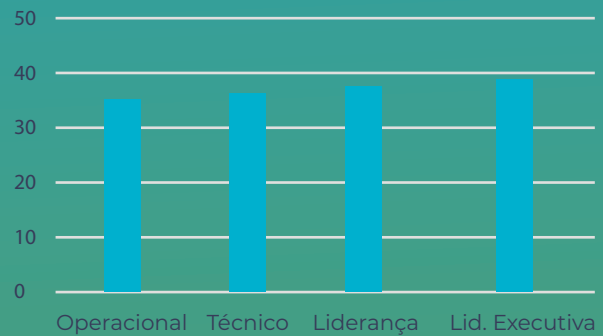


78,9% são do sexo **masculino**

Distribuição segundo sexo e nível(%):



Média da faixa-etária dos colaboradores (em anos):



Em 2019, a Iguá contou com a atuação de 24 funcionários com deficiência, o que corresponde a 1,56% do total de colaboradores.

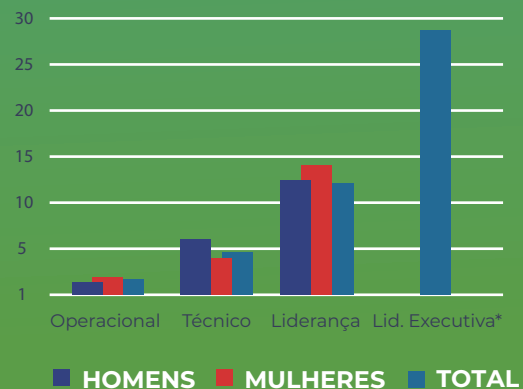
Porém, somente as operações de Paranaguá, Cuiabá, Agreste e Tubarão possuem a exigência legal de cumprir uma cota mínima de PCD (Pessoa com Deficiência). Assim, considerando somente essas operações, há presença de 2,52% de PCD.

Política de remuneração

A política de remuneração da companhia atende à legislação trabalhista, a todos os acordos coletivos e aos normativos específicos sobre a temática.

Considerando que há um alto número de funcionários do sexo masculino atuando em todas as operações, o impacto do salário médio das mulheres, superior nas categorias operacional e liderança, não é refletido no salário médio geral do Grupo. Dessa forma, o salário médio das mulheres é inferior ao dos homens em 14,7%.

Média salarial em milhares de R\$



* Essa categoria possui apenas uma funcionária do sexo feminino. Por questões de sigilo das informações pessoais, as médias salariais por sexo não foram divulgadas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desenvolvimento e envolvimento com as Comunidades Locais

413-1 | 413-2

Rede coletora de esgoto

Antes mesmo que melhorias de infraestrutura de água e esgoto cheguem a uma região, a Igua vai até o local para levar informações sobre as obras futuras, os prazos e os benefícios para toda a comunidade. Nessas ações são destacadas as vantagens de se conectar à rede de coleta de esgoto, os benefícios à saúde, a valorização do imóvel e a preservação do meio ambiente. Realizadas pelas operações Águas Cuiabá (MT), Paranaguá Saneamento (PR) e Tubarão Saneamento (SC), as ações de relacionamento podem envolver visitas aos moradores, palestras e distribuição de materiais de comunicação.

Visitas às instalações

Para ampliar os conhecimentos da população sobre os sistemas de água e esgoto e estar mais próxima das comunidades onde atua, a Igua realiza visitas guiadas às suas estações de tratamento de água e esgoto. As visitas são abertas a estudantes, empresas e outros grupos interessados.

Em 2019, a Águas Cuiabá (MT) realizou visita técnica dos estudantes do curso de Engenharia, da Universidade Federal de Mato Grosso, à ETA Central. Também foram disponibilizados ônibus para a população visitar as obras da região, além da visita aos principais públicos para prestação de contas dos serviços.

A IGUA REALIZA DEZENAS DE PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS POR MEIO DE SUAS 18 OPERAÇÕES, BUSCANDO DESENVOLVER A COMUNIDADE LOCAL, PROMOVER A CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E ESTREITAR O RELACIONAMENTO COM A POPULAÇÃO. TODAS AS AÇÕES SÃO REALIZADAS DENTRO DOS PROCESSOS DE COMPLIANCE DA COMPANHIA. DENTRE ESSES PROJETOS, PODE-SE DESTACAR:

Educação ambiental

A Águas Cuiabá (MT) engajou os colaboradores em ações voltadas à educação ambiental e ao consumo consciente e sustentável da água. Foram ministradas palestras em escolas da rede municipal de ensino, com a participação de dois mil alunos, além da realização de pequenos reparos hidráulicos, como a substituição de torneiras. A companhia também promoveu uma limpeza de nascentes, quando colaboradores auxiliaram no recolhimento de três toneladas de lixo. A operação de Tubarão (SC) também realizou uma série de ações de envolvimento com a comunidade, destacando-se as atividades de educação ambiental e formação de multiplicadores, além das parcerias em ações para discutir e ampliar os impactos e benefícios das políticas de saneamento básico alinhadas a outras políticas públicas.

Ações em datas comemorativas

A companhia aproveita as celebrações para estreitar sua relação com as comunidades e com o poder público local, além de conscientizar a população sobre a importância de seus serviços e da proteção ao meio ambiente. No Dia Mundial da Água, no Dia da Árvore e na Semana do Meio Ambiente, por exemplo, diferentes subsidiárias realizaram ações nas comunidades, como passeatas, feiras, palestras em escolas e plantio de mudas de árvore. A empresa também participou da caminhada em apoio ao dia mundial de conscientização do Autismo em Castilho (SP).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Incentivo à produtores rurais

A subsidiária Agreste Saneamento (AL) firmou uma parceria com produtores rurais de Arapiraca para doar mantas usadas na filtração de lodo de Estações de Tratamento de Água. As mantas, que seriam descartadas como resíduo, foram entregues aos agricultores e aplicadas em plantios como uma técnica agrícola capaz de proteger os cultivos. A iniciativa é intermediada pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do município.

Incentivo à educação, literatura e cultura

A Agreste Saneamento realiza, ainda, dois projetos de incentivo à educação, literatura e cultura. Um deles é o projeto “Guardiões da Água”, um concurso que convida escolas a desenvolverem trabalhos com o tema “uso consciente da água”. O outro é o “Agreste Itinerante”, no qual são realizadas apresentações de artistas explicando às crianças, de maneira lúdica, os processos do tratamento da água.

A companhia também desenvolveu o Concurso de redação “A Água e Você” nas Concessões SP, com a participação de alunos da rede municipal de ensino. Em Paranaguá (PR), os alunos do curso de Gestão Ambiental da Universidade local participaram de palestra sobre Sustentabilidade e visita a estação de tratamento da companhia no Dia Mundial do Meio Ambiente.

Duchas ecológicas

Em algumas praias do Paraná e de Santa Catarina, a Iguá disponibiliza duchas ecológicas que, em vez de usarem água da rede de abastecimento, utilizam água captada de lençóis freáticos, tratada com cloro e carvão ativado. A iniciativa está presente nas operações de Paranaguá (PR) e Itapoá (SC), se apresentando como uma iniciativa sustentável que colabora com o meio ambiente e a preservação da água.

Compensação ambiental

Também no ano de 2019, foram realizadas doações de mudas para plantio, destinadas aos Parques das Nascentes e da Família, no Estado de Mato Grosso, como forma de compensação ambiental (MT).

Escuta à comunidade

Nas operações de Paranaguá (PR) e Cuiabá (MT), foi desenvolvida pesquisa para mapear a relação da população com as empresas de saneamento, como forma de direcionar os esforços para a melhor entrega de serviços.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Respeito aos Direitos Humanos**

4 03-1 | 403-2 | 403-9 | 406-1 | 412-2 | 412-3

Buscando coibir os incidentes de discriminação na companhia e suas operações, a Iguá mantém, por meio de seu Código de Conduta, um **Canal de Denúncias**. Esse canal é disponibilizado a todos os públicos da companhia, para que sejam reportadas situações que possam representar violações aos direitos humanos e práticas discriminatórias. O canal garante a confidencialidade das informações, preserva a identidade das pessoas envolvidas e possui e toma as ações corretivas necessárias.

Desde a implantação do Canal, a Iguá não recebeu nenhuma denúncia de caso de discriminação.

Em todas as propostas e contratos celebrados pela companhia é encaminhado, conjuntamente ao contrato formal, cópia do Código de Conduta da Iguá.

Além do Código de Conduta da companhia, 100% dos contratos celebrados apresentam cláusula que prevê a declaração expressa das partes, garantindo que essas não infringem ou violam seus respectivos objetos sociais e atividades empresariais, nem quaisquer normas de natureza legal, regulamentar, administrativa, judiciária, convencional ou contratual.

Saúde e segurança no trabalho

A Iguá tem trabalhado para tornar sua gestão de saúde e segurança uma referência no setor de saneamento. Em 2019, a companhia implementou novas políticas, procedimentos e ferramentas alinhadas a boas práticas de mercado e ao conjunto de **normas da OHSAS 18001 (Série de Avaliação de Segurança e Saúde Ocupacional)**. Uma das operações, a SPAT Saneamento, já conta com a **certificação OHSAS 18001, além da ISO 9001 em sua versão mais recente, de 2015.**

Para atividades consideradas de risco (como trabalho em altura, espaço confinado e atividades em contato com rede elétrica, por exemplo), a companhia desenvolve um plano específico de mitigação, que abrange desde questões básicas, como a **utilização de equipamentos de proteção individual e coletiva, até treinamentos técnicos e especializados de segurança.**

Para monitoramento dos indicadores de segurança, a Iguá utiliza como referência os padrões de controle estabelecidos pela **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**.

Em 2019 foram registrados os seguintes resultados:

10,27**TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTES (TF)**EM 2018 O VALOR DA TF ERA **11,77****54,10****TAXA DE GRAVIDADE DE ACIDENTES (TG)**EM 2018 O VALOR DA TG ERA **85,32**

Essas taxas referem-se às horas totais trabalhadas pelos colaboradores próprios e terceirizados.

LESÕES RELACIONADAS AO TRABALHO - PRÓPRIOS

CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO DE LESÕES	PRINCIPAIS TIPOS	HHT
Grave	1	Danos materiais	3.240.801,91
	4	Máquinas e Equipamentos	
Moderado	2	Animais (cão)	
	8	Motocicleta	
	8	Máquinas e Equipamentos	
	6	Torção	
	2	Corte	
	3	Queda de Materiais	
Leve	2	Prensamento Membros	
	8	Animais (Cão)	
	14	Ferramentas Manuais	
	13	Motocicleta	
	4	Máquinas e Equipamentos	
	16	Acidente Trânsito	
	4	Torção/Prensamento	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO DE LESÕES	PRINCIPAIS TIPOS	HHT
Leve	5	Queda de Materiais	4.060.972,35
	8	Ferramentas Manuais	

Todos os riscos inerentes a cada atividade estão elencados nos Programas de Prevenção de Riscos Ambientais das respectivas unidades operacionais. Esses riscos foram determinados por meio de análises qualitativas (físico, biológico, ergonômico, químico e acidente) e quantitativas. As ações para minimizar os riscos estão pontuadas nos programas supracitados.

Para a identificação de perigos e riscos de acidentes e incidentes, a Igua utiliza o **procedimento de levantamento de perigos e riscos**, no qual consta o grau de severidade, abrangência e frequência das atividades rotineiras a que os colaboradores estão expostos e suas formas de mitigação.



Essa relação de perigo/risco é anexada à planilha do procedimento. Por meio dessa planilha, a organização identifica todos os riscos associados à sua atividade, assim como as ações para melhoria dos processos e atividade de risco, garantindo a integridade física de seus colaboradores.

Para a execução de atividades que possuam algum risco significativo, se faz necessário o preenchimento do formulário de análise preliminar de risco - APR. No formulário há um campo específico para "situações impeditivas". Após o preenchimento, o colaborador que não se sentir apto a exercer tal atividade sinaliza para o superior imediato a necessidade de criar condições suficientes para a realização das atividades.

Para a proteção dos colaboradores contra represálias, o Canal de Denúncias independente também recebe esse tipo de relato, seja de colaborador, fornecedor ou cliente. Essa ferramenta **assegura um ambiente corporativo ético, transparente e que contemple o respeito aos nossos valores e a aderência às regras e procedimentos nas operações do dia a dia.**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

403-3 | 403-4 | 403-3 | 403-4 | 403-5 | 403-6 | 403-9 | 404-1

Serviços de saúde ocupacional

Além da Iguá possuir o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) em cada operação, possui contrato global com empresa terceirizada que atua diretamente em todo processo de implantação e implementação da segurança e saúde ocupacional dos colaboradores. A empresa contratada possui unidades em todas as regiões/cidade em que a Iguá atua, facilitando o acesso do colaborador a médicos e clínicas especializadas em saúde ocupacional.

A comunicação referente aos temas da saúde é realizada por meio dos diálogos diários de segurança (DDS) e campanhas corporativas específicas voltadas à saúde do colaborador. No ano de 2019, a companhia buscou fomentar temas com alto índice de incidência na sociedade como: prevenção do câncer de mama e próstata (outubro rosa e novembro azul), dia mundial da luta contra a AIDS, ações voltadas ao combate ao suicídio e outros.

As eventuais doenças relacionadas ao trabalho são evidenciadas nos respectivos programas de prevenção de riscos ambientais, PPRA. Os riscos são determinados por meio de análises quantitativas e qualitativas das unidades operacionais da companhia.



Os colaboradores receberam, em 2019, **treinamentos em saúde e segurança ocupacional**, abordando os riscos específicos relacionados ao trabalho, atividades ou situações perigosas.

+31.030

total de **horas de treinamento**



19:55

média de horas por funcionário



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ética e Integridade

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ética e Integridade

103-1 | 103-2 | 103-3

O tema de Ética e Integridade foi considerado de alta materialidade na matriz construída para a Iguá e detalhada na seção “Sobre o relatório”. **O seu destaque decorre, principalmente, do potencial de impacto positivo da companhia** em tópicos relacionados ao tema. Foram citados como pontos de atenção o combate à corrupção e a transparência nas tarifas, temáticas que podem gerar impacto significativo em toda a sociedade.

A gestão do tema é realizada desde a alta administração, que possui **a responsabilidade de zelar pelo cumprimento de leis e normas**, até o departamento de *compliance*, principal responsável pela sua tratativa. Diversos instrumentos desenvolvidos e implementados pela companhia reforçam o seu compromisso com uma gestão transparente e responsável e fortalecem a sua capacidade de endereçar as questões de forma mais assertiva e célere.

Assim como em outros temas materiais, o principal mecanismo de queixas e reclamações é o **Canal de Denúncias Iguá**, disponível para os públicos interno e externo por meio de atendimento telefônico, internet, e-mail e caixa postal.



COMITÊ DE AUDITORIA

CÓDIGO DE CONDUTA

POLÍTICA DE RELACIONAMENTO COM TERCEIROS

POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

POLÍTICA DE OFERTA E RECEBIMENTO DE BRINDES, VIAGENS E ENTRETENIMENTO

POLÍTICA DE RELACIONAMENTO COM O PODER PÚBLICO E ANTICORRUPÇÃO

Avaliação da abordagem de gestão

O Comitê de Auditoria possui destaque para a gestão dessa temática. É responsável por realizar **avaliações periódicas da atuação da companhia e de suas próprias atividades, no intuito de identificar possibilidades de melhorias.**

A Iguá ampara a sua cultura organizacional em atitudes que reforçam o desenvolvimento integrado da sua operação com políticas, códigos e unidades de governança, **em prol da inovação, sustentabilidade, geração de valor e satisfação do cliente.**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



ATITUDES DO DNA IGUÁ

102-16 | 102-17

 Assuma-se, defenda e discorde em prol do objetivo	 Diga não. Priorize. Resolva.
 Gerar valor para o negócio em todas as escolhas	 Ser diferente é um caminho para ser melhor
 Perceber o cliente	 Quem perde o tempo perde a razão
 Dois erros não justificam um acerto	 Sustentabilidade é a base

Programa de Integridade



Além do DNA Iguá e do Código de Conduta, a Iguá gerencia questões relacionadas a esse tema material por meio do **Programa de Integridade**, aprovado em 2018, em reunião com os Diretores da Iguá.

Para a implantação do Programa, foi preciso refinar as políticas existentes e o **Código de Conduta**, com a intenção de constituí-los com um conteúdo de fácil leitura e entendimento. **O principal objetivo desse movimento foi ampliar a compreensão dos colaboradores do Grupo sobre a mensagem da direção e as diretrizes adotadas pela companhia, além das políticas atreladas ao próprio Código.**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



O **Programa de Integridade** reúne as políticas citadas no **Código de Conduta**:

POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DO CANAL DE DENÚNCIAS

POLÍTICA DE CONFLITO DE INTERESSES

POLÍTICA DE DOAÇÕES E PATROCÍNIOS

POLÍTICA DE FUSÕES, AQUISIÇÕES E OUTRAS OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS

POLÍTICA DE MEDIDAS DISCIPLINARES

POLÍTICA DE OFERTA E RECEBIMENTO DE BRINDES, VIAGENS E ENTRETENIMENTO

POLÍTICA DE RELACIONAMENTO COM O PODER PÚBLICO

POLÍTICA DE RELACIONAMENTO COM TERCEIROS

POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O conteúdo dessas políticas e do Código está **disponível para todos os colaboradores, terceiros e público externo no site das empresas do Grupo e, exclusivamente para os colaboradores, por meio da plataforma de controle Soft Expert.**

Aprovado por diretores, participantes do comitê e conselheiros, o programa foi divulgado aos colaboradores por meio do Canal de Comunicação (e-mail). Em seguida foram agendados treinamentos presenciais internos para disseminar seu conteúdo.

Para os membros do Conselho de Administração, Diretores, Gerentes, Coordenadores e Especialistas realizou-se o treinamento presencial, quando foram detalhados todos os pontos importantes do **Código de Conduta**, como fornecimento e recebimento de brindes, relacionamento com terceiros, envolvimento com o poder público, entre outros, além das políticas anticorrupção e antissuborno. Para os demais colaboradores, incluindo os informados anteriormente, foram realizadas peças teatrais com o tema **Código de Conduta e Ética**.

O encaminhamento de questões sobre essa temática é, também, realizado pelo Canal de Denúncias, disponível 24 horas, para os públicos interno e externo, mediante acesso à internet, telefone (0800), *e-mail* e caixa postal. A gestão do Canal de Denúncias é independente, feita por empresa externa, incluindo o desenvolvimento do sistema de recepção das denúncias. Os relatos que exigem decisão compartilhada e que são considerados graves, são levados ao Comitê de Ética, formado pela Presidência, Recursos Humanos, Jurídico e *Compliance*.



Tais iniciativas, em conjunto, possibilitaram a disseminação do Programa de Integridade para **68% dos colaboradores**.

1.035

profissionais em diversas regiões do Brasil (Mato Grosso, Alagoas, Santa Catarina, São Paulo e Paraná).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Combate à corrupção

205-1 | 205-2 | 205-3

O Grupo Igua desenvolveu a **Política Anticorrupção** com o objetivo de conscientizar toda a sua cadeia sobre a Lei Anticorrupção 12846/2013. Desde a implantação do Programa de Integridade, foram incluídas as cláusulas anticorrupção e de trabalho escravo e infantil em todos os contratos da companhia. No treinamento anual, realizado com todos os colaboradores sobre o Código de Conduta, é abordado o tema sobre o combate à corrupção.

Todas as operações do Grupo Igua são avaliadas pela área de Compliance, no sentido de identificar e tratar riscos de corrupção e fraudes. Em 2019, não foram verificados incidentes nos processos de avaliação interna.



No mapeamento de riscos realizado por empresa independente, focada em riscos legais e de *compliance*, identificou-se:

- RISCO DE OFERECIMENTO DE PROPINAS ENTRE AGENTES PÚBLICOS E COLABORADORES
- RISCO DE CONLUÍO ENTRE COLABORADORES E AGENTES PÚBLICOS PARA OBTENÇÃO DE VANTAGEM INDEVIDA
- CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS SEM A DEVIDA FORMALIZAÇÃO MEDIANTE CONTRATO FORMAL E REGISTRADO EM SISTEMA

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Gestão de Emissões,
Energia, Materiais e
Biodiversidade

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Emissões

305-1 | 305-2 | 305-3 | 305-5 | 305-6 | 305-7

Com apenas 2 anos de existência a Iguá se preocupa em ser uma empresa diferenciada, que avalia e planeja suas ações, de forma a contemplar a avaliação dos impactos de suas atividades. No ano de 2019, a companhia realizou o seu **primeiro inventário de Gases do Efeito Estufa - GEE**. O processo iniciou com o **levantamento de informações pela equipe da Iguá**, pertinentes às emissões contempladas nos Escopos 1, 2 e 3. O escopo 1 contempla as emissões que são de responsabilidade direta da Iguá. Os escopos 2 e 3 consideram as emissões de fontes sobre as quais a companhia possui responsabilidade indireta. Após essa etapa, as **informações reunidas foram analisadas e consolidadas pela equipe** da empresa contratada, em conjunto com a companhia. Para o cálculo das emissões, as equipes utilizaram a metodologia GHG Protocol, que emprega os potenciais de aquecimento global e fatores de emissão mais atuais do IPCC - Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas, recomendado pela CETESB para a realização do inventário de GEE.

EMISSIONES UNIFICADAS DE TODAS AS UNIDADES

ESCOPO

01

Emissões por Combustão Móvel

1.552,819

EMISSIONES TOTAIS EM CO₂ EQUIVALENTE (TONELADAS)

974,746

EMISSIONES TOTAIS EM CO₂ BIOTÉCNICO (TONELADAS)

Emissões Fugitivas Totais

96,297

EMISSIONES TOTAIS EM CO₂ EQUIVALENTE (TONELADAS)

Emissões Totais de Mudança no Uso do Solo

0,001

EMISSIONES TOTAIS EM CO₂ EQUIVALENTE (TONELADAS)

Emissões Totais do Tratamento de Efluentes

6.617,927

EMISSIONES TOTAIS EM CO₂ EQUIVALENTE (TONELADAS)

ESCOPO

02

Emissões Totais de Compra de Eletricidade

7.135,978

EMISSIONES TOTAIS EM CO₂ EQUIVALENTE (TONELADAS)

ESCOPO

03

Emissões Totais do Tratamento de Resíduos Sólidos

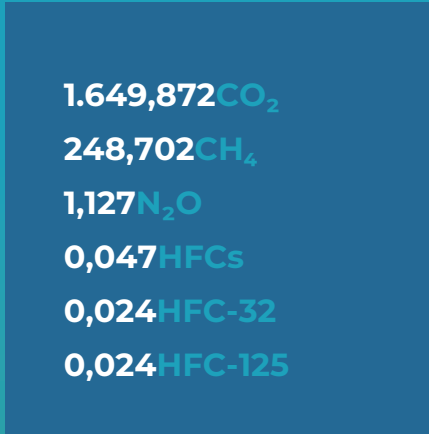
507,934

EMISSIONES TOTAIS EM CO₂ BIOTÉCNICO (TONELADAS)

EMISSIONES CONSOLIDADAS POR TIPO DE GEE E ESCOPOS DE TODAS AS UNIDADES

EMISSIONES EM TONELADAS MÉTRICAS, POR TIPO DE GEE

ESCOPO 01



ESCOPO 02



EMISSIONES EM TONELADAS MÉTRICAS DE CO₂ EQUIVALENTE (TCO₂E)

ESCOPO 01



ESCOPO 02

ABORDAGEM POR "LOCALIZAÇÃO"



EMISSIONES DE CO₂ BIOGÊNICO DE TODAS AS UNIDADES

ESCOPO 01

989,171000
EMISSIONES DE CO₂ BIOGÊNICO (TONELADAS)

ESCOPO 03

516,923000
EMISSIONES DE CO₂ BIOGÊNICO (TONELADAS)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O inventário permitiu observar que as maiores taxas de emissão de CO₂ equivalente foram provenientes de **combustão móvel, tratamento de efluentes e utilização de energia elétrica**. Para as unidades que possuem tratamento de efluentes, a emissão de CO₂ equivalente se deu por metano e nitrogênio para a atmosfera (convertido através do fator de emissão de cada gás para CO₂), **sendo o metano responsável por pelo menos 80% da emissão**.

Os resultados desse processo subsidiaram o desenvolvimento de um **plano estruturado de redução das emissões ao longo de 2020** e dos próximos períodos.

AÇÕES NORTEADORAS DO PLANO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES:

01

Redução da utilização de combustíveis fósseis, adaptando toda a frota para utilização de combustíveis renováveis (etanol e biodiesel).

02

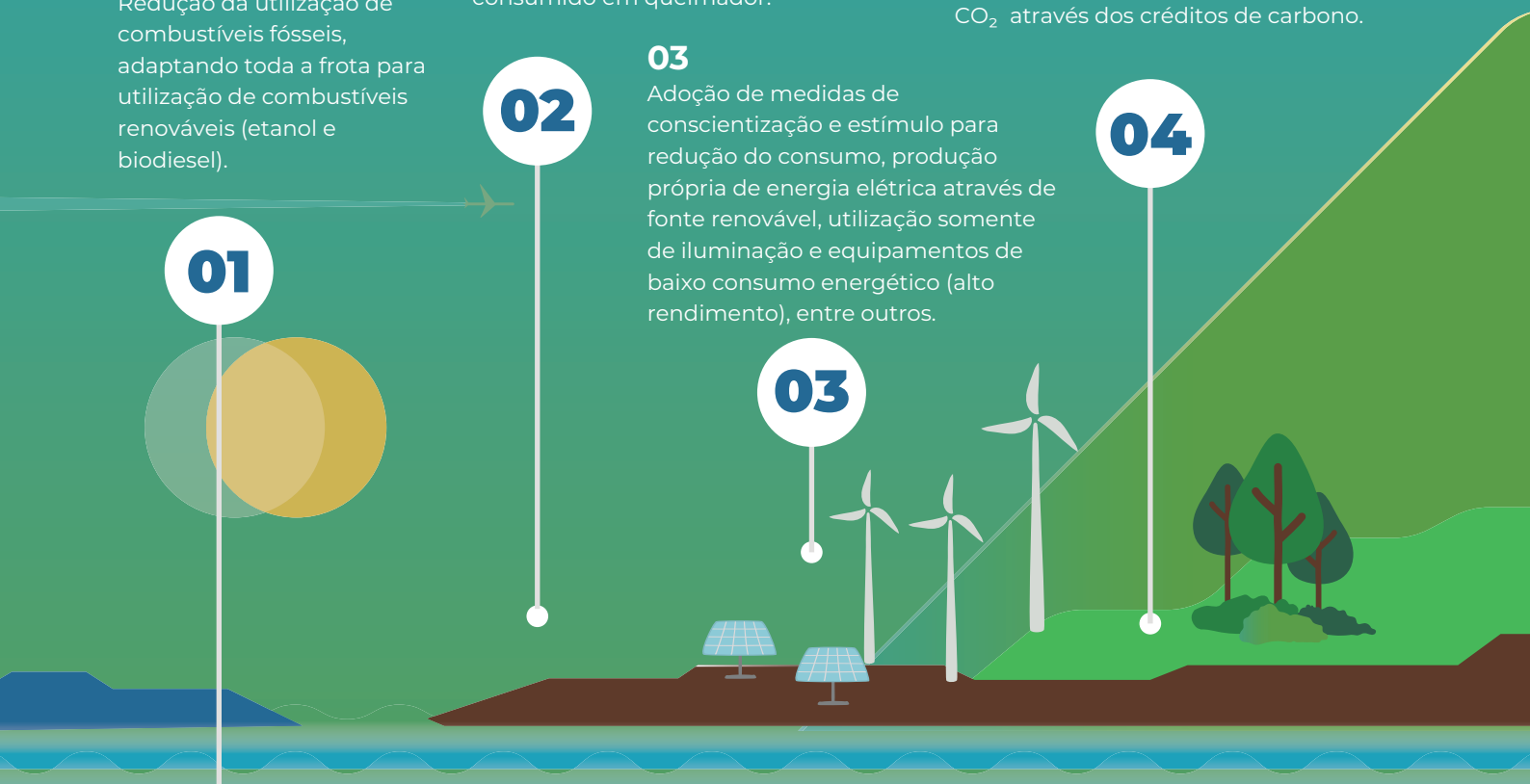
Recuperação do metano gerado nos processos de tratamento anaeróbios, podendo ser utilizado para geração de energia (elétrica, térmica, entre outras) ou consumido em queimador.

04

Incentivo e participação em programas de recuperação de áreas desmatadas, contribuindo para a redução das emissões equivalentes de CO₂ através dos créditos de carbono.

03

Adoção de medidas de conscientização e estímulo para redução do consumo, produção própria de energia elétrica através de fonte renovável, utilização somente de iluminação e equipamentos de baixo consumo energético (alto rendimento), entre outros.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Energia

302-1 | 302-4

A companhia monitora e tem em seus princípios a eficiência energética das operações.

A avaliação do consumo de energia de todas as operações é realizada por meio de ferramenta específica, que permite o controle, o acompanhamento e o cálculo *online* dos indicadores após a inserção dos dados de produção de água e esgoto recebidos das operações, e das informações de consumo de energia recebidas das concessionárias de energia elétrica.

A seguir, é possível observar o desempenho comparativo entre os anos de 2018 e 2019:

ÁGUA

2018	2019
83.702.700 Consumo (kWh)	85.641.400 Consumo (kWh)
0,597 kWh/m³	0,617 kWh/m³

3,5% FOI O AUMENTO DE CONSUMO DE ENERGIA EM 2019



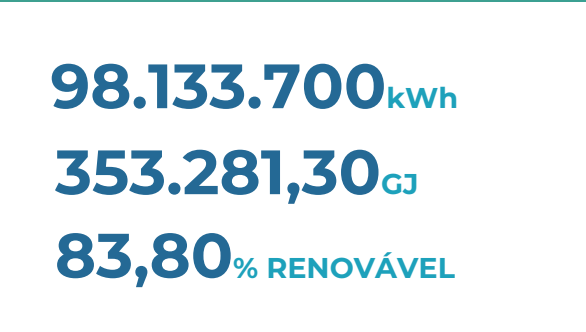
ESGOTO

2018	2019
11.523.300 Consumo (kWh)	12.492.300 Consumo (kWh)
0,246 kWh/m³	0,232 kWh/m³

Pode-se verificar que não houve redução no consumo de energia elétrica, embora seja importante observar que **a Iguá inaugurou novas instalações em 2019, aumentando a sua demanda total de energia elétrica.**

Houve aumento de cerca de 3% no consumo total de energia e uma discreta elevação de 0,06% no indicador de eficiência em kWh/m³.

Considerando o consumo segundo as fontes, renováveis e não renováveis, o sistema de monitoramento também apresenta as seguintes estimativas:



ITEM	kWh	GJ	% renovável	% não renovável
Energia gerada PCH Pequena Central Hidrelétrica	1.264.453	4.552,00	100,00%	0,00%
Energia comprada ML Mercado Livre (incentivada)	1.956.060	7.041,80	100,00%	0,00%
Energia comprada ML Mercado Livre (convencional)	1.506.583	5.423,70	83,30%	16,70%
Energia fornecida pelas distribuidoras (convencional)	93.406.604	336.263,80	83,30%	16,70%
TOTAL	98.133.700	353.281,30	83,80%	16,20%

Materiais: No ano de 2019, a companhia ainda não havia implementado uma metodologia própria para o registro e o monitoramento sistemático dos materiais utilizados, renováveis e não renováveis, no intuito de viabilizar a gestão estruturada desse processo.

301-1 | 301-2

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BIO DIVERSIDADE

304-1 | 304-2 | 304-3

A Igua atua ativa e conscientemente em APP - Áreas de Preservação Permanente, para mitigar os possíveis impactos inerentes às suas atividades. Um exemplo dessa atuação é a recuperação das margens dos córregos Buritis e Marechal Rondon, nos trechos onde estão instaladas as elevatórias de esgoto de Pontes e Lacerda.

As tabelas abaixo indicam as áreas de preservação inseridas nos sistemas onde atuam a Paranaguá Saneamento, Itapoá Saneamento e Tubarão Saneamento.

PARANAGUÁ SANEAMENTO	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (UTM)	POSIÇÃO À ÁREA PROTEGIDA	TIPO DE OPERAÇÃO	TAMANHO DO LOCAL OPERACIONAL	VALOR DA BIODIVERSIDADE
Captação Ribeirão	7162240 N 740175 E	Na área	Extrativa	0,002035 km ²	Água doce
Captação Santa Cruz	7164976 N 736257 E	Na área	Extrativa	0,000512 km ²	Água doce
Captação Miranda	7164813 N 737129 E	Na área	Extrativa	0,01193 km ²	Água doce
Captação Cachoeira do Athanasio + ETA Alexandra	7171012 N 734313 E	Na área	Produção e Extrativa	0,00393599 km ²	Água doce
Captação Poço 01 - Alexandra	7171275 N 734651 E	Adjacente	Extrativa	0,000049 km ²	Água doce
Captação Aroeira - Encantadas	7168529 N 766422 E	Na área	Extrativa	0,00016465 km ²	Água doce
Captação Bento Alves - Encantadas	7169457 N 770025 E	Na área	Extrativa	0,000075 km ²	Água doce
Poço 1 - Encantadas	7168821 N 766428 E	Adjacente	Extrativa	0,000024 km ²	Água doce
Poço 2 - Encantadas	7168468 N 766412 E	Na área	Extrativa	0,000024 km ²	Água doce
Poço 3 - Encantadas	7168772 N 766434 E	Na área	Extrativa	0,000024 km ²	Água doce
Captação Bento Alves - Brasília	7170199 N 770177 E	Na área	Extrativa	0,0001 km ²	Água doce
Poço 2 - Brasília	7168296 N 766387 E	Na área	Extrativa	0,000024 km ²	Água doce
Poço 3 - Brasília	7168424 N 766389 E	Na área	Extrativa	0,000024 km ²	Água doce
Poço 4 - Brasília	7168549 N 766392 E	Na área	Extrativa	0,000024 km ²	Água doce
Poço 5 - Brasília	7168704 N 766452 E	Na área	Extrativa	0,000024 km ²	Água doce
Poço 6 - Brasília	7168411 N 766387 E	Na área	Extrativa	0,000024 km ²	Água doce
Lançamento Cominese (emissário)	7169505 N 746035 E	Na área	Produção	0,000050 km ²	Água doce
Lançamento Emboguaçu (emissário)	7174504 N 746324 E	Na área	Produção	0,000050 km ²	Água doce
Lançamento Costeira (canal do Chumbo)	7176081 N 751086 E	Na área	Produção	0	Canal do Chumbo (Marítimo)
Lançamento Samambaia (emissário)	7171304 N 744908 E	Na área	Produção	0	Água doce
Lançamento Valadares (emissário + ETE)	7174016 N 750445 E	Na área	Produção	0,00211051 km ²	Água doce

ITAPOÁ SANEAMENTO	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (UTM)	POSIÇÃO À ÁREA PROTEGIDA	TIPO DE OPERAÇÃO	TAMANHO DO LOCAL OPERACIONAL	VALOR DA BIODIVERSIDADE
Captação Saí Mirim	7112707 N 736951 L	Na área	Extrativa	0,00111009 km ²	Água doce

TUBARÃO SANEAMENTO	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (UTM)	POSIÇÃO À ÁREA PROTEGIDA	TIPO DE OPERAÇÃO	TAMANHO DO LOCAL OPERACIONAL	VALOR DA BIODIVERSIDADE
Captação - Rio tubarão	698461 E 6849135 S	Na área	Extrativa	0,01497 km ²	Água doce

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Valor da biodiversidade caracterizado pelo atributo da área protegida ou área de alto valor de biodiversidade fora da área protegida (ecossistema terrestre, de água doce ou marítimo).

A Bacia do Rio Tubarão e Complexo Lagunar

A região possui uma área de 5.960km e engloba 21 municípios do Sul Catarinense. Desta bacia faz parte o Rio Tubarão, manancial superficial que tem suas águas captadas para tratamento e distribuição na cidade de Tubarão. A água doce do rio serve como fonte de abastecimento público, industrial e para a diluição de esgoto doméstico e industrial de vários municípios da bacia, além de serem usadas para a dessedentação de animais, para irrigação, recreação e pesca artesanal.

A estrutura da captação de água de abastecimento está localizada na faixa de 30 metros entre o rio Tubarão e a rodovia estadual SC 390 – estrada que liga o litoral (BR101) à serra catarinense. A região já tem certa antropização, localiza-se dentro da área urbana do município e é vizinha à uma pedreira que produz material britado para o setor de construção civil da região. A espécie de mamífero mais avistada na região é a *Hydrochoerus hydrochaeris*, mamífero roedor popularmente conhecido como Capivara.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Índice de conteúdo GRI

DIVULGAÇÕES GERAIS

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Padrão GRI	Divulgação	Página (s)	Informações e razões sobre a omissão.	Alinhamento aos ODS
Perfil organizacional				
GRI 102: DIVULGAÇÕES GERAIS 2016	102-1: Nome da organização	8		-
	102-2: Atividades, marcas, produtos e serviços	8 - 9		-
	102-3: Localização da sede da Organização	8		-
	102-4: Localização das operações da Organização	9		-
	102-5: Controle acionário, natureza jurídica e estrutura legal da organização	10		-
	102-6: Mercados atendidos	8		
	102-8: Informações sobre funcionários e outros trabalhadores	54		-
	102-9: Cadeia de suprimentos	10		-
	102-10: Mudanças significativas na organização e na cadeia de suprimentos	10		-
	102-11: Abordagem ou princípio da precaução	12		-
	102-12: Iniciativas externas	-	A Companhia não é signatária ou endossa cartas econômicas, ambientais e sociais desenvolvidas externamente, princípios, ou outras iniciativas.	-
	102-13: Participações em associações	14 e 49		-
Governança				
GRI 102: DIVULGAÇÕES GERAIS 2016	102-18: Estrutura de governança	15 - 16		-
	102-21: Consulta às partes interessadas em questões econômicas, ambientais e tópicos sociais	16		16.7
	102-23: Presidente do mais alto órgão de governança	15		16.7
	102-24: Nomear e selecionar o mais alto órgão de governança	15		16.7
	102-25: Conflitos de interesse	17		16.7
	102-37: Participação das partes interessadas na determinação e políticas de remuneração	-	Não há política estruturada para participação das partes interessadas na determinação e políticas de remuneração.	16.7

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Estratégia				
GRI 102: DIVULGAÇÕES GERAIS 2016	102-14: Declaração do tomador de decisão do mais alto grau de governança	3 - 4		-
Engajamento de Stakeholders				
GRI 102: DIVULGAÇÕES GERAIS 2016	102-40: Lista de grupos de partes interessadas, envolvidas pela organização	19 - 21		-
	102-42: Identificação e seleção de stakeholders	19 - 21		-
	102-43: Abordagem para o engajamento das partes interessadas	19 - 21		-
	102-44: Principais tópicos e preocupações levantadas - Materialidade	22		-
Práticas de relato				
GRI 102: DIVULGAÇÕES GERAIS 2016	102-46: Definindo o conteúdo do relatório e os limites do tópico	22		-
	102-47: Lista de tópicos materiais	22		-
	102-48: Reformulações de informações	22		-
	102-49: Mudanças nos relatórios	22		-
	102-50: Período coberto pelo relatório	22		-
	102-51: Data do relatório mais recente	-	Primeiro relatório seguindo a metodologia GRI.	-
	102-52: Ciclo de relatórios	22		-
	102-53: Ponto de contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo	2		-
	102-54: Reivindicações de reporte de acordo com as normas da GRI	-	Este relatório foi elaborado de acordo com as normas da GRI	-
	102-55: Índice de conteúdo GRI	74 - 76		-

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Emissões				
GRI 305: EMISSIONES 2016	305-1: Emissões diretas (escopo 1) de GEE	67 - 69		3.9, 12.4, 13.2, 14.a
	305-2: Emissões indiretas de energia (Escopo 2) de GEE	67 - 69		3,9, 12.4, 13.2, 14.a
	305-3: Outras emissões indiretas (escopo 3) de GEE	67 - 69		3,9, 12.4, 13.2, 14.a
	305-5: Redução de emissões de GEE	67 - 69		14.a
	305-6: Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio	67 - 69		3,9, 12.4, 13.2
	305-7: Óxidos de nitrogênio (NOX), óxidos de enxofre (SOX) e outras emissões atmosféricas significativas	67 - 69		3,9, 12.4, 13.2, 14.a
Energia				
GRI 302: ENERGIA 2016	302-1: Consumo de energia dentro da organização	70		7.3, 8.4, 12.2,
	302-4: Redução do consumo de energia	70		7.3, 8.4, 12.2,
Materiais				
GRI 301: MATERIAIS 2016	301-1: Materiais utilizados por peso ou volume	70		8.4, 12.2
	301-2: Materiais usados provenientes de reciclagem	70		8.4, 12.5
Biodiversidade				
GRI 304: BIODIVERSIDADE 2016	304-1: Locais operacionais pertencentes, alugados, gerenciados ou adjacentes a áreas protegidas e áreas de alto valor de biodiversidade, situadas fora das áreas protegidas	71 - 72		14.2, 15.4, 15.9,
	304-2: Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	71 - 72		14.3, 15.5, 15.8,
	304-3: Habitats protegidos ou restaurados	71 - 72		14.5, 15.5, 15.a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Saúde e segurança no trabalho				
GRI 403: SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA 2018	403-1: Sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional	58 - 59		-
	403-2: Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes	58 - 59		-
	403-3: Serviços de saúde ocupacional	60		8.8
	403-4: Participação, consulta e comunicação dos trabalhadores sobre saúde e segurança Ocupacional	60		8.8
	403-5: Treinamento de trabalhadores em saúde e segurança ocupacional	60		-
	403-6: Promoção da saúde do trabalhador	60		-
	403-9: Lesões relacionadas ao trabalho	58 - 60		-
Treinamento e educação				
GRI 404: TREINAMENTO E EDUCAÇÃO 2016	404-1: Média de horas de treinamento por ano por funcionário	60		-
	404-2: Programas para aprimorar as habilidades dos funcionários e os programas de assistência à transição	-	No ano de 2019, a companhia não desenvolveu operações estruturadas e programas para aprimorar as habilidades dos funcionários e os programas de assistência à transição.	-
TÓPICOS MATERIAIS				
Padrão GRI	Divulgação	Página (s)	Informações e razões sobre a omissão.	Alinhamento aos ODS
DIREITOS HUMANOS				
Abordagem dos temas materiais				
GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO 2016	103-1: Explicação da materialidade do tema e seus limites	53		16.6
	103-2: A abordagem de gerenciamento e seus componentes	53		16.6
	103-3: Avaliação da abordagem de gestão	53		16.6

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Emprego				
GRI 401: EMPREGO 2016	401-1: Novas contratações e rotatividade de funcionários	54		5.a, 8.3, 8.5, 8.6
	401-2: Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos funcionários temporários ou em regime de meio período	54		-
	401-3: Licença parental	54		5.4
Diversidade e Igualdade de Oportunidades				
GRI 405: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES 2016	405-1: Diversidade de órgãos de governança e funcionários:	54		5.5, 8.5,
	405-2: Proporção de salário médio e remuneração de mulheres para homens	54		5.a, 8.5, 10.1, 10.2
Comunidades Locais				
GRI 413: COMUNIDADES LOCAIS 2016	413-1: Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto, programas de desenvolvimento	56 - 57		-
	413-2: Operações com impactos negativos reais e potenciais significativos sobre comunidades locais	56 - 57		2.3
Direitos humanos				
GRI 412: AVALIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS 2016	412-2: Treinamento de funcionários sobre políticas ou procedimentos de direitos humanos	58		-
	412-3: Acordos e contratos significativos de investimento que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidas a exames de direitos humanos	58		-
Não discriminação				
GRI 406: NÃO DISCRIMINAÇÃO 2016	406-1: Incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas	58		5.1, 16.b

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ÉTICA E INTEGRIDADE				
Abordagem dos temas materiais				
GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO 2016	103-1: Explicação da materialidade do tema e seus limites	62		16.6
	103-2: A abordagem de gerenciamento e seus componentes	62		16.6
	103-3: Avaliação da abordagem de gestão	62		16.6
Gerais				
GRI 102: DIVULGAÇÕES GERAIS 2016	102-16: Valores, princípios, padrões e normas de comportamento	63 - 64		16.6
	102-17: Mecanismos, conselhos e sistema de denúncia e acompanhamento sobre a ética e integridade organizacional	63 - 64		-
Combate à corrupção				
GRI 205: ANTICORRUPÇÃO 2016	205-1: Operações avaliadas por riscos relacionados à corrupção	65		
	205-2: Comunicação e treinamento sobre políticas anticorrupção e procedimentos	65		16.5
	205-3: Incidentes confirmados de corrupção e ações tomadas	65		16.5
PERFORMANCE ECONÔMICA				
Abordagem dos temas materiais				
GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO 2016	103-1: Explicação da materialidade do tema e seus limites	37		16.6
	103-2: A abordagem de gerenciamento e seus componentes	37		16.6
	103-3: Avaliação da abordagem de gestão	37		16.6
Desempenho econômico				
GRI 201: DESEMPENHO ECONÔMICO 2016	201-1: Valor econômico direto gerado e distribuído	39 - 44		2.a, 8.2, 9.1, 9.5
Impactos Econômicos Indiretos				
GRI 203: IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS 2016	203-1: Investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos	39 - 44		2.a, 9.1
	203-2: Impactos econômicos indiretos significativos	39 - 44		2.3, 3.b, 8.2, 8.5, 10.1, 10.3, 17.3

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

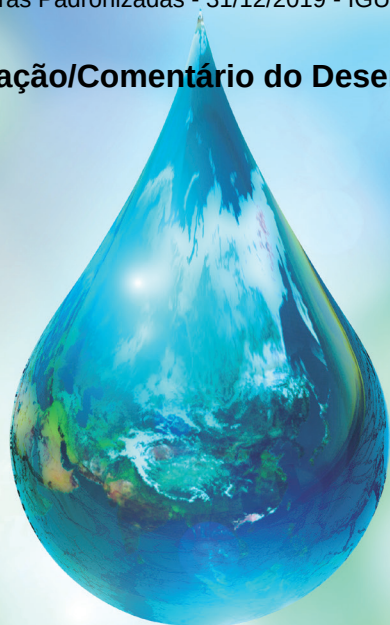
UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO				
Abordagem dos temas materiais				
GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO 2016	103-1: Explicação da materialidade do tema e seus limites	47 - 48		16.6
	103-2: A abordagem de gerenciamento e seus componentes	47 - 48		16.6
	103-3: Avaliação da abordagem de gestão	47 - 48		16.6
Perfil organizacional				
GRI 102: DIVULGAÇÕES GERAIS 2016	102-7: Escala da organização	8 e 50		-
Água, efluentes e resíduos				
GRI 303: ÁGUA E EFLUENTES 2018	303-1: Interações com a água como recurso compartilhado	50 - 51		6.4
	303-2: Gestão de impactos relacionados à descarga de água	50 - 51		6.3
	303-3: Retirada de água	50 - 51		6.4, 8.4, 12.5
	303-4: Descarga d'água	50 - 51		-

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Glossário

Saneamento Básico	Conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais.
BNDESPar	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações S. A.
Private Equity	Atividade financeira realizada por instituições que investem essencialmente em empresas que ainda não são listadas em bolsa de valores, ou seja, ainda estão fechadas ao mercado de capitais, com o objetivo de captar recursos para alcançar desenvolvimento da empresa.
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
PPP	Parceria Público Privada
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
Adutora	Canal, túnel ou conduto para conduzir água
Estação Elevatória	Estação para bombeamento de água
Hidrômetro	Aparelho medidor do volume de água
Booster	Aparelho para elevar a pressão da água nos condutos
NPS - Net Promoter Score	Metodologia para mensurar o grau de lealdade dos usuários dos serviços.
Compliance	Conformidade com leis e regulamentos externos e internos
Universalização dos serviços de saneamento	Atendimento à toda a população da área de concessão
Startup	Empresa emergente que tem como objetivo desenvolver ou aprimorar um modelo de negócio
Sustentabilidade	Ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações.
Públicos de interesse	Partes interessadas relacionadas ao negócio que devem estar de acordo com as práticas de governança corporativa executadas pela empresa
Matriz de Materialidade	
Estratégia SERR	S - Segurança hídrica; E - Eficiência na Produção e Distribuição de Água; R - Responsabilidade na coleta e tratamento de esgotos; R - Respeito às Pessoas
Efluente líquido	Resíduos provenientes das diversas modalidades de uso da água
Lençol freático	Lençol de água subterrâneo formado pela infiltração da água das chuvas no solo, e que ocupa os poros e fendas das rochas
APR	Formulário de Análise Preliminar de Risco
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PPRA	Programas de Prevenção de Riscos Ambientais
EBITDA	Sigla em inglês para <i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i> . Em português, "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização" (também conhecida como LAJIDA)
EEE	Estação Elevatória de Esgoto

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Ficha

Técnica

COORDENAÇÃO GERAL

DIRETORIA DE SUSTENTABILIDADE

DIRETORIA DE OPERAÇÕES E TRANSFORMAÇÃO

GRUPO DE TRABALHO

André Nascimento
Eder Sá Alves Campos
Erica Silvino
Gianpaolo Peduto
Gustavo Coelho
Júlia Coelho Peres
Lia Basílio Pereira de Souza
Patrícia dos Santos Torres
Paula A.B. Costa Violante
Péricles Sócrates Weber
Vanessa Penha Garrucho

SUPERVISÃO EDITORIAL, REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

COORDENAÇÃO

Gabriela Ferolla

INTELIGÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Felipe Barbosa
Letícia Werneck Miraglia

COMUNICAÇÃO E DESIGN

Agatha Martins
Jenifer Batista



contato@sealegacy.com.br

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DÚVIDAS SOBRE O RELATÓRIO?

Relações com Investidores
Iguá Saneamento
riigua@iguasa.com.br

PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A IGUÁ, ACESE:

<https://www.iguasa.com.br/>
<https://ri.iguasa.com.br/>

SEDE DO ESCRITÓRIO

Rua Gomes de Carvalho, 1306
15º andar - Vila Olímpia
São Paulo – SP
CEP: 04547-005
Telefone: (11) 3500-8600

Notas Explicativas

1. Informações sobre o Grupo

A Igua Saneamento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.306, Conjunto 151, 15º andar, na cidade de São Paulo/SP, e tem como objetivo principal a atuação na área de saneamento básico, diretamente ou através de sociedades em que vier a participar como sócia ou acionista, por meio da realização das atividades de captação, tratamento, distribuição geral de água, coleta e tratamento de esgoto, elaboração de projetos e estudos técnicos, bem como construção, operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração das obras e sistema de saneamento básico, enfim, todas as atividades necessárias à plena atuação na área de saneamento básico, podendo, inclusive, adquirir negócios já implantados, ou a serem implantados, na referida área, além da participação em outras sociedades como sócia ou acionista.

A Emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 27 de fevereiro de 2020.

As participações da Companhia são representadas, substancialmente, pela sua participação nas Empresas a seguir relacionadas:

- (a) Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A. - iniciou as operações em janeiro de 2008 com a assinatura do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Mirassol - São Paulo e irá operar o sistema até 2038.
- (b) Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A. - iniciou as operações em novembro de 2007 com a assinatura do Contrato Administrativo de Concessão para a Exploração de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Palestina - São Paulo e irá operar o sistema até 2037.
- (c) Guaratinguetá Saneamento S.A. - iniciou suas atividades em junho de 2008 com a assinatura do Contrato de Parceria Público-Privada Administrativa para a prestação de serviços de coleta, tratamento de esgoto sanitário e a disposição do lodo no município de Guaratinguetá - São Paulo e irá operar o sistema até 2038.
- (d) SPAT Saneamento S.A. - iniciou suas atividades em fevereiro de 2009 com o Contrato de Concessão de Parceria Público-Privada na modalidade administrativa, para a prestação de serviços de manutenção de barragens, inspeção e manutenção de túneis e canais de interligação de barragens, manutenção civil e eletromecânica em unidades integrantes do sistema, tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, serviços auxiliares, ampliação da capacidade da estação de tratamento de água de Taiaçupeba, construção das adutoras e de outras utilidades no município de Suzano - São Paulo e irá operar o sistema até 2024.

Notas Explicativas

1. Informações sobre o Grupo--Continuação

- (e) Paranaguá Saneamento S.A. - iniciou suas atividades em dezembro de 1996 com a assinatura do Contrato de Subconcessão da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgoto sanitário no perímetro urbano da cidade de Paranaguá - Paraná. Em maio de 2008, o controle foi adquirido pela Iguá Saneamento S.A, juntamente com o Contrato de Subconcessão. Em novembro de 2011, o contrato de Subconcessão foi alterado e seu prazo aditado em 240 meses, portanto, a investida vai operar o sistema até 2045.
- (f) Iguá MT Participações Ltda. - iniciou suas atividades em agosto de 2009 com a constituição da holding para administração centralizada das Empresas investidas da Companhia situadas no estado do Mato Grosso.
- (g) Águas Pontes e Lacerda Ltda. - iniciou suas atividades em maio de 2001 com a assinatura do contrato de concessão plena de água e esgoto sanitário no município de Pontes e Lacerda - Mato Grosso. Em setembro de 2009, a Iguá Saneamento S.A adquiriu 80% de participação e assumiu o controle da Empresa e irá operar o sistema até 2031. Em maio de 2011, passou a ser controlada direta da Iguá MT Participações Ltda. e, por consequência, controlada indireta da Iguá Saneamento S.A.
- (h) Águas Colíder Ltda. - iniciou suas atividades em abril de 2002 com a assinatura do contrato de concessão plena de água e esgoto sanitário no município de Colider - Mato Grosso. Em setembro de 2009, a Iguá Saneamento S.A adquiriu 80% de participação e assumiu o controle da Empresa e irá operar o sistema até 2032. Em maio de 2011, passou a ser controlada direta da Iguá MT Participações Ltda. e, por consequência, controlada indireta da Iguá Saneamento S.A.
- (i) Águas Alta Floresta Ltda. - iniciou suas atividades em novembro de 2002 com a assinatura do contrato de concessão plena de água e esgoto no município de Alta Floresta - Mato Grosso. Em setembro de 2009, a Iguá Saneamento S.A adquiriu 80% de participação e assumiu o controle da Empresa e irá operar o sistema até 2032. Em maio de 2011 passou a ser controlada direta da Iguá MT Participações Ltda. e, por consequência, controlada indireta da Iguá Saneamento S.A.
- (j) Águas Piquete S.A. - iniciou suas atividades em março de 2010 com a assinatura do contrato de concessão de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Piquete - São Paulo e irá operar o sistema até 2040.
- (k) Águas Canarana Ltda. - iniciou as operações em abril de 2000 com a assinatura do Contrato Administrativo de Concessão para Exploração de Serviços Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Canarana - Mato Grosso e irá operar o sistema até 2040.

Notas Explicativas

1. Informações sobre o Grupo--Continuação

- (l) Águas Comodoro Ltda. - iniciou suas atividades em setembro de 2007 com a assinatura do contrato de concessão plena de água e esgotos sanitários no município de Comodoro - Mato Grosso. Em setembro de 2010, a Iguá Saneamento S.A. adquiriu 80% de participação e assumiu o controle da Empresa e irá operar o sistema até 2037. Em maio de 2011, passou a ser controlada direta da Iguá MT Participações Ltda. e, por consequência, controlada indireta da Iguá Saneamento S.A.
- (m) Águas de Andradina S.A. - constituída em setembro de 2010, iniciou suas operações em outubro de 2010 com o Contrato Administrativo de Concessão para Exploração de Serviços Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Andradina - São Paulo e irá operar o sistema até 2040. Esta Companhia é estruturada separadamente sobre a qual a Companhia possui direitos sobre os ativos líquidos, sendo classificada, portanto, como controlada em conjunto com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e avaliada pelo método da equivalência patrimonial.
- (n) Águas de Castilho S.A. - constituída em outubro de 2010, iniciou suas atividades em janeiro de 2011 com o propósito específico de prestação de serviços públicos de água e esgoto no Município de Castilho - São Paulo e a prestação dos serviços suplementares, conforme definido no contrato de concessão firmado pela Companhia com o Município de Castilho (Poder Concedente), decorrente da Concorrência Pública e irá operar o sistema até 2040. Esta Companhia é estruturada separadamente sobre a qual a Companhia possui direitos sobre os ativos líquidos, sendo classificada, portanto, como controlada em conjunto com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e avaliada pelo método da equivalência patrimonial.
- (o) Tubarão Saneamento S.A. - constituída em novembro de 2011, iniciou suas atividades em março de 2012 com o propósito específico de prestação de serviços públicos de água e esgoto no Município de Tubarão - Santa Catarina, e a prestação dos serviços suplementares, conforme definido no contrato de concessão firmado pela Companhia em fevereiro de 2012 com o Município de Tubarão (Poder Concedente), decorrente da Concorrência Pública e irá operar o sistema até 2042. Esta Companhia é estruturada separadamente sobre a qual a Companhia possui direitos sobre os ativos líquidos, sendo classificada, portanto, como controlada em conjunto com a Duane do Brasil S.A. e avaliada pelo método da equivalência patrimonial.
- (p) Itapoá Saneamento Ltda. - constituída em agosto de 2012, iniciou suas atividades em outubro de 2012 com o propósito específico de prestação de serviços públicos de água e esgoto no Município de Itapoá - Santa Catarina, nos termos do Edital de Licitação sob a modalidade de Concorrência pública conforme definido no contrato de concessão administrativo, firmado em outubro de 2012 e irá operar o sistema até 2042. Esta Empresa é estruturada separadamente sobre a qual a Companhia possui direitos sobre os ativos líquidos, sendo classificada, portanto, como controlada em conjunto com a Serrana Engenharia S.A. e avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

1. Informações sobre o Grupo--Continuação

- (q) Iguá Projetos Ltda. - constituída em 29 de outubro de 2010 com o objetivo de elaborar projetos e estudos técnicos, desenvolvimento de pesquisas para modernização e ampliação de sistemas de saneamento básico, bem como de participar em outras sociedades como sócia ou acionista.
- (r) Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto - constituída em janeiro de 2012, iniciou suas atividades em abril de 2012 com o propósito específico de prestação de serviços públicos de água e esgoto no Município de Cuiabá - Mato Grosso, e a prestação dos serviços suplementares, conforme definido no contrato de concessão firmado pela Companhia em fevereiro de 2012 com o Município de Cuiabá (Poder Concedente), decorrente da Concorrência Pública e irá operar o sistema até 2042.
- (s) Agreste Saneamento S.A. - constituída em março de 2012, iniciou suas atividades em dezembro de 2012 com o propósito específico e exclusivo de atender à execução do Contrato de Concessão Administrativa com a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, nos termos do Edital de Licitação sob a modalidade de concorrência para a prestação de serviços, pelo período de 30 anos, de construção, gestão, operação e manutenção do novo Sistema Adutor do Agreste, firmado pela Companhia em junho de 2012. Planejado para iniciar em Traipu e terminar em Arapiraca - Alagoas e irá operar o sistema até 2042.
- (t) Iguá Serviços de Engenharia em Saneamento Ltda. - sociedade constituída em dezembro de 2011, tem como objeto o gerenciamento, a gestão, a fiscalização e a implementação de projetos, obras e serviços técnicos.
- (u) Atibaia Saneamento S.A. - constituída em dezembro de 2012, iniciou suas atividades em junho de 2013 com a assinatura do Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, consistindo na prestação do serviço público de operações e atividades de apoio, acompanhado das obras de complementação, adequação e modernização do sistema de esgotamento sanitário do território urbano do Município de Estância de Atibaia - São Paulo e irá operar o sistema até 2043.
- (v) PCT Participações Ltda. - adquirida em fevereiro de 2018, era acionista minoritária que detinha 20% de participação das controladas Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Águas Canarana Ltda. e Iguá MT Participações Ltda. Consequentemente, a Companhia passa a deter 100% de participação nas referidas controladas, bem como nas controladas diretas da Iguá MT Participações Ltda., descritas nos itens (g), (h), (i) e (l) desta nota explicativa.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2019. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de consolidação--Continuação

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de consolidação--Continuação

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas. As controladas diretas bem como as controladas em conjunto estão listadas a seguir:

Controladas	Cidade	Controle	Participação	
			2019	2018
Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	Mirassol – SP	Direto	90,00%	90,00%
Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A.	Palestina – SP	Direto	50,00%	50,00%
Guaratinguetá Saneamento S.A.	Guaratinguetá - SP	Direto	100,00%	100,00%
SPAT Saneamento S.A.	Suzano – SP	Direto	95,00%	95,00%
Paranaguá Saneamento S.A.	Paranaguá – PR	Direto	100,00%	100,00%
Iguá MT Participações Ltda.	Cuiabá – MT	Direto	80,00%	80,00%
Águas Piquete S.A.	Piquete – SP	Direto	100,00%	100,00%
Águas Canarana Ltda.	Canarana – MT	Direto	80,00%	80,00%
Iguá Projetos Ltda.	São Paulo – SP	Direto	100,00%	100,00%
Águas Cuiabá S.A.	Cuiabá – MT	Direto	86,24%	81,79%
Agreste Saneamento S.A.	Arapiraca – AL	Direto	100,00%	100,00%
Iguá Serviços de Engenharia em Saneamento Ltda.	São Paulo – SP	Direto	100,00%	100,00%
Atibaia Saneamento S.A.	Atibaia – SP	Direto	100,00%	100,00%
PCT Participações Ltda.	Cuiabá – MT	Direto	100,00%	100,00%
Águas de Andradina S.A.	Andradina – SP	Em conjunto	70,00%	70,00%
Águas de Castilho S.A.	Castilho – SP	Em conjunto	70,00%	70,00%
Tubarão Saneamento S.A.	Tubarão – SC	Em conjunto	50,00%	50,00%
Itapoá Saneamento Ltda.	Itapoá – SC	Em conjunto	50,00%	50,00%

As Companhias controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidadas.

As controladas que possuem participação societária em outras investidas estão listadas a seguir. Consequentemente, a Companhia controla indiretamente tais investidas.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de consolidação--Continuação

Controladas	Investidas	Cidade	Participação	
			2019	2018
Iguá MT Participações Ltda.	Águas Pontes e Lacerda Ltda. (*)	Pontes Lacerda - MT	100,00%	100,00%
	Águas Colíder Ltda. (*)	Colíder - MT	100,00%	100,00%
	Águas Alta Floresta Ltda. (*)	Alta Floresta - MT	100,00%	100,00%
	Águas Comodoro Ltda. (*)	Comodoro - MT	100,00%	100,00%
PCT Participações Ltda.	Águas Cuiabá S.A. (**)	Cuiabá - MT	13,76%	18,21%
	Águas Canarana Ltda. (**)	Canarana - MT	20,00%	20,00%
	Iguá MT Participações Ltda. (**)	Cuiabá - MT	20,00%	20,00%

(*) Investidas consolidadas na Iguá MT Participações Ltda.

(**) Em virtude da Companhia controlar o outro acionista dessas controladoras, para tais investidas não há participação de não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Apesar do Grupo possuir 50% do poder de voto da Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A., o Grupo é capaz de governar as políticas financeiras e operacionais dessa entidade em razão de todos os diretores e o presidente do Conselho da Administração serem seus representantes. Consequentemente, esta controlada é consolidada nas demonstrações financeiras do Grupo.

Apesar do Grupo possuir 70% do poder de voto em Águas de Andradina S.A. e de Águas de Castilho S.A. e 50% do poder de voto em Tubarão Saneamento S.A. e Itapoá Saneamento S.A. o Grupo possui controle compartilhado estabelecido contratualmente que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

2.2. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Combinação de negócios e ágio--Continuação

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.3. Investimentos em coligadas e em joint ventures

Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas.

Operação em conjunto (ou *joint venture*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Estas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Investimentos em coligadas e em joint ventures--Continuação

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos do Grupo em sua coligada e na joint venture são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada ou *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da coligada ou da *joint venture* a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou *joint venture* é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais da coligada ou *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada ou na *joint venture*, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e a coligada ou *joint venture* são eliminados em proporção à participação na coligada ou *joint venture*.

A soma da participação do Grupo nos resultados de uma coligada ou *joint venture* é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas da coligada ou *joint venture*.

As demonstrações financeiras da coligada ou *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as do Grupo.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento do Grupo em sua coligada ou *joint venture*. O Grupo determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada ou *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada ou *joint venture* e o valor contábil, e reconhece a perda em "Participação em lucros de coligada e *joint venture*", na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Investimentos em coligadas e em joint ventures--Continuação

Ao perder influência significativa sobre a coligada ou controle conjunto sobre a *joint venture*, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada ou *joint venture*, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

2.4. Mensuração ao valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras e outros investimentos para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, depósitos bancários vinculados, ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Mensuração ao valor justo--Continuação

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período de divulgação.

2.5. Receita de contrato com cliente

a) Serviços *management fee*

A receita de serviços é constituída conforme única obrigação de desempenho cumprida ao longo do tempo de forma linear. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviço decorrem da cobrança de taxa de administração referente a suporte e apoio na gestão administrativa, financeira e operacional das controladas em conjunto pela Companhia.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Receita de contrato com cliente--Continuação

b) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

c) Contratos de concessão de serviços e construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo pode ser classificado como um ativo financeiro ou como um ativo intangível.

Abaixo demonstramos como as controladas do Grupo mensuram a receita de clientes proveniente dos contratos de concessão de serviços e construção:

Notas Explicativas**2. Políticas contábeis--Continuação****2.5. Receita de contrato com cliente--Continuação****c) Contratos de concessão de serviços e construção--Continuação**

Controladas	Modelo de mensuração
Guaratinguetá Saneamento S.A.	Bifurcado
Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	Intangível
Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A.	Intangível
Paranaguá Saneamento S.A.	Intangível
Águas Pontes e Lacerda Ltda.	Intangível
Águas Colíder Ltda.	Intangível
Águas Alta Floresta Ltda.	Intangível
Águas Piquete S.A.	Intangível
Águas Canarana Ltda.	Intangível
Águas Comodoro Ltda.	Intangível
Águas de Andradina S.A.	Intangível
Águas de Castilho S.A.	Intangível
Tubarão Saneamento S.A.	Intangível
Itapoá Saneamento Ltda.	Intangível
Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	Intangível
SPAT Saneamento S.A.	Ativo Financeiro
Agreste Saneamento S.A.	Ativo Financeiro
Atibaia Saneamento S.A.	Ativo Financeiro

O Grupo reconhece um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O Grupo tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (i) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (ii) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

O Grupo reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

Notas Explicativas**2. Políticas contábeis--Continuação****2.5. Receita de contrato com cliente--Continuação****c) Contratos de concessão de serviços e construção--Continuação**

O Grupo estima que o valor justo da contraprestação de seus ativos financeiros relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem. Esta margem adicional, estimada conforme plano de negócio do contrato de concessão, é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre a gestão do contrato de construção, a qual é adicionada ao referido custo de construção, resultando na receita de construção. As taxas utilizadas estão descritas abaixo.

Controladas	2019	2018
SPAT Saneamento S.A.	11,56%	11,56%
Guaratinguetá Saneamento S.A.	22,43%	22,43%
Agreste Saneamento S.A.	65,88%	65,88%
Atibaia Saneamento S.A.	28,80%	28,80%

Para mensuração da receita de construção diretamente relacionada a ativos intangíveis, o Grupo estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

d) Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato de concessão, levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio aos recebíveis das obras que ocorrerão até o final da concessão, considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados.

As taxas utilizadas estão descritas abaixo.

Controladas	2019	2018
SPAT Saneamento S.A.	6,01%	10,52%
Guaratinguetá Saneamento S.A.	9,62%	17,75%
Agreste Saneamento S.A.	4,31%	10,31%
Atibaia Saneamento S.A.	14,20%	15,85%

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Receita de contrato com cliente--Continuação

e) Receita de serviços de operação

O Grupo reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho.

f) Receita de serviços de operação

O Grupo satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

2.6. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que o Grupo cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

2.7. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras, impostos a recuperar e clientes;
- Juros sobre operação partes relacionadas;
- Ajustes a valor presente;
- Descontos obtidos e concedidos;
- Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e impostos a recolher;
- Outras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecidos no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias do Grupo e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis do Grupo, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Tributos--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

c) Tributos sobre a venda

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos de tributos incidentes sobre a receita de construção e receita de ativo financeiro e recuperáveis sobre o custo de construção com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

2.9. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

O Grupo considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Imobilizado--Continuação

a) Reconhecimento e mensuração--Continuação

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Intangível

a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação

de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.11. Ativos de contrato

Na adoção do CPC 47/IFRS 15, o Grupo optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação. A norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando o Grupo concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Ativos de contrato--Continuação

Com a entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2018, do CPC 47/IFRS 15 e a revisão do ICPC 01 / IFRIC 12, notadamente o parágrafo 19 do ICPC01/IFRIC 12, o Grupo passou a classificar como ativo de contrato, no ativo de longo prazo, as obras anteriormente registradas como ativo intangível em curso referente aos contratos de concessão durante o período de construção.

	Consolidado		
	Saldo divulgado	Reclassificação	Saldo reapresentado
Saldo em 1º de janeiro de 2018			
Ativo intangível (Nota 11)	689.302	(14.667)	674.635
Ativos de contrato (Nota 12)		14.667	14.667
Saldo em 31 de dezembro de 2018			
Ativo intangível (Nota 11)	910.970	(59.449)	851.121
Ativos de contrato (Nota 12)		59.449	59.449

2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. *Vide políticas contábeis na Nota 2.5 - Receita de contrato com cliente.*

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

ii) *Mensuração subsequente*--Continuação

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem o contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa.

iii) *Desreconhecimento*

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos do caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando o Grupo nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

iii) *Desreconhecimento*--Continuação

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*--Continuação

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) Passivos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os passivos financeiros na categoria de custo amortizado.

Custo amortizado (Empréstimos e recebíveis)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

ii) *Mensuração subsequente*--Continuação

Custo amortizado (Empréstimos e recebíveis)--Continuação

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) *Desreconhecimento*

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Instrumentos financeiros compostos

Os instrumentos financeiros compostos emitidos pela Companhia compreendem as debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações que podem ser convertidas em capital por opção do detentor e o número de ações a serem emitidas é fixo e não varia em função de mudanças no valor justo, sendo obrigatória a conversão em ações no vencimento, na proporção de uma ação ordinária por cada debênture.

O componente passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente pelo valor justo. O componente do patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento financeiro composto como um todo e o valor justo do componente passivo. Quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são alocados para os componentes de passivo e patrimônio líquido proporcionalmente aos seus valores contábeis iniciais.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

d) Instrumentos financeiros compostos--Continuação

Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, o componente passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado.

Na conversão no seu vencimento, o passivo financeiro é reclassificado para o patrimônio líquido e nenhum ganho ou perda é reconhecido.

2.13. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

2.14. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.15. Caixa e equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Provisão para contingências

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17. Benefícios a empregados--Continuação

b) Transações envolvendo pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos executivos do Grupo é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no passivo, durante o período em que os executivos adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

Transações liquidadas com caixa

Um passivo é reconhecido ao valor justo da transação liquidada com caixa. O valor justo é mensurado inicialmente e a cada data de reporte até - e incluindo - a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida como despesas com benefícios a empregados na demonstração do resultado. O valor justo é reconhecido como despesa ao longo do período até a data de aquisição, com o reconhecimento de um passivo correspondente. O valor justo é determinado com base no modelo de *Black & Scholes*.

c) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

O Grupo não possui benefícios pós-emprego.

2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se este ativo (ou estes ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

2.20. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo.

2.21. Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.22. Normas novas que estão em vigor

Os seguintes promuncioamentos adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2019:

O CPC 06 / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil foi efetivo a partir de 1º de janeiro de 2019 e estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06. A norma incluiu duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

O Grupo adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada com efeito cumulativo na data da aplicação inicial, conforme previsto no parágrafo C5 (b) do CPC 06.

O Grupo optou por utilizar as isenções previstas pela norma para contratos cujo prazo de arrendamento se encerre em até 12 meses a partir da data de adoção inicial, e contratos cujo ativo objeto sejam de baixo valor, os contratos incluídos nestas isenções somam despesa reconhecida diretamente no resultado do exercício no montante de R\$1.330 em 31 de dezembro de 2019. Os principais contratos identificados com ativos subjacentes de baixo valor se referem a itens como locação de impressoras, equipamento de videoconferência e comunicação, os contratos identificados como curto prazo se referem a locação de equipamentos operacionais e os contratos ao qual o Grupo classificou como arrendamento se refere a locação de veículos, imóveis e máquinas e equipamentos (vide nota explicativa nº 10).

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.22. Normas novas que estão em vigor--Continuação

A seguir apresentamos os impactos iniciais no balanço consolidado em 1º de janeiro de 2019:

Consolidado	Impactos referente adoção do IFRS IFRS16/CPC 06
Ativos de direito de uso	8.953
Total do ativo não circulante	8.953
Arrendamento mercantil	3.921
Total do passivo circulante	3.921
Arrendamento mercantil	5.032
Total do passivo não circulante	5.032
Total do passivo	8.953

A Companhia adotou a taxa nominal incremental sobre os empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento reconhecidos na data de aplicação do pronunciamento de 10,23% para contratos de 1 ano e crescente para os anos subsequentes de forma a refletir o custo marginal de captação que o grupo obterá para efetuar a compra do ativo.

A demonstração de resultado do período findos em 31 de dezembro de 2019 foi impactada em R\$3.721 relativos à amortização do ativo de direito de uso e em R\$943 relativo aos juros incorridos sobre o arrendamento mercantil.

ICPC 22 / IFRIC 23 - Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Administração concluiu que não há impacto significativo na aplicação desta Interpretação nas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.23. Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras estão abaixo apresentadas:

CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - esta revisão apresenta novos conceitos sobre apresentação, mensuração e divulgação, atualizou a definição de ativos e passivos bem como os critérios de reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos nas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

- Consolidação de entidades: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma coligada (vide nota explicativa nº 2.1); e
- Determinação da época de satisfação da obrigação de performance dos serviços indiretos de água e esgoto: quando o serviço é solicitado, uma ordem de serviço é aberta para atendimento e monitoramento. Após a prestação do serviço, a ordem é finalizada e a receita reconhecida.

b) Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

b) Estimativas e premissas--Continuação

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para os próximos cinco anos. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota explicativa nº 11 (c).

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato

O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pelo Grupo. O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Na data de relatório, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato do Grupo estão divulgadas na nota explicativa 20 (c).

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

b) Estimativas e premissas--Continuação

Transações com pagamentos baseados em ações

A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações liquidadas financeiramente, requer a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação e que o passivo seja remensurado no fim de cada período de reporte até a data de liquidação, reconhecendo-se no resultado eventuais variações no valor justo.

Tributos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O Grupo apresenta prejuízos fiscais a compensar. Estes prejuízos se referem a Companhia e a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Companhia e estas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido. Vide nota explicativa nº 21 (a).

Provisões para perdas com causas judiciais

O Grupo reconhece provisão para causas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As informações sobre provisões de contingências do Grupo estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	1	1	25	46
Saldos bancários	1.948	871	27.398	9.405
Aplicações financeiras	111.502	-	149.367	114.797
Total	113.451	872	176.790	124.248

As aplicações financeiras são classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

A composição das aplicações financeiras consolidada está representada como segue:

Modalidades	2019	2018
Certificado de depósito bancário	127.600	92.868
Fundos de investimento	21.434	21.929
Outras aplicações	333	-
Total	149.367	114.797

Em 31 de dezembro de 2019 a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI, dos certificados de depósito bancário e fundos de investimento foi de 5,89% e 5,48% (4,98% e 6,20% em 31 de dezembro de 2018) respectivamente. Possuem vencimento de 1 a 7 anos, com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e com previsibilidade de resgate imediato junto ao próprio emissor e não estão expostas a perdas significativas de valor.

5. Outros ativos financeiros

	Consolidado	
	2019	2018
Certificados de depósito bancário	31.596	157.915
Fundos de investimento	10.041	76
Debêntures(*)	10.000	-
Outros ativos financeiros	2.500	-
Circulante	44.762	157.991
Não circulante	9.375	-
Total	54.137	157.991

(*) Refere-se a compra de debêntures simples, não conversíveis em ações emitidas em 25 de outubro de 2019, pela Tubarão Saneamento S/A, controlada em conjunto, no valor de R\$20.000 e a Igua Saneamento efetuou a compra de R\$ 10.000, com a primeira parcela vencendo em 28 de outubro 2020, com remuneração de 100% do CDI, acrescida de 4%a.a., amortizado em 48 parcelas.

Notas Explicativas

5. Outros ativos financeiros--Continuação

Outros investimentos são classificados como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2019, a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI dos fundos de investimento, certificados de depósito bancário e debêntures foi de 5,63%, 5,51% e 9,94% (5,09% e 4,90% em 31 de dezembro de 2018) respectivamente. Os fundos de investimento e os certificados de depósitos bancário possuem vencimento de 1 a 7 anos, com previsibilidade de resgate imediato junto ao próprio emissor e não estão expostas a perdas significativas de valor.

A Companhia espera utilizar esses recursos em investimentos necessários para a melhoria ou manutenção das redes de água e esgoto e demais investimentos previstos nos contratos de concessão, porém pode destina-los a outras finalidades.

6. Depósitos bancários vinculados

	Consolidado	
	2019	2018
Fundos de investimento	69.452	21.621
Certificados de depósito bancário	4.100	7.275
Conta corrente	2.028	-
Circulante	55.444	19.916
Não circulante	20.136	8.980
Total	75.580	28.896

A rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI dos fundos de investimento e dos certificados de depósitos bancários é de 5,67% e 5,83% (6,29% e 6,28 em 31 de dezembro de 2018) respectivamente.

Depósitos bancários vinculados em 31 de dezembro de 2019 referem-se principalmente a montantes retidos na controlada (a) Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto relativos a (i) constituição de conta reserva debêntures de recursos equivalentes a 50% do valor do serviço da dívida debêntures; (ii) constituição de conta reserva BNDES com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortização e juros vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes; (iii) constituição de conta pagamento debêntures no montante equivalente a 1/6 do valor do serviço da dívida debêntures; e (iv) constituição de conta pagamento BNDES no montante equivalente a 1/12 do valor do valor da parcela vincenda; e na controlada (b) Agreste Saneamento S.A. relativo a constituição de conta reserva do financiamento mantido junto a Caixa Econômica Federal do montante equivalente às três parcelas mensais vincendas.

Tais recursos retidos, quando desbloqueados ou se substituídos por outras garantias, são destinados aos investimentos necessários para a melhoria ou manutenção das redes de água e esgoto e demais investimentos previstos nos contratos de concessão.

Notas Explicativas**7. Contas a receber e outros recebíveis**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Contas a receber de saneamento e serviços		-	-	93.099	88.181
Direitos a faturar		-	-	14.790	14.095
Ativo financeiro		-	-	843.829	808.274
(-) Provisão para perda do valor recuperável		-	-	(87.194)	(89.021)
		-	-	864.524	821.529
Partes relacionadas - operações mensais	27	129.258	35.982	3.500	4.075
Partes relacionadas - conta corrente	27	180.554	306.177	5.762	3.956
Partes relacionadas - empréstimo a receber	27	61.595	51.979	10.215	4.051
Adiantamentos		217	201	2.808	17.852
Outros		-	-	1.866	2.670
		371.624	394.339	24.151	32.604
Circulante		13.963	16.473	205.438	225.964
Não circulante		357.661	377.866	683.237	628.169
Total		371.624	394.339	888.675	854.133

A movimentação da provisão para perda do valor recuperável, bem como o cronograma de vencimento dos recebíveis estão apresentados na nota 20.

8. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	178	178	15.902	12.703
Programa de Integração Social (PIS)	38	35	3.460	2.755
Saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	2.440	637	11.927	5.572
Saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	425	425	1.890	1.174
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras	-	-	308	756
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retido na fonte	37	36	272	80
PIS / COFINS / CSLL retidos na fonte	40	-	5.901	7.006
Outros	68	-	605	537
Circulante	3.225	1.311	30.076	19.878
Não circulante	1	-	10.189	10.705
Total	3.226	1.311	40.265	30.583

Notas Explicativas

9. Investimentos

A Companhia registrou um ganho de R\$ 91.100 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 54.454 em 31 de dezembro de 2018) de equivalência patrimonial de suas controladas e controladas em conjunto.

O Grupo registrou um ganho de R\$ 13.631 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (perda de R\$ 788 em 31 de dezembro de 2018) de equivalência patrimonial de seus empreendimentos controlados em conjunto.

Nenhuma das controladas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Os quadros abaixo apresentam um sumário das informações financeiras de investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto.

a) Composição dos investimentos - Consolidado

Empreendimentos controlados em conjunto	2019	2018
Águas de Andradina S.A.	19.207	17.087
Tubarão Saneamento S.A.	43.708	22.834
Águas de Castilho S.A.	5.079	4.147
Itapoá Saneamento Ltda.	2.868	-
Total	70.862	44.068

b) Composição dos investimentos - Controladora

	2019	2018
Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	17.571	13.559
Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A.	2.752	1.876
Guaratinguetá Saneamento S.A.	16.625	10.139
Águas Piquete S.A.	-	1.572
SPAT Saneamento S.A.	89.479	99.140
Paranaguá Saneamento S.A.	12.959	13.468
Iguá MT Participações Ltda.	31.463	25.314
Iguá MT Participações Ltda. - Recomposição de ágio (*)	6.364	6.364
Águas Canarana Ltda.	1.005	496
Águas Canarana Ltda. - Investimento por ágio (*)	601	601
Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	121.512	63.759
Águas de Andradina S.A.	19.208	17.087
Águas de Castilho S.A.	5.079	4.147
Tubarão Saneamento S.A.	43.706	22.834
Tubarão Saneamento S.A. - Investimento por ágio (*)	181	181
Agreste Saneamento S.A.	128.821	103.176
Iguá Serviços de Engenharia em Saneamento Ltda.	301	-
Itapoá Saneamento Ltda.	2.868	-
Atibaia Saneamento S.A.	23.238	3.049
Total	523.733	386.762

(*) O ágio refere-se, basicamente, à aquisição de investimentos (direito de exploração de concessões).

Notas Explicativas**9. Investimentos--Continuação**c) Provisão para perdas em investimentos

	Controladora	
	2019	2018
Iguá Serviços de Engenharia em Saneamento Ltda.	-	6.181
PCT Participações Ltda.	21.333	24.740
Iguá Projetos Ltda.	12.150	11.772
Águas Piquete S.A.	547	-
Itapoá Saneamento Ltda.	-	6.539
Total	34.030	49.232

Notas Explicativas

9. Investimentos--Continuação

d) Dados sobre as participações

31 de dezembro de 2019	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
Controladas											
Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	7.676	50.035	57.710	23.296	14.890	38.187	19.523	36.013	(30.508)	5.505	4.954
Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A.	1.081	9.995	11.076	5.182	390	5.572	5.504	7.027	(4.884)	2.143	1.072
Guaratinguetá Saneamento S.A.	24.554	35.665	60.219	23.149	20.445	43.594	16.625	12.078	(5.592)	6.486	6.486
Sistema Produtor Alto Tietê S.A.	103.801	211.886	315.686	55.917	165.581	221.498	94.188	81.101	(65.334)	15.767	14.979
Paranaquá Saneamento S.A.	14.193	278.464	292.657	145.576	134.123	279.698	12.959	117.002	(117.512)	(510)	(510)
MT Participações Ltda. (consolidado)	24.503	57.030	81.533	30.117	12.087	42.204	39.329	39.550	(31.608)	7.942	6.353
CAC Participações Ltda.	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
PCT Participações Ltda. (*)	-	30.047	30.047	-	51.380	51.380	(21.333)	-	(1.658)	(1.658)	(1.658)
Águas Piquete S.A.	708	2.757	3.465	4.012	-	4.012	(547)	3.477	(5.596)	(2.119)	(2.119)
Águas Canarana Ltda.	1.976	8.652	10.629	9.156	216	9.373	1.256	5.387	(4.751)	636	509
Iguá Projetos e Investimentos em Saneamento Básico Ltda.	3.702	102	3.805	11.244	4.711	15.955	(12.150)	217	(595)	(378)	(378)
Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	135.084	795.698	930.782	250.827	539.051	789.878	140.904	455.137	(454.191)	946	816
Iguá Serviços de Engenharia em Saneamento Ltda.	5.068	3.982	9.050	2.379	6.371	8.750	300	294	6.187	6.481	6.481
Agreste Saneamento S.A.	18.374	385.493	403.866	38.636	236.410	275.045	128.821	72.230	(42.671)	29.559	29.560
Atibaia Saneamento S.A.	23.508	87.880	111.388	45.505	42.645	88.150	23.238	68.166	(57.241)	10.925	10.925
	364.229	1.957.686	2.321.914	644.996	1.228.300	1.873.296	448.618	897.679	(815.954)	81.725	77.469
Controladas em conjunto											
Águas de Andradina S.A.	5.564	49.621	55.184	10.239	17.505	27.744	27.440	29.516	(25.072)	4.444	3.111
Águas de Castilho S.A.	1.581	11.870	13.451	1.533	4.662	6.195	7.256	7.819	(6.158)	1.661	1.162
Tubarão Saneamento S.A.	19.121	97.812	116.933	6.349	23.171	29.521	87.412	65.123	(58.223)	6.900	3.450
Itapoa Saneamento Ltda.	15.784	43.561	59.345	39.762	13.848	53.609	5.736	26.812	(14.998)	11.814	5.908
	42.050	202.864	244.913	57.883	59.186	117.069	127.844	129.270	(104.451)	24.819	13.631
Total	406.279	2.160.550	2.566.827	702.879	1.287.486	1.990.365	576.462	1.026.949	(920.405)	106.544	91.100

(*) Em 31 de janeiro de 2019, a Companhia realizou um adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 62.000 e em 23 de julho de 2019 ocorreu a integralização. Consequentemente, na ocasião da emissão das ações, a participação da acionista minoritária PCT Participações Ltda, é diluída.

Notas Explicativas

9. Investimentos--Continuação

d) Dados sobre as participações--Continuação

31 de dezembro de 2018	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Despesas	Lucro ou (prejuízo)	Equivalência patrimonial
Controladas											
Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	16.433	42.961	59.394	23.858	20.471	44.329	15.065	35.086	(31.246)	3.840	3.456
Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A.	2.308	7.163	9.471	4.662	1.058	5.720	3.751	5.063	(4.478)	585	293
Guaratinguetá Saneamento S.A.	11.171	33.557	44.728	23.493	11.106	34.599	10.139	12.829	(9.430)	3.399	3.399
Sistema Produtor Alto Tietê S.A.	102.491	245.492	347.983	44.127	199.498	243.625	104.358	80.747	(65.264)	15.483	14.709
Paranaguá Saneamento S.A.	14.077	239.818	253.895	73.347	167.080	240.427	13.468	106.444	(107.700)	(1.256)	(1.256)
MT Participações Ltda. (consolidado)	19.150	61.031	80.181	24.928	23.610	48.538	31.643	35.015	(29.214)	5.801	4.641
CAC Participações Ltda.	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
PCT Participações Ltda. (**)	-	23.187	23.187	-	47.927	47.927	(24.740)	212	(982)	(770)	(770)
Águas Piquete S.A.	605	4.212	4.817	3.220	25	3.245	1.572	2.730	(2.650)	80	80
Águas Canarana Ltda.	2.254	7.564	9.818	9.198	-	9.198	620	5.042	(4.876)	166	133
Iguá Projetos e Investimentos em Saneamento Básico Ltda.	17.869	156	18.025	24.869	4.928	29.797	(11.772)	217	1.625	1.842	1.842
Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (*)	86.519	584.404	670.923	108.609	484.359	592.968	77.955	348.076	(350.281)	(2.205)	(1.803)
Iguá Serviços de Engenharia em Saneamento Ltda.	216.555	8.141	224.696	224.220	6.657	230.877	(6.181)	286	1.385	1.671	1.671
Agriste Saneamento S.A.	47.101	337.440	384.541	44.845	236.521	281.366	103.175	82.699	(58.818)	23.881	23.881
Atibaia Saneamento S.A.	28.724	21.737	50.461	43.349	4.063	47.412	3.049	31.866	(26.900)	4.966	4.966
	565.258	1.616.863	2.182.121	652.715	1.207.303	1.860.018	322.103	746.312	(688.829)	57.483	55.242
Controladas em conjunto											
Águas de Andradina S.A.	6.101	44.159	50.260	10.592	15.258	25.850	24.410	28.395	(25.769)	2.626	1.838
Águas de Castilho S.A.	1.792	9.906	11.698	2.006	3.768	5.774	5.924	8.092	(6.912)	1.180	826
Tubarão Saneamento S.A.	7.729	68.181	75.910	28.069	2.173	30.242	45.668	72.542	(67.271)	5.271	2.636
Itapoá Saneamento Ltda.	4.121	17.401	21.522	21.874	12.726	34.600	(13.078)	13.656	(25.831)	(12.175)	(6.088)
	19.743	139.647	159.390	62.541	33.925	96.466	62.924	122.685	(125.783)	(3.098)	(788)
Total	585.001	1.756.510	2.341.511	715.256	1.241.228	1.956.484	385.027	868.997	(814.612)	54.385	54.454

Notas Explicativas

9. Investimentos--Continuação

d) Dados sobre as participações--Continuação

- (*) Conforme ata de assembléia geral de 20 de dezembro de 2018, foram integralizados ao capital social da controlada o montante anteriormente subscrito de R\$ 70.001, sendo R\$ 46.071 integralizados pela Companhia e R\$ 23.930 integralizados pela PCT Participações Ltda. Também foram emitidas 17.166.398 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal ao preço de emissão total de R\$ 17.166, subscritas e integralizadas pela Companhia, mediante renúncia da acionista PCT Participações Ltda. quanto ao exercício de preferência na subscrição das mencionadas ações. Consequentemente, as participações societárias foram diluídas e a Companhia passa a deter 81,79% do capital social da controlada.
- (**) Em 27 de fevereiro de 2018, a Companhia adquiriu as quotas emitidas pela sociedade PCT Participações Ltda., acionista minoritária que detinha 20% de participação das controladas Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Águas Canarana Ltda. e Iguá MT Participações Ltda. Consequentemente, a Companhia passa a deter 100% de participação nas referidas controladas. Por esta aquisição, o preço estabelecido no contrato foi de R\$40.000, dos quais R\$5.000 foram pagos no ato da transferência das quotas, R\$5.100 está sendo pago em 34 parcelas mensais de R\$150 e o montante de R\$29.900 será pago até 31 de dezembro de 2020, ambos a serem atualizados em 110% do CDI. Conforme CPC 36, mudanças na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultem na perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários) nas demonstrações consolidadas. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação da controladora e o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas participações relativas das partes na controlada. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tiver sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora.

10. Ativos de direito de uso

Em virtude das alterações do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil equivalente a norma internacional IFRS 16 - Leases, efetivas a partir 1º de janeiro de 2019, o Grupo reconheceu um ativo representando um direito de usar o ativo arrendado durante o prazo dos contratos de arrendamento mercantil (um ativo de direito de uso), conforme demonstrado abaixo:

Consolidado	Veículos	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
Custo				
Adoção da IFRS 16 / CPC 06	3.720	3.749	1.484	8.953
Adição no período	296	906	1.539	2.741
Depreciação				
Adição no período	(2.374)	(897)	(450)	(3.721)
Valor líquido				
Em 31 de dezembro de 2019	1.642	3.758	2.573	7.973

Notas Explicativas**11. Intangível**a) Valor contábil

Consolidado	Concessão (i)	Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (ii)	Outorga da concessão (iii)	Software	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	47.850	674.635	146.556	10.726	879.767
Adições	-	178.282	-	1.588	179.870
Baixas	-	(1.396)	-	-	(1.396)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	47.850	851.521	146.556	12.314	1.058.241
Adições	-	135.339	-	642	135.981
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	47.850	986.860	146.556	12.956	1.194.222
Amortização					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(9.370)	(176.720)	(24.886)	(6.248)	(217.224)
Adições	(1.096)	(41.185)	(4.911)	(1.460)	(48.652)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(10.466)	(217.905)	(29.797)	(7.708)	(265.876)
Adições	(1.091)	(48.771)	(4.911)	(1.447)	(56.220)
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	-	(1.876)	-	-	(1.876)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(11.557)	(268.552)	(34.708)	(9.155)	(323.972)
Valor líquido					
Em 31 de dezembro de 2018	37.384	633.616	116.759	4.606	792.365
Em 31 de dezembro de 2019	36.293	718.308	111.848	3.801	870.250

(i) **Concessão**

Direito de exploração de contrato de concessão adquirido de terceiro.

Os laudos de avaliação das empresas adquiridas foram desenvolvidos considerando as metodologias específicas de avaliação estabelecidas pela empresa especializada independente e premissas definidas e fornecidas pelo Grupo, considerando projeções de receitas, despesas, sendo apurado uma mais valia pelo direito de exploração da concessão conforme apresentado a seguir:

Notas Explicativas**11. Intangível--Continuação**a) Valor contábil--Continuação(i) Concessão--Continuação

<u>Operação com concessão</u>		<u>Prazo final da concessão</u>	<u>Prazo remanescente - anos</u>	<u>Saldo em 2019</u>	<u>Saldo em 2018</u>
Paranaguá Saneamento S.A.	(a)	2045	26	39.549	39.549
Águas Colíder Ltda.	(b)	2032	13	1.549	1.549
Águas Pontes e Lacerda Ltda.	(c)	2031	12	2.442	2.442
Águas Alta Floresta Ltda.	(d)	2032	13	2.373	2.373
Águas Canarana Ltda.	(e)	2040	21	601	601
Águas Comodoro Ltda.	(f)	2037	18	1.155	1.155
Tubarão Saneamento S.A.		2042	23	181	181
Total				47.850	47.850

A seguir detalhamos os principais valores de intangível e concessão registrados nas demonstrações financeiras do Grupo de acordo com o IAS 38 (CPC 4 R1) Ativos Intangíveis.

- (a) Em maio de 2008, a CAB Paranaguá S.A. adquiriu 100% das ações representativas do capital da Companhia Águaspar S.A., na qual possuía a quase totalidade das ações da Paranaguá Saneamento S.A., com exceção de 4 (quatro) ações preferenciais pertencentes aos membros do Conselho de Administração da Paranaguá Saneamento S.A., pelo valor de R\$59.133, tendo apurado uma mais valia pelo direito de exploração da concessão no valor de R\$39.549 conforme estudo efetuado por empresa especializada.

Por meio de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da CAB Paranaguá S.A. pela Águaspar S.A. e, posteriormente, a incorporação da Águaspar S.A. pela Paranaguá Saneamento S.A., e a mais valia (concessão), gerada na aquisição desse investimento, foi classificada no ativo intangível. A Companhia está amortizando este intangível linearmente pelo prazo da concessão.

Notas Explicativas

11. Intangível--Continuação

a) Valor contábil--Continuação

(i) *Concessão*--Continuação

- (b) Durante o exercício de 2009, a CACOL Participações Ltda. adquiriu 80% das ações do capital da empresa Águas Colíder Ltda., pelo valor de R\$5.755, tendo apurado uma mais valia pelo direito de exploração da concessão no valor de R\$3.198, conforme estudos preparados por empresa especializada, amortizável linearmente pelo prazo da concessão. Para fins fiscais, essa mais valia foi classificada como ágio por expectativa de rentabilidade futura, fundamentada por estudo de empresa especializada.

Por meio de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da CACOL Participações Ltda. pela Águas Colíder Ltda. e para a mais valia (concessão) gerada na aquisição desse investimento foi constituída uma provisão retificadora em contrapartida à reserva especial de ágio no patrimônio líquido da controlada, de forma que o efeito da operação no patrimônio reflita o benefício fiscal do ágio incorporado. Essas alterações afetaram o investimento da Companhia na controlada, sendo necessária a constituição do ágio (direito de exploração da concessão) indedutível para fins fiscais na Controladora de modo a recompô-lo, no valor de R\$1.549.

- (c) Durante o exercício de 2009, a CPL Participações Ltda. adquiriu 80% das ações do capital da empresa Águas Pontes e Lacerda Ltda., pelo valor de R\$7.706, tendo apurado uma mais valia pelo direito de exploração da concessão no valor de R\$5.702, conforme estudo prestado por empresa especializada, amortizável linearmente pelo prazo da concessão. Para fins fiscais, essa mais valia foi classificada como ágio por expectativa de rentabilidade futura, fundamentada por estudo de empresa especializada.

Por meio de Ata da Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a incorporação da CPL Participações Ltda., pela Águas Pontes e Lacerda Ltda. e para a mais valia (concessão) gerada na aquisição desse investimento foi constituída uma provisão retificadora em contrapartida à reserva especial de ágio no patrimônio líquido da controlada, de forma que o efeito da operação no patrimônio reflita o benefício fiscal do ágio incorporado. Essas alterações afetaram o investimento da Companhia na controlada, sendo necessária a constituição do ágio (direito de exploração de concessão) indedutível para fins fiscais na Controladora de modo a recompô-lo, no valor de R\$2.442.

Notas Explicativas

11. Intangível--Continuação

a) Valor contábil--Continuação

(i) Concessão--Continuação

- (d) Durante o exercício de 2009, a CALF Participações Ltda. adquiriu 80% das ações do capital da empresa Águas Alta Floresta Ltda., pelo valor de R\$8.205, tendo apurado uma mais valia pelo direito de exploração de concessão no valor de R\$4.919 conforme estudo preparado por empresa especializada, amortizável linearmente pelo prazo da concessão. Para fins fiscais, essa mais valia foi classificada como ágio por expectativa de rentabilidade futura, fundamentado por estudo de empresa especializada.

Por meio de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da CALF Participações Ltda. pela Águas Alta Floresta Ltda. e para a mais valia (concessão) gerada na aquisição desse investimento foi constituída uma provisão retificadora em contrapartida à reserva especial de ágio do patrimônio líquido da controlada, de forma que o efeito da operação no patrimônio reflita o benefício fiscal do ágio incorporado. Essas alterações afetaram o investimento da Companhia na controlada, sendo necessária a constituição do ágio (direito de exploração de concessão) indedutível para fins fiscais na controladora de modo a recompô-lo, no valor de R\$2.373.

- (e) Durante o exercício de 2010, a Iguá Saneamento S.A. adquiriu 100% das ações do capital da empresa Águas Canarana Ltda., pelo valor de R\$876, tendo apurado uma mais valia pelo direito de exploração da concessão no valor de R\$601 conforme estudo preparado por empresa especializada e com amortização linear até o final da concessão.
- (f) Durante o exercício de 2010, a Iguá Saneamento S.A. adquiriu 80% das ações do capital da empresa Águas Comodoro Ltda., pelo valor de R\$2.000, tendo apurado uma mais valia pelo direito de exploração da concessão no valor de R\$1.155 conforme estudo preparado por empresa especializada e com amortização linear até o final da concessão. Em junho de 2011, através de reestruturação societária, a Iguá Saneamento S.A. integralizou o investimento e transferiu a mais valia e o passivo referentes à operação de aquisição da empresa Águas Comodoro Ltda. na controlada Iguá MT Participações Ltda.

Notas Explicativas**11. Intangível--Continuação****a) Valor contábil--Continuação****(ii) *Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12***

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2018		2019	
		Custo	Adições	Transferência	Custo
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 4 a 7	73.054	189	108	73.351
Custo de empréstimos	De 4 a 5	2.216	-	-	2.216
Controle tecnológico	De 4 a 5	40.850	8.381	-	49.231
Máquinas, aparelhos e equipamentos	De 10 a 14	187.763	4.993	4.058	196.814
Rede de Água	De 4 a 5	310.315	36.433	4.895	351.643
Rede de Esgoto	De 4 a 6	235.529	38.423	37.859	311.811
Outros	-	1.794	-	-	1.794
Total		851.521	88.419	46.920	986.860

(*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

(iii) *Outorga de concessão*

Operação com concessão	Taxa média amortização % a.a. (*)	2019	2018
		Custo	Custo
Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	3,43	146.256	146.256
Águas Colíder Ltda.	3,43	300	300
Total		146.556	146.556

(*) Refere-se a outorga fixa paga em decorrência de contrato de concessão, que está sendo amortizada linearmente pelo prazo de concessão.

b) Amortização

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente a capitalização gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

c) Teste por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo realizou teste para avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis em virtude da aprovação do Plano de Negócio 20-24 em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 31 de janeiro de 2020, sendo revertida a provisão anteriormente reconhecida na controlada Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A. no montante de R\$ 1.435, e reconhecida a provisão para perda por valor recuperável na controlada Águas Piquete S.A. no montante de R\$3.311.

Notas Explicativas

11. Intangível--Continuação

c) Teste por redução ao valor recuperável--Continuação

O valor recuperável das UGCs foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa WACC calculada com base em premissas de mercados comparáveis.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período até o término do contrato de concessão. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- Receitas - as receitas foram projetadas entre 2020 e o término do período de concessão, considerando os ajustes tarifários ordinário e extraordinário, aumento do volume faturado em função de investimentos em produção de água, coleta e tratamento de esgoto, crescimento vegetativo previstos no plano de negócio das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.
- Custos e despesas operacionais - os custos e despesas foram projetados a partir do desempenho histórico das operações combinado com o plano de negócios de longo prazo da companhia.
- Taxa de desconto - representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por taxas de desconto nominais de 14,19%.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macro econômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

As unidades geradoras de caixa que são consolidadas nas demonstrações financeiras não apresentaram necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado de cada unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

A controlada em conjunto Itapoá Saneamento Ltda., não consolidada nessas demonstrações financeiras, efetuou reversão da provisão para redução ao valor recuperável de R\$18.750, reconhecida em exercícios anteriores, devido a melhora do cenário econômico, bem como redução do valor dos investimentos nos próximos.

Notas Explicativas

12. Ativos de contrato

Referem-se ao direito contratual das controladas de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Intangível.

Ativo de Contrato	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	59.449
Adições	225.044
Transferências	(46.920)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (*)	237.573

(*) O saldo refere-se a classificação de ativo da concessão para ativo intangível a medida que as obras são concluídas e iniciam a fase de operação

13. Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fornecedores diversos		1.855	11.136	57.812	66.793
Partes relacionadas - operações mensais	27	1.244	1.219	2.475	3.657
Adiantamentos		-	-	1.437	1.249
Contas a pagar diversas (*)		37.512	37.167	39.225	40.712
Circulante		39.773	14.642	100.949	78.314
Não circulante		838	34.880	-	34.097
Total		40.611	49.522	100.949	112.411

(*) Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a pagar pela aquisição da PCT Participações Ltda. é de R\$ 36.370

Notas Explicativas

14. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do Grupo a riscos de taxas de juros, liquidez e uma análise de sensibilidade decorrentes destes empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa nº 20.

Linha de crédito	Nota	Indexador	Juros médios a.a (%)	Vencimento	Controladora		Consolidado	
					2019	2018	2019	2018
BNDES - partes relacionadas	27	TJLP	8,72	2020 a 2032	-	-	430.704	346.617
BNDES - partes relacionadas	27	TR	3,39	2031	-	-	105.212	109.976
Capital de Giro		CDI	8,40	2019	-	-	-	19.938
Cédula de Crédito		CDI	9,87	2021 a 2022	-	-	88.710	95.637
FCP – SAN		TR	8,70	2035	-	-	155.801	161.722
Finame			4,05	2019	-	-	-	637
Leasing			10,08	2021	199	296	199	296
Arrendamento mercantil					2.325	-	8.287	-
Empréstimos - partes relacionadas	27	CDI	7,17		1.082	1	2.337	1.051
Conta corrente - partes relacionadas	27				31.196	31.212	2.798	357
(-) Custo de Transação Circulante					-	-	(2.589)	(3.104)
Não circulante					31.776	31.311	121.100	131.503
Total					34.802	31.509	791.459	733.127

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

Os empréstimos e financiamentos consolidados possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 200 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	788.913	117.601	115.494	86.875	81.024	46.180	341.739
Empréstimos - partes relacionadas	5.135	3.963	1.172	-	-	-	-
Total	794.048	121.564	116.666	86.875	81.024	46.180	341.739
31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 212 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	734.823	131.661	83.889	82.842	66.960	69.848	299.623
Empréstimos - partes relacionadas	1.408	357	1.051	-	-	-	-
Total	736.231	132.018	84.940	82.842	66.960	69.848	299.623

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Notas Explicativas**14. Empréstimos e financiamentos--Continuação****a) Termos e cronograma de amortização da dívida--Continuação***Fornecimento de garantias, avais ou fianças*

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia forneceu a suas controladas e controladas em conjunto as seguintes garantias, avais ou fianças:

Tipo de garantia	Linha de crédito	A favor de	Consolidado	
			2019	2018
Avalista do banco fiador	BNDES	Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	385.802	273.531
Avalista do banco fiador	BNDES	Águas de Andradina S.A.	17.796	20.275
Avalista do banco fiador	BNDES	Águas de Castilho S.A.	4.474	4.091
Avalista do banco fiador	BNDES	Guaratinguetá Saneamento S.A.	5.649	6.417
Avalista do banco fiador	BNDES	Paranaguá Saneamento S.A.	9.252	13.398
Avalista do banco fiador	BNDES	Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	5.229	8.281
Avalista do banco fiador	BNDES	SPAT Saneamento S.A.	25.000	25.000
Co-devedora	Capital de Giro	Paranaguá Saneamento S.A.	-	19.938
Avalista	Cédula de Crédito	Águas Alta Floresta Ltda.	9.265	12.000
Avalista	Cédula de Crédito	Águas Canarana Ltda.	-	8.045
Avalista	Cédula de Crédito	Águas Colíder Ltda.	6.177	8.000
Avalista	Cédula de Crédito	Águas Comodoro Ltda.	2.316	3.000
Avalista	Cédula de Crédito	Águas Pontes e Lacerda Ltda.	6.949	9.000
Avalista	Cédula de Crédito	Atibaia Saneamento S.A.	48.639	32.029
Avalista	Cédula de Crédito	Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A.	-	3.521
Avalista	Cédula de Crédito	Itapoá Saneamento Ltda.	20.377	8.523
Avalista	Cédula de Crédito	Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	15.365	20.042
Avalista	Cédula de Crédito	Tubarão Saneamento S.A.	-	7.565
Avalista	FCP – SAN	Agreste Saneamento S.A.	155.801	161.722
Avalista	Finame	Agreste Saneamento S.A.	-	22
Avalista	Finame	Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	-	601
Total			718.091	645.001

a) Termos e cronograma de amortização da dívida--Continuação*Cronograma de amortização do custo de transação*

A seguir é apresentado o montante de custos de transação dos financiamentos BNDES, a ser apropriado ao resultado em cada exercício subsequente:

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 165 meses
Financiamentos	2.589	464	413	354	286	226	846
31 de dezembro de 2018	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 177 meses
Financiamentos	3.104	515	464	413	354	286	1.072

Notas Explicativas

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Passivos		Patrimônio líquido			Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Capital social	Reserva de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria	Custo de transação	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	733.127	464.255	789.070	371	(19.323)	1.967.500
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Retenção de ICP para pagamento baseado em ações	1.172	-	-	-	-	1.172
Partes relacionadas - conta corrente	2.441	-	-	-	-	2.441
Emissão de cédula de crédito bancário	169.990	-	-	-	-	169.990
Emissão de debêntures	-	120.000	-	-	-	120.000
Amortização	(108.116)	(12.893)	-	-	-	(121.009)
Amortização - arrendamento mercantil	(3.411)	-	-	-	-	(3.411)
Aumento de capital	-	-	169.786	-	-	169.786
Ágio na emissão de ações	-	-	-	5.802	-	5.802
Custo de transação na emissão de ações (efeito caixa)	-	-	-	-	(9.474)	(9.474)
Custo de transação na emissão de debêntures	-	(3.808)	-	-	-	(3.808)
Aquisição de acionistas minoritários	(1.800)	-	-	-	-	(1.800)
Conversão das debêntures em ações	-	(1.674)	(18.111)	-	-	(19.785)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	60.276	101.625	151.675	5.802	(9.474)	309.904
Outras variações						
Provisão de juros	69.572	47.673	-	-	-	117.245
Provisão de juros - arrendamento mercantil	944	-	-	-	-	944
Provisão de juros - partes relacionadas	113	-	-	-	-	113
Arrendamento mercantil	11.697	-	-	-	-	11.697
Pagamento de juros	(85.126)	(66.852)	-	-	-	(151.978)
Pagamento arrendamento mercantil	(944)	-	-	-	-	(944)
Estorno custo de transação na emissão de ações (efeito caixa)	-	-	-	-	(480)	(480)
Aquisição de acionistas minoritários	1.800	-	-	-	-	1.800
Conversão das debêntures em ações	-	-	18.111	-	-	18.111
Total de outras variações	(1.944)	(19.179)	18.111	-	9.474	6.462
Saldo em 31 de dezembro de 2019	791.459	546.701	958.856	6.173	(29.777)	2.273.912

c) Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

Os índices financeiros são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e suas subsidiárias e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e suas subsidiárias encontram-se em conformidade com as cláusulas restritivas.

Notas Explicativas

15. Debêntures

Linha de crédito	Indexador	Juros médios a.a. (%)	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2019	2018	2019	2018
Debêntures	CDI	9,63	2023 a 2026	164.465	56.997	547.590	460.096
Debêntures conversíveis em ações (*)			2022	2.485	4.159	2.485	4.159
(-) Custo de transação na emissão de debêntures				(3.374)	-	(3.374)	-
Circulante				13.975	5.959	96.439	34.060
Não circulante				149.601	55.197	450.262	430.195
Total				163.576	61.156	546.701	464.255

(*) Os debenturistas receberão obrigatoriamente uma remuneração em proporção equivalente a sua participação. Consequentemente, a remuneração garantida foi classificada e mensurada como um passivo financeiro.

As garantias das debêntures emitidas pela controlada Águas Cuiabá S.A. no montante de R\$240.627 em 31 de dezembro de 2019, consistem no penhor de ações e de qualquer forma de remuneração paga aos acionistas e a cessão fiduciária de direitos emergentes do contrato de concessão pública.

As garantias das debêntures emitidas pela controlada Paranaguá Saneamento S.A. no montante de R\$142.498 em dezembro de 2019, consistem (i) em garantia fidejussória em favor dos titulares das debêntures, por meio de carta de fiança firmada pela Companhia na condição de fiadora, tornando-se devedora solidária e principal pagadora da totalidade dos valores devidos até a final quitação das debêntures; (ii) totalidade das ações da controlada pertencentes a Companhia, bem como todas as novas ações que sejam subscritas e integralizadas; e (iii) totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros de titularidade da controlada, emergentes do contrato de concessão.

Em 15 de maio de 2019 a Companhia emitiu, no âmbito da oferta restrita, 120.000 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, totalizando o montante de R\$120.000, com prazo de vencimento de 84 meses contados da data de emissão, com juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - depósito interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 3,50% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis, a serem pagos mensalmente a partir da data de emissão até a data de vencimento.

Notas Explicativas

15. Debêntures--Continuação

Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento e cumprimento de todas as obrigações, principais, acessórias, presentes e futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas quando devidas e demais disposições aplicáveis, a Companhia cederá e transferirá fiduciariamente aos debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta da conta corrente de movimentação restrita, aberta junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. na qual serão depositados e mantidos todos os recursos distribuídos em favor da Companhia por sua controlada Agreste Saneamento S.A., incluindo, mas não se limitando a, mútuos, dividendos, antecipação de dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital ou quaisquer outros proventos decorrentes da participação acionária detida, bem como todos os direitos de crédito, presentes e futuros, detidos pela Companhia em relação à conta de depósito e a quaisquer recursos depositados ou que venham a ser depositados na conta de depósito, com exceção de eventuais pagamentos de serviços compartilhados feitos pela Agreste em favor da Companhia, expressos no “Regulamento Para Compartilhamento de Recursos e Rateio de Custos e Despesas Comuns”, celebrado entre as partes. A Agreste deverá transferir recursos para a conta de depósito em montante suficiente para pagamento da próxima parcela vincenda da remuneração e da próxima parcela vincenda do valor de principal.

Em 18 de setembro de 2019, por força do direito decorrente, do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Obrigatoriamente Conversíveis em Ações, os titulares das Debentures conversíveis em ações, BNDES Participações S/A - BNDESPAR e Cyan Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior, exerceram o seu direito de converter seus títulos em ações ordinárias da Companhia. Os beneficiários, possuíam 2.071.886 e 3.198.534 debentures conversíveis em ações, respectivamente totalizando a conversão de 5.270.400 em ações ordinárias da Companhia.

Os índices financeiros relativos ao cumprimento de cláusula contratual restritiva são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e suas subsidiárias e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas subsidiárias encontram-se em conformidade com as cláusulas restritivas.

Notas Explicativas**15. Debêntures--Continuação**

As debêntures possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 81 meses
Debêntures (*)	547.590	97.165	92.228	96.480	101.988	92.713	67.016
Debêntures conversíveis em ações	2.485	-	-	2.485	-	-	-
Total	550.075	97.165	92.228	98.965	101.988	92.713	67.016

31 de dezembro de 2018	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 93 meses
Debêntures (*)	460.096	34.060	32.510	49.714	64.100	65.643	214.069
Debêntures conversíveis em ações	4.159	-	-	-	4.159	-	-
Total	464.255	34.060	32.510	49.714	68.259	65.643	214.069

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Cronograma de amortização do custo de transação

A seguir é apresentado o montante de custos de transação na emissão das debêntures, a ser apropriado ao resultado em cada período subsequente:

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 83 meses
Custo de transação na emissão de debêntures	3.374	726	718	669	570	435	256
Total	3.374	726	718	669	570	435	256

Notas Explicativas

16. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
PIS/COFINS com recolhimento diferido	-	-	71.607	67.781
PIS/COFINS parcelamento a pagar(*)	-	-	7.083	-
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	991	114	13.089	11.963
Programa de Integração Social (PIS)	213	25	2.879	2.583
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salário	342	303	783	729
ISS / PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	186	468	1.021	1.558
Imposto sobre serviço (ISS) a recolher	441	549	480	637
Outros (**)	5	1	5.946	5.844
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre terceiro	195	40	266	173
Circulante	2.373	1.500	30.317	24.588
Não circulante	-	-	72.837	66.680
Total	2.373	1.500	103.154	91.268

(*) Na controlada Águas Cuiabá S.A., havia um auto de infração com o fito de confirmar indícios de insuficiência de recolhimento do PIS e da COFINS, devido a constatação de divergências entre os valores a recolher informados na escrituração fiscal digital - EFD e os declarados em DCTF, em 2019 a Companhia ingressou no REFIS e procedeu o parcelamento do auto de infração em 60 meses.

(**) De 15 de outubro de 2018 a 14 de novembro de 2018, a controlada Águas Cuiabá S.A. firmou termos de conciliação, confissão e parcelamento de débitos junto ao município de Cuiabá relativos ao alvará de localização e funcionamento dos anos de 2013 a 2017, a qual questionava judicialmente a base de cálculo da referida taxa, cobrada originalmente sobre a área total do estabelecimento e não sobre a área construída. Consequentemente, a controlada desistiu do processo judicial e aderiu ao REFIS municipal. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a pagar é de R\$3.405.

17. Provisão para perdas com causas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos do Grupo. O Grupo considera existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, reconheceu uma provisão no valor de R\$ 6.411 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 6.757 em 31 de dezembro de 2018). A movimentação é como segue:

Consolidado	Cíveis, trabalhistas, ambientais e tributário	
	2019	2018
Saldo em 1º janeiro	6.757	8.365
Adições	4.861	5.479
Baixas/reversões	(5.207)	(7.087)
Total	6.411	6.757

Notas Explicativas**17. Provisão para perdas com causas judiciais--Continuação**

A natureza dos processos é como segue:

Consolidado	2019	2018
Cíveis	3.675	2.576
Trabalhistas	1.265	3.492
Ambiental	1.462	689
Tributário	9	-
Total	6.411	6.757

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível, trabalhista e ambiental, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, somaram no Grupo o montante de R\$68.584 em 31 de dezembro de 2019 (R\$83.432 em 31 de dezembro de 2018) e na controladora R\$15.501 em 31 de dezembro de 2019, (R\$25.991 em 31 de dezembro de 2018). Nenhuma provisão foi constituída para tais contingências tendo em vista que as práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras não requerem sua contabilização.

Abaixo descrevemos os processos relevantes avaliados como sendo de risco possível:

- Na controlada Paranaguá Saneamento S.A. existe um processo estimado em R\$10.000. Trata-se de ação civil pública inicialmente ajuizada contra o município de Paranaguá, a agência reguladora municipal (CAGEPAR) e a concessionária dos serviços públicos de saneamento básico, com pedido de condenação à reparação civil por supostos danos ambientais e pagamento de dano moral coletivo. Os autores iniciais abandonaram extraoficialmente a causa e a União Federal, o Ministério Público Federal e Estadual assumiram a condução do processo. Houve a produção de laudo pericial ambiental favorável à concessionária, cuja autoria foi impugnada pela União Federal em razão de suspeição do perito judicial, o que motivou a suspensão da ação civil pública. A alegação de suspeição do perito já foi afastada por decisão final, diante da qual não cabe mais recurso. No momento aguarda-se apenas a definição do Juiz Federal competente para que o processo retome seu curso com o encerramento da fase de produção de provas; e
- Na controlada Agreste Saneamento S.A. existe um processo estimado em R\$5.000. Trata-se de ação ordinária ajuizada pela Incorporadora Alamedas, a fim de requerer indenização por desapropriação indireta. O objeto da ação consiste em parte de um terreno cedido para a construção da ETA pelo estado, o qual pertencia à CARHP. Tal autarquia é parte em diversas reclamações trabalhistas e, visando a quitação do passivo, o TRT promoveu um leilão do bem, que foi arrematado pela Incorporadora Alamedas. Em 2016, após receber uma notificação extrajudicial para desocupar o referido terreno, a controlada iniciou as providências para a regularização e apresentou contestação. Após a intimação, a Incorporadora Alamedas poderá apresentar réplica.

Notas Explicativas**18. Patrimônio líquido - controladora****a) Capital social**

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$958.856 (R\$789.070 em 31 de dezembro de 2018), representado pelas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, deduzindo o custo de transação na emissão de ações em 31 de dezembro de 2019 de R\$29.277 (R\$19.323 em 31 de dezembro de 2018), pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em quantidade de ações	
	2019	2018
Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	131.409.705	122.990.574
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	22.549.682	20.477.816
Mayim Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	42.034.481	26.271.551
Cyan Fundo de Investimento Multimercado	3.198.534	-
	199.192.402	169.739.941

Em 31 de outubro de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extrordinária a alteração do art. 6º do Estatuto Social, onde a companhia, mediante aprovação e deliberação do Conselho de Administração pode aumentar o capital social em até mais R\$800.000.

Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações

A Companhia emitiu em 5 de maio de 2017 debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$42.071 líquidos da remuneração garantida no montante de R\$7.092, integralizadas em 21 de julho de 2017 mediante transferência por dação de 20% do saldo devedor das debêntures da controlada Águas Cuiabá S.A. cedido pelo Banco Votorantim S.A., apurado na data base de 31 de outubro de 2016.

A partir da data de integralização, cada debênture terá direito à participação nos lucros efetivamente distribuídos, seja por meio de dividendos, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem que venha a ser efetivamente transferida aos acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, sempre de forma a que o debenturista receba a participação nos lucros líquidos a que teria direito se já houvesse convertido a totalidade de suas debêntures em ações da Companhia.

Na hipótese de conversão de todas as debêntures, o debenturista passará à condição de acionista da Companhia e será detentor de 13.095.882 ações do capital social total e votante.

Em 18 de setembro de 2019 do montante de 13.095.882 debentures conversíveis em ações foram convertidas 5.270.400 em ações do capital social total e votante da Companhia (conforme nota 15), restando 7.825.482 debentures conversíveis em ações.

Notas Explicativas

18. Patrimônio líquido - controladora--Continuação

a) Capital social--Continuação

Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações--Continuação

As debêntures terão prazo de vigência de 60 meses contados da data de emissão, com vencimento em 5 de maio de 2022, observado que o debenturista poderá decidir por prorrogar a data de vencimento por mais 60 meses.

Tal instrumento financeiro foi classificado como instrumento composto conforme Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação / IAS 32, pois trata-se de um instrumento de dívida com a opção de conversão embutida, que fornece ao titular uma opção de conversão em ações ordinárias a qualquer momento até o vencimento, sendo obrigatória a conversão em ações no vencimento, na proporção de uma ação ordinária por cada debênture.

Como a obrigação de conversão em ações ordinárias não inclui uma obrigação contratual para a Companhia de entregar um número variável de seus próprios instrumentos patrimoniais, esse componente do instrumento financeiro foi classificado como instrumento patrimonial.

b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

Reserva de incentivos fiscais

A controlada Agreste Saneamento S.A. possui uma redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, pelo prazo de 10 anos a contar de 2014, sendo reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 (IAS 20) - Subvenções e Assistências Governamentais. Após atendido os requisitos o ganho é reconhecido no resultado e reclassificado entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais.

Notas Explicativas

18. Patrimônio líquido - controladora--Continuação

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, após a compensação de prejuízos acumulados.

19. Gerenciamento do capital

A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida do Grupo para a relação ajustada do capital ao final do período e exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Total do passivo e participação de não controladores	291.426	211.184	1.695.031	1.552.541
(-) Caixa, equivalentes de caixa, outros ativos financeiros e depósitos vinculados	(155.319)	(872)	(306.507)	(311.135)
(=) Dívida líquida (A)	177.975	210.312	1.518.241	1.428.293
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores (B)	827.747	637.663	827.747	637.663
Índice de alavancagem em 31 de dezembro (A/B)	0,16	0,33	1,68	1,95

20. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	149.367	114.797	27.423	9.451	-	-
Outros ativos financeiros	5	54.137	157.991	-	-	-	-
Depósitos bancários vinculados	6	75.580	28.896	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	7	-	-	888.675	854.133	-	-
Instrumentos financeiros ativos		279.084	301.684	916.098	863.584	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	13	-	-	-	-	100.949	112.411
Empréstimos e financiamentos (*)	14	-	-	-	-	794.048	736.231
Debêntures	15	-	-	-	-	546.701	464.255
Passivos Financeiros		-	-	-	-	1.441.698	1.312.897

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Notas Explicativas**20. Instrumentos financeiros--Continuação****b) Mensuração do valor justo**

Para as controladas SPAT Saneamento S.A., Guaratinguetá Saneamento S.A., Agreste Saneamento S.A. e Atibaia Saneamento S.A. foram determinados os valores presentes de contas a receber e outros recebíveis com base nas taxas anuais de desconto listadas abaixo:

Controladas	2019	2018
Atibaia Saneamento S.A.	14,20%	15,85%
Guaratinguetá Saneamento S.A.	9,62%	17,75%
SPAT Saneamento S.A.	6,01%	10,52%
Agreste Saneamento S.A.	4,31%	10,31%

Os passivos financeiros cujo o valor justo é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações financeiras intermediárias.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

20. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros

O Grupo possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de preço.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

O Grupo tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento. Os principais mitigadores do risco de crédito são os contratos de Parceria Público Privada, cujos recebíveis vêm de clientes de primeira linha, como a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP que anualmente contrata agência de avaliação de crédito e, para 2019, foi emitido Fitch Rating nacional a longo prazo AA (bra). Nos contratos de concessão, as controladas detêm o controle direto dos recebíveis e do fornecimento dos serviços, além disso, existem contratos com previsões de indenização em caso de renúncia do poder concedente, com alto grau de controle sobre os recebíveis.

Notas Explicativas

20. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

ii) *Risco de crédito--Continuação*

Contas a receber e outros recebíveis--Continuação

Na controlada Agreste Saneamento S.A., mediante primeiro termo aditivo ao contrato de concessão, o pagamento da contraprestação plena prevista para iniciar no 25º mês de vigência do contrato de concessão foi postergado para o 32º mês, sendo as diferenças de fluxo de caixa diluídas nas contraprestações futuras. A Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL não vinha realizando a liquidação da contraprestação plena e desta forma, o segundo termo aditivo firmado em 27 de março de 2018, determinou que as questões relativas aos valores a serem recebidos do 25º ao 42º mês do contrato encontram-se suspensas até a conclusão dos procedimentos arbitrais pertinentes a esta oposição de interesses, bem como determinou que a contraprestação pecuniária plena será devida a partir do 60º mês do contrato, com incremento na contraprestação à partir 63º mês do contrato relativo ao capex adicional. Eventuais diferenças de recebimento ocorridas entre o 43º e 59º mês em virtude do reequilíbrio financeiro ocorrido, serão diluídas nas contraprestações futuras a partir do 60º mês. Diante deste cenário a controlada reconheceu uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de seus recebíveis e não reconheceu a receita no montante de R\$12.597 em 31 de dezembro 2016 e no montante de R\$2.771 em 31 de dezembro de 2018 em virtude da inadimplência da CASAL. Em 2019, com base no termo de reequilíbrio contratual vigente e adimplência da CASAL, a Companhia reconheceu o montante total desta receita, líquida do ajuste a valor presente das parcelas vincendas ao longo do período de concessão.

Na controlada Guaratinguetá Saneamento S.A., em virtude da crise hídrica ocorrida em 2015, algumas ações foram coordenadas pelo Poder Concedente para mitigar os efeitos da seca. Consequentemente, houve atraso nos recebimentos e, desta forma, a controlada possui o montante a receber de R\$5.478 relativos a títulos do período de janeiro a maio de 2016, para os quais foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável. A controlada está negociando o recebimento das parcelas em atraso mediante reequilíbrio contratual. Não há títulos vencidos a partir de junho de 2016. A controlada possui ainda recebíveis de R\$300 da Resitec Tecnologia em Resíduos Ltda. - Resitec, para os quais foram constituídos provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas**20. Instrumentos financeiros--Continuação**c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuaçãoii) *Risco de crédito--Continuação*Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de o Grupo manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	113.451	872	176.790	124.248
Outros ativos financeiros	5	41.868	-	54.137	157.991
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	75.580	28.896
Contas a receber e outros recebíveis (*)	7	371.407	394.138	885.867	836.281
Circulante		159.690	17.144	479.626	510.267
Não circulante		367.036	377.866	712.748	637.149
Total		526.726	395.010	1.192.374	1.147.416

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente a adiantamentos

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes na data das demonstrações financeiras foram as seguintes:

	Consolidado	
	2019	2018
A vencer	834.177	799.776
Vencidos até 30 dias	13.708	11.006
Vencidos entre 31 e 60 dias	4.513	3.940
Vencidos entre 61 e 90 dias	4.645	1.890
Vencidos entre 91 e 120 dias	2.883	1.638
Vencidos entre 121 e 150 dias	2.546	1.408
Vencidos entre 151 e 180 dias	1.659	1.271
Vencidos acima de 180 dias	87.587	89.621
Total	951.718	910.550

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas**20. Instrumentos financeiros--Continuação**c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuaçãoii) *Risco de crédito--Continuação*Perdas por redução no valor recuperável--Continuação

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

Consolidado	
Saldo em 1º de janeiro de 2018	78.525
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	21.511
Adoção IFRS 9 / CPC 48	6.438
Valores baixados	(17.453)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	89.021
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	17.491
Valores baixados	(19.318)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	87.194

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é relacionada a vários clientes usuários dos serviços prestados de água e esgoto. É constituído provisão do saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas e incorridas.

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para Companhias do Grupo, conforme descrito na nota explicativa nº 14 e nº 15.

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco do Grupo encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Notas Explicativas**20. Instrumentos financeiros--Continuação****c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação****iii) Risco de liquidez--Continuação**

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	13	40.611	49.522	99.512	111.162
Empréstimos e financiamentos	14	34.802	31.509	791.459	733.127
Debêntures	15	163.576	61.156	546.701	464.255
Circulante		85.524	51.912	317.515	243.143
Não circulante		153.465	90.275	1.120.621	1.065.916
Total		238.989	142.187	1.437.672	1.308.544

(*) Não foi considerado o montante de outras contas a pagar referente adiantamentos.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 200 meses
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores e outras contas a pagar	99.512	99.512	99.512	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	786.324	1.341.887	184.513	172.698	135.565	122.942	83.060	643.109
Empréstimos - partes relacionadas	2.337	2.459	1.286	1.173	-	-	-	-
Conta corrente - partes relacionadas	2.798	2.798	2.798	-	-	-	-	-
Debêntures	546.701	665.790	127.358	124.081	121.289	119.160	102.992	70.910
Total	1.437.672	2.112.446	415.467	297.952	256.854	242.102	186.052	714.019
31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 212 meses
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores e outras contas a pagar	111.162	111.162	77.065	34.097	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	731.719	1.130.909	192.465	136.614	128.425	105.172	102.115	466.118
Empréstimos - partes relacionadas	1.051	1.132	-	1.132	-	-	-	-
Conta corrente - partes relacionadas	357	357	357	-	-	-	-	-
Debêntures	464.255	612.263	63.570	107.707	117.585	109.546	102.717	111.138
Total	1.308.544	1.855.823	333.457	279.550	246.010	214.718	204.832	577.256

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade do Grupo possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

Notas Explicativas**20. Instrumentos financeiros--Continuação**c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuaçãoiv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações do Grupo estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPCA, TR e TJLP.

Perfil

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

		Consolidado	
	Nota	2019	2018
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	4	149.367	114.797
Outros ativos financeiros	5	54.137	157.991
Depósitos bancários vinculados	6	75.580	28.896
Contas a receber e outros recebíveis	7	854.044	812.325
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	14	782.764	734.941
Debêntures	15	547.590	460.096

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, outros investimentos, depósitos bancários vinculados, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, o Grupo efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Notas Explicativas**20. Instrumentos financeiros--Continuação**c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuaçãoiv) *Risco de mercado--Continuação**Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas*

Instrumentos	Exposição em 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	149.367	CDI	4,39	6.557	5,49	8.200	6,59	9.843
Outros ativos financeiros	54.137	CDI	4,42	2.393	5,53	2.994	6,63	3.589
Depósitos bancários vinculados	75.580	CDI	4,34	3.280	5,43	4.104	6,51	4.920
Empréstimos - partes relacionadas	13.715	CDI	5,40	552	6,75	690	8,10	827
Recebíveis de contratos de concessão	843.829	IPCA	4,13	34.850	5,16	43.542	6,20	52.317
Total				47.362		59.530		71.496
Passivos financeiros								
BNDES - partes relacionadas	(430.704)	TJLP	5,09	(21.923)	6,36	(27.393)	7,64	(32.906)
Cédula de crédito	(88.710)	CDI	4,50	(3.992)	5,63	(4.994)	6,75	(5.988)
Empréstimos - partes relacionadas	(2.337)	CDI	5,40	(126)	6,75	(158)	8,10	(189)
Debêntures	(547.590)	CDI	4,50	(24.642)	5,63	(30.829)	6,75	(36.962)
Total				(50.683)		(63.374)		(76.045)
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos				(3.951)		(3.844)		(4.549)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(793)		(1.498)

Notas Explicativas

20. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuaçãoiv) *Risco de mercado--Continuação*Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	149.367	CDI	4,39	6.557	3,29	4.914	2,19	3.271
Outros ativos financeiros	54.137	CDI	4,42	2.393	3,31	1.792	2,21	1.196
Depósitos bancários vinculados	75.580	CDI	4,34	3.280	3,25	2.546	2,17	1.640
Empréstimos - partes relacionadas	10.215	CDI	5,40	552	4,05	414	2,70	276
Recebíveis de contratos de concessão	843.829	IPCA	4,13	34.850	3,10	26.159	2,06	17.383
Total				47.632		35.735		23.766
Passivos financeiros								
BNDES - partes relacionadas	(430.704)	TJLP	5,09	(21.923)	3,82	(16.453)	2,54	(10.940)
Cédula de crédito	(88.710)	CDI	4,50	(3.992)	3,37	(2.990)	2,25	(1.996)
Empréstimos - partes relacionadas	(2.337)	CDI	5,40	(126)	4,05	(95)	2,70	(63)
Debêntures	(547.590)	CDI	4,50	(24.642)	3,37	(18.456)	2,25	(12.322)
Total				(50.683)		(37.991)		(25.317)
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos				(3.051)		(2.258)		(1.553)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						793		1.498

Fontes: as informações do CDI e do IPCA foram extraídas do Focus - Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN na data de 28 de dezembro de 2019, a TJLP e a TR foram extraídas do BACEN.

v) *Risco de preço*

A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem ao Grupo requerer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

Notas Explicativas

21. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Consolidado	Ativos		Passivos		Resultado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	66.938	68.139	-	-	(1.201)	7.343
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	19.673	20.846	-	-	(1.173)	(5.050)
Outras provisões	7.614	16.160	-	-	1.418	1.560
Redução ao valor recuperável de ativos	1.121	423	-	-	634	-
Provisão para contingências	2.136	2.297	-	-	(171)	(547)
Ativo diferido	294	305	-	-	(11)	(115)
Arrendamentos mercantis	106	-	-	-	106	-
Pis e Cofins diferido sobre receita de órgão público	93	93	-	-	-	-
Contas a receber e imobilizado líquidos - contratos de concessão	-	-	107.716	98.227	(9.489)	(9.418)
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público	-	-	14.914	14.568	(346)	(2.131)
Ágio sobre aquisições	-	267	9.519	9.890	104	371
Direitos a faturar	-	-	8.095	6.594	(1.501)	(403)
Custo de transação de empréstimos	-	-	1.965	2.198	233	249
	97.975	108.530	142.209	131.477	(11.397)	(8.141)
Compensação (*)	(34.020)	33.638	(34.020)	(33.638)	-	-
Total	63.955	74.892	108.189	97.839	(11.397)	(8.141)

(*) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

- (a) Com base na estimativa dos planos de negócios, o Grupo reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados, até o limite dos lucros tributáveis futuros disponíveis para compensação de tais perdas. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía R\$300.200 (R\$222.323 em 31 de dezembro de 2018) de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social para os quais não foram reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

Notas Explicativas**21. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação**Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado do exercício antes dos impostos	43.307	14.639	76.810	41.531
Juros sobre capital próprio	11.892	-	11.892	-
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	(18.768)	(4.977)	(30.159)	(14.121)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social				
Resultado de equivalência patrimonial	30.974	18.514	4.635	(268)
Despesas não dedutíveis	(279)	(242)	1.744	(655)
Subvenção governamental	-	-	1.876	2.232
Transações com pagamento baseado em ações	-	(457)	-	(457)
Base negativa/prejuízo fiscal não reconhecido	(13.789)	(17.516)	(12.950)	(17.146)
Outras	868	6.358	2.768	6.653
Imposto corrente	-	-	(20.689)	(15.621)
Imposto diferido	(994)	1.680	(11.397)	(8.141)
Alíquota efetiva	(2%)	11%	(42%)	(57%)

Cronograma de realização:

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. A Companhia objetivando a geração de lucro tributário realiza ações através da efetiva redução de custos operacionais e administrativos, os aumentos tarifários contratuais e o aumento das receitas através de planos de investimentos para atendimento aos contratos de concessão.

Os impostos diferidos ativos foram constituídos, substancialmente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido deve seguir o seguinte cronograma:

<u>Realização do imposto de renda diferido do ativo</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2019	-	(5.921)
2020	(13.450)	(11.799)
2021	(24.483)	(24.483)
2022	(44.945)	(44.945)
2023	(15.097)	(21.382)
Total	(97.975)	(108.530)

Notas Explicativas

22. Segmentos operacionais

O Grupo possuía quatro segmentos reportáveis, e um segmento denominado como “outras”, que eram as unidades de negócios estratégicas até 31 de dezembro de 2018. Essas unidades de negócios, anteriormente denominadas Comitês (CT), foram reavaliadas pela Administração e reestruturadas de acordo com o tipo de negócio, em virtude de sinergia das operações, eficiência, geração de valor e redução de custos. Portanto, o Grupo passa a ter dois segmentos reportáveis denominados “Concessões” e “Parcerias Público Privadas - PPPs” e um segmento denominado como “Outras”. Tais segmentos são administrados separadamente e para cada unidade de negócio, a diretoria e o Conselho da Administração da Companhia analisam os relatórios internos de administração mensalmente. O seguinte resumo descreve, conforme CPC 22 Informações por segmento (IFRS 8), as operações em cada um dos segmentos que o Grupo diversifica em suas análises e reportes aos seus administradores e acionistas:

- Concessões: composto pelas operações (i) São Paulo: Águas Piquete S.A., Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A., Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A., (ii) Cuiabá: Águas Cuiabá S.A.; (iii) MT interior: Águas Pontes e Lacerda Ltda., Águas Alta Floresta Ltda., Águas Comodoro Ltda., , Águas Colíder Ltda., PCT Participações Ltda., Águas Canarana Ltda., Iguá MT Participações Ltda. e (iv) Paranaguá: Paranaguá Saneamento S.A..
- PPPs (Parcerias Público-Privadas): composto pelas operações Agreste Saneamento S.A., SPAT Saneamento S.A.; Guaratinguetá Saneamento S.A. e Atibaia Saneamento S.A..
- Holding: composta pela holding Iguá Saneamento S.A. e por suas controladas Iguá Serviços de Engenharia em Saneamento Ltda. e Iguá Projetos Ltda.
- Para fins de comparabilidade, as informações relativas aos segmentos reportáveis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram reapresentadas.

Notas Explicativas

22. Segmentos operacionais--Continuação

	Concessões						PPPs											
	São Paulo		Cuiabá		MT Interior		Paranaguá		São Paulo		Alagoas		Holding		Eliminações		Total Segmentos	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Total do ativo	72.251	73.682	930.782	670.923	122.209	113.186	292.657	253.896	487.294	443.173	403.867	384.541	1.133.505	1.091.570	(919.787)	(840.767)	2.522.778	2.190.204
Total do passivo	(47.770)	(53.295)	(789.878)	(592.965)	(102.957)	(105.664)	(279.699)	(240.428)	(353.241)	(325.627)	(275.046)	(281.366)	(306.526)	(460.274)	469.500	515.677	(1.686.617)	(1.540.942)
Total do patrimônio líquido	(24.481)	(20.387)	(140.904)	(77.959)	(19.252)	(7.522)	(12.958)	(13.468)	(134.053)	(117.546)	(128.821)	(103.175)	(826.979)	(631.296)	450.287	325.090	(837.161)	(646.262)

	Concessões						PPPs											
	São Paulo		Cuiabá		MT Interior		Paranaguá		São Paulo		Alagoas		Holding		Eliminações		Total Segmentos	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida	46.518	42.878	455.138	348.076	44.937	40.268	117.002	106.444	161.345	125.441	72.230	82.699	2.809	12.484	(1.477)	(13.336)	888.502	744.954
Custo dos serviços	(26.683)	(24.305)	(358.934)	(258.760)	(19.039)	(17.092)	(77.885)	(72.862)	(82.480)	(55.762)	(15.377)	(12.000)	(429)	(6.920)	532	532	(580.295)	(447.169)
Lucro bruto	19.835	18.573	96.204	89.316	25.898	23.176	39.117	33.582	78.865	69.679	56.853	70.699	2.380	5.564	(945)	(12.804)	318.207	297.785
Despesas operacionais	(9.366)	(8.522)	(40.721)	(45.020)	(10.058)	(9.400)	(22.925)	(20.881)	(10.615)	(13.133)	(8.588)	(12.013)	(38.534)	(39.711)	1.447	13.306	(139.360)	(135.384)
Depreciação e amortização	(3.366)	(2.521)	(38.812)	(32.043)	(5.000)	(4.347)	(12.577)	(10.807)	(1.010)	(482)	(626)	(406)	(1.748)	(1.159)	621	621	(62.518)	(51.144)
Finanças líquidas	(2.673)	(3.386)	(52.204)	(47.258)	(6.355)	(6.463)	(16.942)	(18.676)	(20.739)	(20.830)	(12.808)	(21.679)	(4.047)	(1.790)	-	-	(115.668)	(120.082)

Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos	7.796	6.665	3.279	(2.962)	9.485	7.313	(650)	(5.985)	47.511	35.716	35.457	37.007	(40.201)	(35.937)	502	502	63.179	42.319
--	-------	-------	-------	---------	-------	-------	-------	---------	--------	--------	--------	--------	----------	----------	-----	-----	--------	--------

Resultado do período	5.530	4.504	946	(2.205)	6.919	5.196	(510)	(1.255)	33.178	23.847	29.559	23.881	47.914	19.327	(78.812)	(55.526)	44.724	17.769
----------------------	-------	-------	-----	---------	-------	-------	-------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	----------	----------	--------	--------

Notas Explicativas**23. Receita operacional líquida**

	Consolidado	
	2019	2018
Saneamento	402.992	363.821
Construção	390.706	243.294
Serviços	123.516	144.780
Ativo financeiro	74.206	81.991
Abatimentos e cancelamentos	(31.336)	(32.119)
Impostos sobre serviços	(61.582)	(56.813)
Total	898.502	744.954

24. Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	Consolidado	
	2019	2018
Custo de construção	(355.212)	(230.402)
Depreciação e amortização	(46.159)	(39.124)
Energia elétrica	(45.811)	(42.569)
Despesas com pessoal	(45.639)	(52.354)
Serviços de terceiros	(36.357)	(34.261)
Outorga e taxas de fiscalização	(29.585)	(28.104)
Materiais Auxiliares	(11.193)	(10.049)
Materiais Diretos	(6.359)	(5.137)
Outros custos	(4.991)	(5.256)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(3.552)	(2.691)
Creditos de Pis e Cofins	4.563	2.778
Total	(580.295)	(447.169)

Despesas comerciais	Consolidado	
	2019	2018
Despesa com pessoal	(6.482)	(6.319)
Depreciação e amortização	(3.145)	(3.270)
Serviços de terceiros	(1.854)	(970)
Outras despesas comerciais	(560)	(574)
Materiais	(285)	(383)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(29)	(9)
Reversão/ (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	1.827	(4.058)
Total	(10.528)	(15.583)

Despesas administrativas e gerais	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesa com pessoal	(7.256)	(13.894)	(50.697)	(35.997)
Serviços de terceiros	(18.035)	(20.189)	(30.876)	(44.439)
Outras despesas	(9.078)	(4.445)	(21.606)	(20.724)
Depreciação e amortização	(1.668)	(1.084)	(13.214)	(8.750)
Seguro garantia, fianças patrimoniais e outros	(269)	(67)	(2.168)	(2.802)
Despesas com comunicação/marketing	(1.601)	(856)	(2.825)	(3.761)
Despesas com processos judiciais	(23)	(25)	(5.950)	(3.779)
Energia elétrica	(44)	(28)	(393)	(362)
Total	(37.974)	(40.588)	(127.729)	(120.614)

Notas Explicativas**25. Receitas financeiras e despesas financeiras**

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários vinculados	435	-	15.896	10.949
Juros sobre contas a receber de cliente	-	-	9.607	8.851
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	-	-	2.033	565
Descontos obtidos	9	1	1.160	1.109
Receitas de operações com partes relacionadas	4.565	4.572	1.113	448
Outras	-	-	1.194	112
Total	5.009	4.573	31.003	22.034
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(12.851)	(4.966)	(118.196)	(111.276)
Outras	(4.763)	(3.046)	(13.983)	(17.039)
Imposto sobre operações financeiras	(3)	-	(3.554)	(1.194)
Comissões e despesas bancárias	(92)	(2.301)	(10.032)	(12.492)
Despesas de operações com partes relacionadas	-	-	(906)	(115)
Total	(17.709)	(10.313)	(146.671)	(142.116)
Despesas financeiras líquidas	(12.700)	(5.740)	(115.668)	(120.082)

26. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias conforme demonstrativo abaixo:

	2019	2018
Lucro do período	42.313	16.319
Média ponderada de ações no período	184.484.444	135.156.280
Resultado por ação básico (reais)	0,2294	0,1207
	2019	2018
Lucro do período	42.313	16.319
Média ponderada de ações no período (*)	196.064.184	148.252.162
Resultado por ação diluído (reais)	0,2158	0,1101

(*) Corresponde a média ponderada da quantidade de ações, 13.095.882 debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações e de opções de compra de ações, tendo em 18 de setembro de 2019 a conversão de 5.270.400 debentures em ações, restando o saldo de 7.825.482 debentures a serem convertidas.

Notas Explicativas**27. Partes relacionadas****a) Controladora**

A parte controladora direta e final da Companhia é a Igua Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades do Grupo. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica "Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais".

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Remuneração da diretoria	6.328	5.500	11.549	8.909
Participação nos lucros e resultados	3.205	1.744	5.787	3.293
Encargos sociais	1.822	1.441	2.860	2.371
Benefícios diretos e indiretos	78	158	365	446
Total	11.493	8.843	20.561	15.019

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

c) Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, relativas as operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Notas Explicativas

27. Partes relacionadas--Continuação

c) Outras transações com partes relacionadas--Continuação

Controladora	Ativo		Passivo		Resultado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Circulante						
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	(Nota 7)	(Nota 7)	(Nota 11)	(Nota 13)		
Centro de soluções compartilhadas – CSC	(a) 1.805	1.659	-	-	19.630	9.150
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(b) 3.145	3.218	1.056	1.031	142	233
Contrato de assistência técnica	(c) 7.750	8.547	-	-	3.140	14.803
Aumento de Capital	(f) -	2.000	-	-	-	-
Aluguel	(e) -	-	-	-	-	-
Galvão Engenharia S/A. (em recuperação judicial)						
- Centro de soluções compartilhadas – CSC	(a) 849	849	145	145	-	-
Aviva Ambiental S.A. (anteriormente denominda ENOPS Engenharia Ltda.)						
- Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(b) -	-	43	43	-	-
Total	13.549	16.273	1.244	1.219	22.912	24.187
Em empréstimos e financiamentos	(Nota 7)	(Nota 7)	(Nota 14)	(Nota 14)		
Itapoá Saneamento Ltda.						
- Empréstimos	(o) 10.197	-	-	-	964	2.552
Conta corrente	(g) -	-	31.192	31.212	-	-
Total	10.197	-	31.192	31.212	964	2.552
Não Circulante	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Em clientes, empréstimos e financiamentos	(Nota 7)	(Nota 7)	(Nota 14)	(Nota 14)		
Repasse de custos financeiros compartilhados	(q) 9.556	9.556	-	-	-	-
Redução de capital	(h) 10.153	10.153	-	-	-	-
Empréstimos	(l) -	4.032	-	-	148	292
PCT Participações Ltda.						
- Venda de participação societária	(n) 51.380	46.198	-	-	3.453	1.602
- Integralização de capital	(o) -	1.731	-	-	-	126
Remessas para aumento de capital	(f) 86.000	-	-	-	-	-
Pagamento baseado em ações	(r) -	-	1.081	-	-	-
Investimento – Debêntures	(s) 10.000	-	-	-	-	-
Conta corrente	(g) 190.554	306.177	-	-	-	-
Outros	(b) 18	18	1	1	-	-
Total	357.661	377.865	1.082	1	3.601	2.020

Notas Explicativas

27. Partes relacionadas--Continuação

c) Outras transações com partes relacionadas--Continuação

Consolidado		Ativo		Passivo		Resultado	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018
		(Nota 7)	(Nota 7)	(Nota 13)	(Nota 13)		
Circulante							
Em clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar							
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	269	135	-	-	482	845
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(b)	1.632	744	1	97	1.348	1.244
Contrato de assistência técnica	(c)	679	276	-	-	1.787	1.672
Contrato particular de construção	(d)	-	-	-	1.081	-	-
Aluguel	(e)	-	-	-	-	-	-
Remessas para aumento de capital	(f)	-	2.000	-	-	-	-
Conta Corrente	(g)	-	-	2.798	357	-	-
PCT Participações Ltda.		-	-	-	-	-	-
- Contrato de assistência técnica	(c)	-	-	2.120	2.120	-	(759)
- Redução de capital	(h)	-	-	-	-	-	-
Galvão Engenharia S.A. (em recuperação judicial)							
- Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	920	920	184	184	-	-
Aviva Ambiental S.A. (anteriormente denominada ENOPS Engenharia Ltda.)							
- Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(b)	-	-	43	43	-	-
- Contrato de assistência técnica	(c)	-	-	127	132	(203)	(240)
- Remessas para aumento de capital	(i)	-	-	-	-	-	-
IG4 Capital Investimentos Ltda							
- Management e Success Fee	(j)	-	-	-	-	-	(2.366)
- Reembolso de despesas	(j)	-	-	-	-	-	(406)
Total		3.500	4.075	5.273	4.014	3.414	(10)
				(Nota 14)	(Nota 14)		
Em empréstimos e financiamentos							
Itapoá Saneamento Ltda.							
- Empréstimos	(l)	10.197	-	-	-	965	2.552
Aviva Ambiental S.A. (anteriormente denominada ENOPS Engenharia Ltda.)							
- Empréstimo	(m)	-	-	1.164	-	(106)	(115)
BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social	(k)	-	-	535.916	47.565	-	(46.345)

Notas Explicativas

27. Partes relacionadas--Continuação

c) Outras transações com partes relacionadas--Continuação

Consolidado		Ativo		Passivo		Resultado	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018
Não circulante							
Em clientes, empréstimos e financiamentos		(Nota 7)	(Nota 7)	(Nota 14)	(Nota 14)		
Empréstimos	(l)	-	1.032	-	-	148	448
Aviva Ambiental S.A. (anteriormente denominada ENOPS Engenharia Ltda.)							
- Empréstimo	(m)	-	-	-	1.050	-	(115)
PCT Participações Ltda.							
- Venda de participação societária	(n)	-	-	-	-	-	-
- Integralização de capital	(o)	-	-	-	-	-	-
BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social	(k)	-	-	-	409.028	-	-
Conta corrente	(g)	5.762	3.956	-	-	-	-
Pagamento baseado em ações	(r)	-	-	1.172	-	-	-
Remessas para aumento de capital	(f)	-	-	-	-	-	-
Investimento – Debêntures	(s)	10.000	-	-	-	-	-
Outros	(b)	18	19	1	1	-	-
Total		15.780	3.007	1.173	410.079	148	333

- (a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.
- (c) Contrato de serviços de assistência técnica entre as controladas e suas acionistas, com vigência até o prazo final dos contratos de concessão das controladas, no montante equivalente a 5% sobre a receita. Para Tubarão Saneamento S.A., o montante equivale a uma parcela fixa de R\$ 47 e para Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, o valor está limitado a 3% da receita líquida.
- (d) Refere-se a contrato particular de engenharia, construção das obras civis, fornecimento e montagem entre a Galvão Engenharia S.A (em recuperação judicial) e a Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto suspenso desde 23 de abril de 2015 e rescindido unilateralmente em 18 de janeiro de 2019.
- (e) Refere-se a locação de imóvel comercial, antiga sede da Companhia, cujo valor mensal era de R\$ 58, reajustável anualmente conforme variação do IGPM no período de 12 meses. O contrato foi rescindido em 18 de dezembro de 2018.
- (f) No consolidado, em 31 de dezembro de 2018, refere-se aos valores aportados para futuro aumento de capital nas controladas em conjunto Águas de Andradina S.A. e Águas de Castilho, no montante de R\$2.123 e R\$142 respectivamente e na controladora refere-se aos valores aportados para futuro aumento de capital nas controladas em conjunto e controlada Águas de Andradina S.A., Águas de Castilho S.A. e Saneamento de Mirassol - SaneSSOL S.A., no montante de R\$ 2.123, R\$ 142 e R\$ 1.327 respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019 refere-se ao montante aportado para futuro aumento de capital na controlada em conjunto Tubarão Saneamento S.A.
- (g) Refere-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e suas controladas Atibaia Saneamento S.A., Águas Piquete S.A., Guaratinguetá Saneamento S.A., Paranaguá Saneamento S.A., Itapoá Saneamento Ltda., Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A., Saneamento de Mirassol - SaneSSOL S.A., Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Águas Pontes e Lacerda Ltda., Águas Colider Ltda., Águas Alta Floresta Ltda., Águas Canarana Ltda., Águas Comodoro Ltda., Igua MT Participações Ltda., Agreste Saneamento S.A., Igua Projetos Ltda. e Igua Serviços de Engenharia em Saneamento Ltda. no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.
- (h) No consolidado, refere-se ao valor que a controlada Igua MT Participações Ltda. tem a pagar para a acionista PCT Participações Ltda. referente a redução de capital social realizada em 30 de setembro de 2014. Na controladora, refere-se ao valor que a Companhia tem a receber de sua controlada Igua MT Participações Ltda. referente a redução de capital social realizada em 30 de setembro de 2014.
- (i) Valores aportados para futuro aumento de capital pelo acionista não controlador na Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A, integralizado em 14 de março de 2019.
- (j) Contrato firmado entre as partes para serviços de assessoria estratégica, operacional, financeira e negocial no processo de reestruturação da Companhia incluindo reembolsos de despesas, restando parcelas fixas mensais reajustáveis anualmente de Management Fee até agosto de 2020.
- (k) Saldo referente a financiamento das controladas e controladas em conjunto, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é acionista não controlador, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 12.
- (l) Refere-se a empréstimo entre a Companhia e a controlada em conjunto Itapoá Saneamento Ltda., com incidência de juros de 120% do CDI ao ano e vencimento em 2019.
- (m) Refere-se a empréstimo firmado com a controlada Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A. , com incidência de juros de 100% do CDI mais taxa de 4,50% ao ano e vencimento em 2019.

Notas Explicativas

27. Partes relacionadas--Continuação

c) Outras transações com partes relacionadas--Continuação

- (n) Refere-se a venda de 20% da participação nas controladas Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto e Águas Canaranara Ltda. para PCT Participações Ltda. pelo preço de R\$ 11.358 e R\$ 235, respectivamente, com vencimento em 2035 e incidência de juros de 120% do CDI.
- (o) Concessão de empréstimo para a Companhia à PCT Participações Ltda, com incidência de juros de 120% do CDI e vencimento em 2035 para integralização de capital na controlada Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto.
- (p) Refere-se a empréstimo entre a Companhia e a controlada, com incidência de juros de 120% do CDI ao ano e vencimento em 2019.
- (q) Refere-se ao repasse de compartilhamento de despesas com encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos pontes tomados com instituições financeiras.
- (r) Refere-se a compra de debentures simples, não conversíveis em ações emitidas em 25 de outubro de 2019, pela Tubarão Saneamento S/A, controlada em conjunto, no valor de R\$20.000 milhões e a Igua efetuou a aquisição de debentures correspondentes a R\$ 10.000 milhões, com a primeira parcela vencendo em 28 de outubro 2020, com remuneração de 100% do CDI, acrescida de 4%a.a., amortizado em 48 parcelas.

d) Dividendos a receber e juros de capital próprio a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
SPAT Saneamento S.A.	13.820	7.299	-	-
Agreste Saneamento S.A.	21.545	27.291	-	-
Guaratinguetá Saneamento S.A.	6.498	6.498	-	-
Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A.	316	206	-	-
Atibaia Saneamento S.A.	624	-	-	-
Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	3.974	3.174	-	-
Águas de Andradina S.A.	1.437	596	1.437	596
Águas de Castilho S.A.	633	437	633	437
Circulante	37.951	45.501	1.037	1.033
Não circulante	10.896	-	1.033	-
Total	48.847	45.501	2.070	1.033

28. Seguros

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais, aplicáveis as controladas, são as seguintes:

	Consolidado	
	2019	2018
Empresarial (*)	64.595	30.297
Seguro garantia	152.451	146.750
Patrimonial (riscos diversos - equipamentos)	236.019	106.116
Responsabilidade civil (**)	97.000	97.000
Risco de engenharia	14.173	11.001
Total	564.238	391.164

(*) Limite máximo de cobertura em 31 de dezembro de 2019 compartilhado entre as empresas do Grupo.

(**) Limite máximo de garantia em 31 de dezembro de 2019 compartilhado entre as empresas do Grupo, com sub limite para barragens de R\$4.000 exclusivamente para a controlada SPAT Saneamento S.A., sub limite de R\$ 10.000 para as demais empresas com exceção das controladas Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Paranaguá Saneamento S.A. e Agreste Saneamento S.A. que compartilham o teto máximo de cobertura de R\$ 37.000.

Notas Explicativas

29. Compromissos

a) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a um percentual da arrecadação efetivamente obtida mensalmente. Na controlada Paranaguá Saneamento S.A., esse percentual corresponde a 4%; na controlada Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A. corresponde a 5%, na controlada Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A. corresponde a 3% e na controladora Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto este valor corresponde a 5%.

Na controlada Águas Piquete S.A. é pago ao Poder Concedente 1,3% do faturamento bruto mais 3,2% a SAAEP (Serviços Autônomo de Água e Esgoto de Piquete) pelas atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de água e esgoto.

Em 31 de dezembro de 2019 foram pagos aos Poderes Concedentes dos municípios correspondentes, o montante de R\$16.110 (R\$14.643 em 31 de dezembro de 2018) referente ao direito de outorga variável registrados na rubrica de custos dos serviços prestados.

Notas Explicativas

Composição da Diretoria e do Conselho de Administração

Diretoria

Gustavo Fernandes Guimarães
Felipe Rath Fingerl
Julio Jacob Junior
Denilson de Paula Gonzaga
Péricles Sócrates Weber

Conselheiros

Paulo Todescan Lessa Mattos
Gustavo Nickel Buffara de Freitas
Gesner José de Oliveira Filho
Helcio Tokeshi
Vital Meira de Menezes Junior
Jerson Kelman
Xiang (Benny) Le

Contador

Anderson Costa Silva
CRC/SP nº SP-219557/O-4

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Iguá Saneamento S.A.
São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Iguá Saneamento S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Iguá Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente.

Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos no ativo intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os saldos consolidados de capitalização de gastos no ativo intangível perfazem o montante de R\$ 135.339 mil, as adições líquidas do ativo de contrato o montante de R\$ 178.124 e os critérios de reconhecimento desses valores investidos na infraestrutura estão divulgados nas Notas Explicativas 2.5, 2.10 e 11 e 12.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, requer que as controladas efetuem investimentos relevantes na infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como ativo intangível. As capitalizações no ativo intangível envolvem a utilização de premissas e um grau de julgamento elevado, e consequentemente podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle destes ativos incluíram, dentre outros: (i) realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível, incluindo a verificação de notas fiscais, contratos, medições e pagamentos das adições ocorridas durante o ano de 2019; (ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados e sua elegibilidade à capitalização; (iii) avaliamos o processo de transferência do intangível para as contas definidas para determinar o início do registro da amortização.

Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios de capitalização no ativo intangível, assim como as respectivas

divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Recuperabilidade do ativo fiscal diferido

Conforme mencionado na nota explicativa 21 às demonstrações financeiras, os ativos fiscais diferidos das controladas são advindos essencialmente de prejuízos fiscais acumulados e reconhecidos com base na existência de probabilidade razoável de que haverá lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos. As controladas consideram o limite dos lucros tributáveis futuros disponível até ao final da concessão para compensação de tais perdas, limitado a 10 anos. Para a sua avaliação as controladas utilizaram-se de julgamentos e premissas, tais como realização das projeções de valores de receita de serviços prestados, custos, despesas administrativas e financeiras. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido ao grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos chave relacionados às projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pelas controladas e aprovadas pelos órgãos de governança. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros, incluindo a expectativa de crescimento das receitas, custos e despesas, bem como comparamos certos dados, quando disponíveis, com outras fontes externas e avaliamos a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas tributários, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais na determinação da base de prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Analisamos à data das demonstrações financeiras, as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados, para a parcelas dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros, suficientes para permitir sua realização.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo fiscal diferido, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 2.8 e 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Lazaro Angelim Serruya
Contador CRC-1DF015801/O-7

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

IGUÁ SANEAMENTO S.A.
CNPJ/MF: 08.159.965/0001-33

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da IGUÁ SANEAMENTO S.A., considerando as análises e discussões ocorridas, baseado nas informações recebidas da administração, considera que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, revisadas pelos auditores independentes (relatório nesta data sem ressalvas), referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, estão em condições de serem submetidas pelo Conselho de Administração da Companhia, visando autorizar sua divulgação.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2020.

Heraldo Gilberto de Oliveira
Presidente do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, ERNST & YOUNG, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais apresentado.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2020.

Gustavo Fernandes Guimarães
Diretor Presidente

Denilson de Paula Gonzaga
Diretor de Controladoria e Gestão da Companhia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, ERNST & YOUNG, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais apresentado.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2020.

Gustavo Fernandes Guimarães
Diretor Presidente

Denilson de Paula Gonzaga
Diretor de Controladoria e Gestão da Companhia